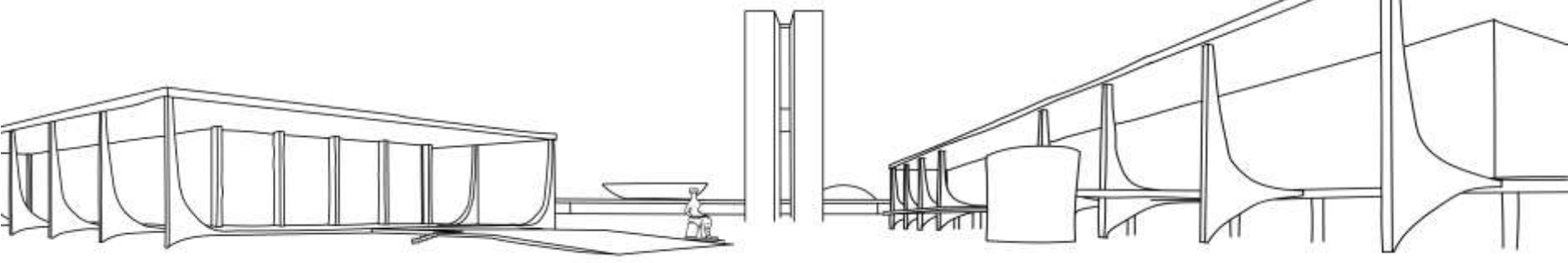

MALTA

O presente documento traz dois quadros com os atos normativos federais publicados em virtude da Covid-19 pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os quadros estão divididos em cinco colunas. Na primeira — da esquerda para a direita —, estão dispostos os órgãos superiores responsáveis pela publicação da norma. Na segunda, as unidades organizacionais dos órgãos superiores de origem do ato. Na terceira, o próprio ato normativo e sua respectiva data de edição. Nas duas últimas colunas, estão discriminadas as ementas das matérias e as datas de publicação, respectivamente.

O material será atualizado diariamente. As normas recentes estão grifadas em vermelho.

ATOS NORMATIVOS DO MPU E DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

ÓRGÃO SUPERIOR	UNIDADE	NORMA	EMENTA	PUBLICAÇÃO
Congresso Nacional	Congresso Nacional	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107	Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos	3/7/20
		ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 66, DE 2020	FAZ SABER que foi encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Mensagem n° 40 (CN), de 12 de junho de 2020, a Medida Provisória n° 979, de 2020,que "Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020", e declara o encerramento de sua tramitação no Congresso Nacional.	12/6/20
		EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 106	Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.	8/5/20
		ATO CONJUNTO DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL Nº 2, DE 2020	Regulamenta a apreciação, pelo Congresso Nacional, dos projetos de lei de matéria orçamentária de que trata o Regimento Comum do Congresso Nacional.	2/4/20
		ATO CONJUNTO DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2020	Dispõe sobre o regime de tramitação, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de medidas provisórias durante a pandemia de Covid-19.	1/4/20
		DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.	20/3/20
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 352, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020 REPUBLICAÇÃO (*)	Dispõe sobre o retorno ao trabalho presencial dos servidores e empregados públicos, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.	18/11/20
		PORTARIA Nº 352, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020(*)	Dispõe sobre o retorno ao trabalho presencial dos servidores e empregados públicos, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.	10/11/20
		PORTARIA Nº 352, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre o retorno ao trabalho presencial dos servidores e empregados públicos, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.	9/11/20
		PORTARIA Nº 121, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Alteração do art. 9º da Portaria nº 103, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre o Registro das medidas de enfrentamento do COVID-19.	30/3/20
		PORTARIA Nº 103, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, medidas de enfrentamento e prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	24/3/20
		PORTARIA Nº 94, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) definidas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.	20/3/20

	Secretaria de Aquicultura e da Pesca	PORTARIA Nº 157, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Estabelece, em caráter excepcional, os procedimentos para os protocolos dos Pedidos de Renovação do Registro de Embarcação de Pesca e de entrega de Mapas de Bordo, em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).	5/6/20
		PORTARIA Nº 132, DE 13 DE MAIO DE 2020	Divulgar as regras, o local, o horário e a forma de acesso ao sorteio para a classificação das embarcações habilitadas na modalidade de cerco/traineira no processo seletivo para a emissão da Autorização de Pesca Complementar Especial para a captura de Tainha (Mugil liza), na temporada de pesca do ano de 2020.	14/5/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Suspende os efeitos de que trata a Instrução Normativa MAPA nº 54, de 29 de outubro de 2019, de 1º de maio de 2020 a 31 de maio de 2021, e dá outras providências.	17/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Prorroga o prazo para entrega do Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União, estabelecido na Instrução Normativa nº 01, de 03 fevereiro de 2020, referente ao ano de 2019, até o dia 31 de maio de 2020, resultante do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.	27/3/20
	Secretaria de Defesa Agropecuária	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Estabelece alterações pontuais em Instruções Normativas SDA ou Anexos de Instruções Normativas SDA, que regulamentam o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE), Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos (PNSS), Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) e Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), a fim de assegurar a manutenção da saúde pública, a atividade econômica pecuária e o abastecimento de produtos de origem animal à população, no contexto da situação de disseminação do COVID-19 e sua classificação mundial como pandemia e emergência de saúde pública de importância internacional.	7/4/20
	Secretaria de Política Agrícola	PORTARIA Nº 15, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Autoriza os pagamentos dos benefícios aos agricultores que aderiram na safra de 2018/2019 ao Garantia-Safra nos Municípios constantes do Anexo único desta Portaria.	15/4/20
		PORTARIA Nº 11, DE 6 DE ABRIL DE 2020	A análise de verificação de perda na safra 2019/2020, decorrentes da solicitação de pagamento do benefício do Garantia-Safra, será realizada exclusivamente a partir de um dos índices contidos neste ato.	7/4/20
	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo	PORTARIA Nº 129, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a vigência da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (DAP), devido ao estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, decorrente da pandemia da Covid-19 causada pelo Coronavírus.	24/9/20
		PORTARIA Nº 97, DE 2 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre procedimentos excepcionais para o ano civil 2020, no âmbito do Selo Combustível Social, em decorrência da pandemia causada pelo Novo Coronavirus (COVID-19).	3/7/20
	Serviço Florestal Brasileiro	RESOLUÇÃO Nº 13, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Posterga o pagamento da parcela trimestral 1/2020 dos contratos de concessão florestal, tendo em vista a busca pela mitigação dos impactos econômicos da emergência internacional de saúde causada pela COVID-19.	30/4/20
	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	PORTARIA Nº 586, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento dos débitos provenientes da concessão de crédito de instalação, títulos de domínio e parcelamentos administrativos e suspensão dos prazos administrativos no âmbito do Incra no período de duração da declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, e dá outras providências.	27/3/20
Ministério da Cidadania	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 558, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 e do auxílio emergencial residual instituído pela Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020.	29/10/20
		PORTARIA Nº 546, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020	29/10/20
		PORTARIA Nº 519, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	29/10/20
		PORTARIA Nº 509, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga o prazo estabelecido na Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.	22/10/20
		PORTARIA Nº 508, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga os prazos da Portaria nº 469, de 21 de agosto de 2020, que prorrogou os prazos das Portarias nº 419, de 22 de junho de 2020, que dispõe da preservação das entidades de	20/10/20

			assistência social no âmbito da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e nº 427, de 29 de junho de 2020, que trata da retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, face ao estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do Coronavírus, Covid-19.	
		PORTARIA Nº 474, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	26/8/20
		PORTARIA Nº 469, DE 21 DE AGOSTO DE 2020	Prorrogar os prazos das Portarias nº 419, de 22 de junho de 2020, que dispõe da preservação das entidades de assistência social no âmbito da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e nº 427, de 29 de junho de 2020, que trata da retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, face ao estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus, COVID-19.	21/8/20
		PORTARIA Nº 458, DE 13 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria nº 353, de 13 de abril de 2020, do Ministro de Estado da Cidadania.	17/8/20
		PORTARIA Nº 457, DE 5 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo estabelecido na Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.	7/8/20
		PORTARIA Nº 453, DE 31 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	3/8/20
		PORTARIA Nº 448, DE 27 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria nº 341, de 15 de dezembro de 2017.	28/7/20
		PORTARIA Nº 444, DE 22 DE JULHO DE 2020	Amplia o prazo para saque dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.	24/7/20
		PORTARIA Nº 443, DE 17 DE JULHO DE 2020	Prorroga a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, assim como determina a retomada das atividades que indica.	20/7/20
		PORTARIA Nº 442, DE 16 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria nº 428, de 25 de junho de 2020.	17/7/20
		PORTARIA Nº 438, DE 9 DE JULHO DE 2020	Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	10/7/20
		PORTARIA Nº 427, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Posterga a retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.	30/6/20
		PORTARIA Nº 428, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	25/6/20
		PORTARIA Nº 419, DE 22 DE JUNHO DE 2020	Dispõe acerca de excepcionalidades para a preservação das entidades de assistência social no âmbito da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS face ao estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus, COVID-19.	23/6/20
		PORTARIA Nº 423, DE 19 DE JUNHO DE 2020	Dispõe acerca da contestação extrajudicial relativa aos indeferimentos de requerimentos de auxílio emergencial, previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, no âmbito da Defensoria Pública da União, por meio de comprovação documental.	22/6/20
		PORTARIA Nº 413, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	15/6/20
		PORTARIA Nº 397, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre procedimentos para o parcelamento administrativo de débitos ativos no âmbito do Ministério da Cidadania, em decorrência de infecção humana causada pelo novo coronavírus, Covid-19.	10/6/20
		PORTARIA Nº 408, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Institui o Comitê Gestor do Auxílio Emergencial no âmbito do Ministério da Cidadania.	10/6/20
		PORTARIA Nº 398, DE 5 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.	8/6/20
		PORTARIA Nº 394, DE 29 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre as competências, o fluxo dos processos e o arranjo de governança relativos ao pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e o	1/6/20

			Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, no âmbito do Ministério da Cidadania.	
		PORTARIA Nº 395, DE 29 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre as competências, atribuições administrativas, orçamentárias e financeiras dos programas prioritários do Ministério da Cidadania.	1/6/20
		PORTARIA Nº 387, DE 15 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria nº 335, de 20 de março de 2020, para acrescentar medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.	18/5/20
		PORTARIA Nº 386, DE 14 DE MAIO DE 2020	Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	15/5/20
		PORTARIA Nº 385, DE 13 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre repasse emergencial de recursos federais para a operacionalização de ações de incremento à segurança alimentar e nutricional aos usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito da União, dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19.	14/5/20
		PORTARIA Nº 378, DE 7 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.	8/5/20
		PORTARIA Nº 374, DE 5 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.	7/5/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a antecipação do benefício de prestação continuada prevista no art. 3º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	6/5/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Estabelece procedimentos extraordinários referentes aos parcelamentos de débitos regulados pelo art. 64 da Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania, em razão da Covid-19, face às diretrizes fixadas pela União, estados, municípios e Distrito Federal.	30/4/20
		PORTARIA Nº 368, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal, do Distrito Federal ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).	30/4/20
		PORTARIA Nº 369, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal, do Distrito Federal ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).	30/4/20
		PORTARIA Nº 366, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.	23/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Estabelece procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) em razão da Covid-19 e em face das diretrizes fixadas pela União, estados, municípios e Distrito Federal.	22/4/20
		RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 1 DE 16 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo	17/4/20

			Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências.	
		PORTARIA Nº 343, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Suspende, por tempo indeterminado, o Edital disposto na Portaria GM/MC nº 85, de 22 de janeiro de 2020, edição 2019-2020.	17/4/20
		PORTARIA Nº 356, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Admite excepcionalidade na comprovação do cumprimento de exigência contida no Art. 3, inciso XIV, da Portaria nº 115, de 03 de abril de 2018.	14/4/20
		PORTARIA Nº 353, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Altera temporariamente as regras sobre tramitação, análise, captação, execução e aprovação dos projetos estabelecidos na Portaria MC nº 123, de 27 de janeiro de 2020, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	14/4/20
		PORTARIA Nº 352, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Institui o arranjo interno de governança para os procedimentos e os processos de implementação do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2020, a ser pago pelo Ministério da Cidadania.	7/4/20
		PORTARIA Nº 351, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.316/2020, a respeito do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	7/4/20
		PORTARIA Nº 349, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, medidas de enfrentamento e prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério da Cidadania.	7/4/20
		PORTARIA Nº 340, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito das Comunidades Terapêuticas.	31/3/20
		PORTARIA Nº 341, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Amplia os prazos previstos na Portaria nº 166/2020/GM/MC, de 6 de fevereiro de 2020, para apresentação dos relatórios de aplicação de recursos de loteria recebidos pelas entidades mencionadas no art. 23 da Lei nº 13.756, de 2018, em razão da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	31/3/20
		PORTARIA Nº 337, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.	25/3/20
		PORTARIA Nº 335, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.	20/3/20
		PORTARIA Nº 330, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Estabelece o adiamento dos procedimentos em razão do não cumprimento do cronograma de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para fortalecer o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	19/3/20
	Secretaria Especial do Desenvolvimento Social	PORTARIA Nº 161, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020	Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares individuais impositivas para às ações de enfrentamento ao novo coronavírus, Covid-19.	16/12/20
		PORTARIA Nº 3, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga prazos estabelecidos pelas Portarias GM/MDS nº 256, de 19 de março de 2010, e nº 754, de 20 de outubro de 2010, e revoga a Portaria SENARC/SEDS nº 2, de 30 de novembro de 2020.	2/12/20
		PORTARIA Nº 2, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga os prazos estabelecidos pelas Portarias GM/MDS nº 754, de 20 de outubro de 2010, e nº 256, de 19 de março de 2010.	1/12/20
		PORTARIA Nº 160, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares a serem executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social no exercício de 2020.	25/11/20
		PORTARIA Nº 148, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova recomendações gerais à gestão da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, especialmente às organizações da sociedade civil, sobre a adaptação das ofertas socioassistenciais no contexto da pandemia do novo coronavírus - COVID-19	17/11/20
		PORTARIA Nº 145, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)	Aprova Nota Técnica que esclarece posicionamento da Secretaria Nacional de Assistência Social sobre a antecipação do pagamento aos requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC), decorrente do contexto de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus.	11/11/20
		PORTARIA Nº 147, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares	11/11/20

			individuais impositivas para às ações de enfrentamento ao COVID-19	
		PORTARIA Nº 145, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova a Nota Técnica nº 16/2020, que esclarece aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal acerca da antecipação do pagamento aos requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC), decorrente do contexto de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, como uma das medidas adotadas pelo Ministério da Cidadania para garantir a segurança de renda das famílias em condições de maior vulnerabilidade social, que pleitearam o benefício durante a suspensão do atendimento presencial nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).	10/11/20
		PORTARIA Nº 144, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares individuais impositivas para às ações de enfrentamento ao COVID-19.	29/10/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020	Aprova orientação técnica conjunta para a atuação intersetorial e integrada entre a rede socioassistencial e as Comunidades Terapêuticas no enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) junto à população em situação de rua, usuária abusiva de substâncias psicoativas.	23/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 86, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe acerca da destinação dos produtos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da modalidade Formação de Estoques, ao amparo de medidas emergenciais aos Agricultores Familiares em razão da pandemia de Covid-19.	22/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 87 GGPAA, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite), estabelece sua metodologia de cálculo e dá outras providências.	22/10/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Aprova orientações técnicas para a operacionalização das ações de incremento à segurança alimentar e nutricional aos usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, COVID-19, conforme disposições da Portaria MC nº 385, de 13 de maio de 2020.	1/10/20
		PORTARIA Nº 121, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece a reabertura do prazo para o preenchimento do Plano de Ação referente à Adesão ao repasse emergencial de recursos federais e especificamente para a execução das ações socioassistenciais no escopo da Portaria MC nº 369, de 29 de Abril de 2020.	9/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 3, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Pactua como medida de prevenção, cautela e redução do risco de transmissão do novo coronavírus e proteção da pessoa idosa a prorrogação do prazo de validade das Carteiras do Idoso, que expirarem no exercício de 2020, até janeiro de 2021.	10/8/20
		PORTARIA Nº 106, DE 30 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19.	31/7/20
		PORTARIA Nº 100, DE 14 DE JULHO DE 2020	Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19.	16/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE JULHO DE 2020	Pactua a prorrogação do prazo de envio do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social ao Ministério da Cidadania, em decorrência da Emergência de Saúde Pública causada pelo novo coronavírus, Covid-19.	13/7/20
		PORTARIA Nº 95, DE 3 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares de Bancadas Federais para às ações de enfrentamento ao COVID-19.	6/7/20
		PORTARIA Nº 94, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo de adesão dos estados, municípios e Distrito Federal ao repasse emergencial de recursos federais e dispõe acerca do requerimento do órgão gestor para a segunda parcela da estruturação da rede referente ao Equipamento de Proteção Individual - EPI, previstos respectivamente no	30/6/20

			inciso I do art. 4º e inciso I e parágrafo único do art.5º, da Portaria nº 63, de 29 de abril de 2020.	
		Nº 86, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Aprova recomendações gerais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Pandemia do novo Coronavírus, Covid-19.	2/6/20
		PORTARIA Nº 69, DE 14 DE MAIO D PORTARIA E 2020	Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19.	18/5/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 12 DE MAIO DE 2020	Dispõe acerca da operacionalização do repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.	13/5/20
		PORTARIA Nº 68, DE 7 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19.	8/5/20
		PORTARIA Nº 65, DE 6 DE MAIO DE 2020	Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de pessoas idosas ou com deficiência no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.	7/5/20
		PORTARIA Nº 64, DE 5 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19.	6/5/20
		PORTARIA Nº 63, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19.	04/5/20
		PORTARIA CONJUNTA N° 1, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Aprova recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitadores dos estados, municípios e Distrito Federal quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.	28/4/20
		PORTARIA Nº 59, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.	24/4/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Dispõe acerca da utilização de recursos do Cofinanciamento Federal no atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.	3/4/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Dispõe acerca da utilização de recursos do Cofinanciamento Federal no atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.	3/4/20
		PORTARIA Nº 54, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Aprova recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS.	2/4/20
	Secretaria Executiva	PORTARIA Nº 98, DE 30 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para suspensão dos procedimentos dos parcelamentos de débito ativos no âmbito do Ministério da Cidadania, em razão do Covid-19.	31/7/20

	Secretaria Especial do Esporte	PORTARIA Nº 37, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Portaria nº 35, de 31 de agosto de 2020, que estabelece a ampliação do prazo de validade das certidões emitidas em decorrência do atendimento dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).	15/9/20
		PORTARIA Nº 35, DE 31 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece a ampliação do prazo de validade das certidões emitidas em decorrência do atendimento dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).	2/9/20
		PORTARIA Nº 2, DE 18 DE MAIO DE 2020	Estabelece a ampliação do prazo de validade das certidões emitidas em decorrência do atendimento dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).	20/5/20
		PORTARIA Nº 1, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Estabelece a ampliação do prazo de validade das certidões emitidas em decorrência do atendimento dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em razão da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	20/3/20
	Conselho Nacional de Assistência Social	RESOLUÇÃO Nº 18, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera o artigo 13 da Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.	4/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 12, DE 27 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a aprovação da Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício de 2021.	28/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 13, DE 27 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 2° trimestre - exercício de 2020.	28/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 10, DE 20 DE JULHO DE 2020	Altera o Calendário de Reuniões do CNAS, para o exercício de 2020, aprovado pela Resolução CNAS nº 39, de 15 de outubro de 2019.	21/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 7, DE 28 DE MAIO DE 2020	Altera a Resolução CNAS nº 38, de 21 de novembro de 2019, do Conselho Nacional de Assistência Social, que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS para compor a Gestão 2020-2022.	29/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 5, DE 4 DE MAIO DE 2020	Suspende temporariamente a realização da Assembleia de Eleição da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para compor a Gestão 2020-2022, prevista na Resolução nº 38, de 21 de novembro de 2019, do Conselho Nacional de Assistência Social.	5/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Altera o artigo 13 da Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.	3/4/20
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	DESPACHO	Fica aprovado, em decisão ad referendum do Conselho Diretor do FNDCT, o orçamento de R$ 100 milhões (cem milhões de reais) integralizado em favor deste Fundo, para aplicação na Ação 2208 21C0, destinada ao enfrentamento do novo coronavírus no âmbito federal.	2/4/20
		DECISÃO AD REFERENDUM DE 15 DE MAIO DE 2020	Fica aprovado, em decisão ad referendum do Conselho Diretor do FNDCT, o orçamento de R$ 226,5 milhões (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais) integralizado em favor deste Fundo, para aplicação na Ação 2208 21C0 6500, destinada ao enfrentamento do novo coronavírus no âmbito federal;	19/5/20
	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.190/2020	A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações com nível de biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da CIBio do Centro de Estudos e Pesquisas em Moléstias Infecciosas Ltda., Dra. Paula Renata Lima Machado, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações da instituição. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.	28/10/20

		EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.885/2020	Após apreciação do processo do pedido de Parecer Técnico referente ao Projeto de Pesquisa a ser executado em instalações credenciadas com nível de biossegurança 2 da Instituição, a CTNBio concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Centro de Pesquisa René Rachou - Fiocruz, Dr. Alexandre de Magalhães Vieira Machado, solicita emissão de parecer técnico para o projeto de pesquisa denominado: "Utilização do vírus influenza expressando hemaglutinina H1 ou H3 e porção antigênica da proteína S (spike) do SARS-CoV-2 como vacina bivalente para prevenção da gripe sazonal e Covid-19" a ser executado em instalações credenciadas no CQB da Instituição.	13/4/20
	Agência Nacional de Telecomunicações	PORTARIA Nº 792, DE 2 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre os procedimentos operacionais para testes de comprovação de capacidade operacional e técnica do Serviço Radioamador, via Internet.	4/6/20
		ATO Nº 1.746, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Altera a data final para a contribuição das Consultas Públicas n. 16, 17, 18, 20, 21, 22, 27, 29 e 30, todas do corrente ano, referentes às propostas dos Procedimentos Operacionais para certificação e homologação de produtos para telecomunicações e da Lista de Referência de Produtos para Telecomunicações, para que cada consulta tenha um prazo para recebimento de contribuições de 60 (sessenta) dias a contar da data inicial de sua publicação.	2/4/20
	Secretaria Executiva	PORTARIA Nº 3.095, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA.	16/9/20
		PORTARIA Nº 3.650, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF.	16/9/20
		PORTARIA Nº 3.231, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC.	1/9/20
		PORTARIA Nº 3.219, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Observatório Nacional - ON.	28/8/20
		PORTARIA Nº 3.220, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA.	28/8/20
		PORTARIA Nº 3.222, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre Instruções para o restabelecimento das atividades presenciais no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE durante o enfrentamento da emergência em Saúde Pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).	28/8/20
		PORTARIA Nº 3.090, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Instituto Nacional do Semiárido - INSA	27/8/20
		PORTARIA Nº 3.091, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE.	27/8/20
		PORTARIA Nº 3.093, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN.	27/8/20
		PORTARIA Nº 3.094, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG.	27/8/20
		PORTARIA Nº 3.095, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia - INT.	27/8/20
		PORTARIA Nº 3.097, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM.	27/8/20
		PORTARIA Nº 3.098, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA.	27/8/20
		PORTARIA Nº 3.099, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI.	27/8/20

		PORTARIA Nº 3.100, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.	27/8/20
		PORTARIA Nº 3.109, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina as regras de flexibilização do trabalho remoto e define o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST.	27/8/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 4.125, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera, excepcionalmente, o prazo de que trata o caput e o § 1º do art. 2º da Portaria MCTI Nº 2.794, de 30 de junho de 2020, que disciplina os procedimentos para prestação de informações, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), referentes às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica informadas por meio do Formulário Eletrônico - FORMP&D.	30/11/20
		PORTARIA Nº 3.246, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Portaria MCTI nº 2.858, de 8 de julho 2020, que limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.	4/9/20
		PORTARIA Nº 3.032, DE 31 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria MCTI nº 2.858, de 8 de julho 2020, que limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.	6/8/20
		PORTARIA Nº 219/SEI-MC, DE 30 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria MC nº 53, de 8 de julho de 2020, que limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério das Comunicações - MC.	3/8/20
		PORTARIA Nº 174/SEI, DE 27 DE JULHO DE 2020	Prorroga, até 31 de agosto de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28.04.2020, alterada pela Portaria nº 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, e pela Portaria nº 2800/2020/SEI-MCTI, de 30.06.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	29/7/20
		PORTARIA Nº 2.842, DE 6 DE JULHO DE 2020	Estabelece procedimentos extraordinários referentes aos parcelamentos de débitos regulados pela Portaria nº 946, de 13 de novembro de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, em razão da pandemia de COVID-19, em face das diretrizes fixadas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal.	17/7/20
		PORTARIA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020	Limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério das Comunicações - MC.	10/7/20
		PORTARIA Nº 2.858, DE 8 DE JULHO DE 2020	Limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.	10/7/20
		PORTARIA Nº 2.800, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Prorroga, até 31.07.2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28.04.2020, alterada pela Portaria 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	1/7/20
		PORTARIA Nº 2.589, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.	10/6/20

		PORTARIA Nº 2.484, DE 2 DE JUNHO DE 2020	Considera tempestivo o Relatório Demonstrativo Anual (RDA) referente ao ano base 2019, entregue fora do prazo estabelecido no art. 33 do Decreto nº 5.906, de 2006, entregue até 30 de setembro de 2020; e prorroga o prazo de que trata o caput do artigo 13 da Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, referente ao encaminhamento do Relatório Consolidado e do Parecer Conclusivo acerca do RDA relativo ao ano base 2019, emitidos pela firma ou organização de auditoria independente.	5/6/20
		PORTARIA Nº 2.429, DE 28 DE MAIO DE 2020	Ficam definidos os parâmetros de equalização para as operações diretas de financiamento reembolsável, aprovadas pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e realizadas exclusivamente com recursos do FNDCT.	1/6/20
		PORTARIA Nº 2.456, DE 29 DE MAIO DE 2020	Prorroga, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	1/6/20
		PORTARIA Nº 2.429, DE 28 DE MAIO DE 2020	Ficam definidos os parâmetros de equalização, para as operações diretas de financiamento reembolsável, aprovadas pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e realizadas exclusivamente com recursos do FNDCT.	29/5/20
		PORTARIA Nº 2.381, DE 25 DE MAIO DE 2020	Prorroga, até 12 de junho de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa.	27/5/20
		PORTARIA 2.256, DE 18 DE MAIO DE 2020	Altera, excepcionalmente, os prazos de que tratam o caput e o § 1º do art. 2º, e o art. 5º, da Portaria MCTIC nº 4.349, de 4 de agosto de 2017, que disciplina os procedimentos para prestação de informações, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), referentes às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica informadas por meio do Formulário Eletrônico - FORMP&D.	20/5/20
		PORTARIA Nº 2.149, DE 12 DE MAIO DE 2020	Prorroga, até 29 de maio de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa.	14/5/20
		PORTARIA Nº 1.870, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Prorroga, até 15 de maio de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.915, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.682, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Prorroga, até 30 de abril de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto, como medida de prevenção a infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa.	16/4/20
		PORTARIA 1.428, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Prorroga, até 17 de abril de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus	3/4/20

			(2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa.	
		PORTARIA Nº 1.245, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Define, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), as prioridades a serem adotadas para enfrentamento do Coronavírus - Covid-19	25/3/20
		PORTARIA Nº 1.186, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, Institutos e Unidades de Pesquisa.	21/3/20
		PORTARIA Nº 1.153, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Cria o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 no âmbito das Comunicações (REDE CONECTADA MCTIC) e estabelece diretrizes a serem adotadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.	20/3/20
		PORTARIA Nº 1.076, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e de suas Entidades Vinculadas.	19/3/20
Ministério das Comunicações	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 531, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Portaria MC nº 53, de 8 de julho de 2020, que limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério das Comunicações - MCom	8/9/20
	Secretaria de Radiodifusão	PORTARIA Nº 1.394/SEI-MCOM, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020	Autoriza a flexibilização do horário de retransmissão do programa A Voz do Brasil, para além dos horários originalmente previstos, para emissoras de futebol que desejarem transmitir jogos de futebol da Seleção Brasileira, enquanto perdurar o estado de calamidade pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	17/11/20
Ministério da Defesa	Comando da Aeronáutica	PORTARIA DECEA N° 280/DGCEA, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a adoção de medidas excepcionais no âmbito do parcelamento de débitos relacionados a Tarifas de Navegação Aérea, previsto no Anexo I da Portaria DECEA n° 156/DGCEA, de 17 de setembro de 2019, em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19).	3/12/20
		PORTARIA Nº 714/GC4, DE 1º DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre as competências dos Agentes da Administração responsáveis pelo Planejamento, Gestão e Acompanhamento da execução orçamentária das Ações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e respectivos Planos Orçamentários (PO), sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER).	16/5/20
		PORTARIA DIRAP Nº 47/3SM, DE 8 DE MAIO DE 2020	Processo Seletivo Emergencial para convocação e incorporação de Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas e Farmacêuticos, com vistas à Prestação do Serviço Militar Voluntário, em caráter temporário, para o ano de 2020 (QOCon Saúde 2020).	11/5/20
		PORTARIA DIRAP Nº 48/3SM, DE 8 DE MAIO DE 2020	Processo Seletivo Emergencial para convocação e incorporação de Técnicos em Enfermagem, com vistas à Prestação do Serviço Militar Voluntário, em caráter temporário, para o ano de 2020 (QSCon TEF 2020).	11/5/20
		PORTARIA Nº 465/GC3, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Regulamenta o artigo 10 da Medida Provisória nº 945, de 4 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente do SARS-CoV-2 (COVID-19) no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.	14/4/20
		PORTARIA DIRENS Nº 55/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica para o Primeiro Semestre do ano de 2021 (EA CFS 1/2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 56/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2021 (EA EAGS 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 57/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CADAR 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 59/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CFOINF 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 60/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Intendentes do ano de 2021 (EA CFOINT 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 61/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CAMAR 2021).	25/3/20

		PORTARIA DIRENS Nº 62/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2021 (EA CFOAV 2021)	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 63/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso Preparatório de Cadetes do Ar do ano de 2021 (EA CPCAR 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 64/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Farmacêuticos da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CAFAR 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 65/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2021 (EA EAOEAR 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 66/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais de Apoio da Aeronáutica do ano de 2021 (EA EAOAP 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRENS Nº 67/DCR, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2021 (EA EIAC 2021).	25/3/20
		PORTARIA DIRAP Nº 32/3SM, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Processo Seletivo para Convocação e Incorporação de Profissionais de Nível Superior, com vistas à Prestação do Serviço Militar Voluntário, em Caráter Temporário, para o ano de 2020.	23/3/20
	Comando da Marinha	PORTARIA Nº 358/MB, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020	Estabelece regras gerais no âmbito do Comando da Marinha para a realização de trabalho na modalidade home office (teletrabalho) a ser realizado pelos Militares prestadores de Tarefa por Tempo Certo (TTC) pertencentes ao grupo de risco da COVID-19 ou em outras situações de vulnerabilidade.	11/12/20
		PORTARIA Nº 215/DPC, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Altera os prazos estabelecidos nas Portarias no 459/2019, 85/2020, 86/2020 e 155/2020 que prorrogam a validade dos Certificados de Aquaviários e não Aquaviários, Certificados Estatutários, de Vistorias e outros documentos.	2/7/20
		PORTARIA Nº 136/MB, DE 14 DE MAIO DE 2020	Autoriza a dilação do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) prestado pelos Oficiais médicos, farmacêuticos e dentistas, incorporados no ano de 2019.	15/5/20
		PORTARIA NO 155/DPC, DE 12 DE MAIO DE 2020	Prorrogação da validade de Certificado de Homologação da Lancha de Prático e Certificado de Homologação da Atalaia.	14/5/20
		PORTARIA Nº 86/DPC, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Prorrogação da validade de documentos de propriedade e regularidade de embarcações e plataformas e outros documentos emitidos pelas Capitanias dos Portos e suas organizações subordinadas.	25/3/20
		PORTARIA Nº 85/DPC, DE 19 DE MARÇO DE 2020	O Diretor de Portos e Costas considerando as restrições da mobilidade urbana nos diversos municípios brasileiros causadas pelo coronavírus (COVID-19), a fim de evitar limitações às atividades marítimas, resolve em caráter excepcional conceder 120 dias de prorrogação da validade, a partir da data de vencimento dos "Certificados de Competência" (Modelos DPC-1031/1033) e "Certificados de Proficiência" (Modelo DPC-1034) válidos até 31 de julho de 2020, emitidos pela Autoridade Marítima Brasileira.	24/3/20
	Secretaria-Geral	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/SG-MD, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Estabelece procedimentos a serem adotados pelos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19).	17/4/20
		PORTARIA SG/PR Nº 102, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020	Estabelece orientações para a retomada das atividades presenciais de forma gradual e segura dos servidores e empregados públicos em exercício nos órgãos da Presidência da República.	10/12/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA NORMATIVA Nº 88/GM-MD, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020	Altera a Portaria Normativa nº 30/GM-MD, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	9/10/20
		PORTARIA N° 1.272/GM-MD, DE 20 DE MARÇO DE 2020	APROVAR a Diretriz Ministerial de Execução nº 7/2020, que autoriza a execução das ações de apoio para mitigar os impactos do COVID-19, em estreita coordenação com os órgãos de saúde e de Segurança Pública competentes, na forma do anexo a esta Portaria.	23/3/20
		PORTARIA NORMATIVA Nº 32, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria Normativa nº 30/GM-MD, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	20/3/20

		PORTARIA Nº 1.232/GM-MD, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Aprovar a Diretriz Ministerial de Planejamento nº 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, que regula o emprego das Forças Armadas em todo o território nacional para apoio às medidas deliberadas pelo Governo Federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia COVID-19, na forma do anexo a esta Portaria.	19/3/20
		PORTARIA NORMATIVA Nº 30, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	17/3/20
Ministério da Economia	Banco Central do Brasil	INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 22, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020	Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia de Coronavírus na economia.	6/10/20
		RESOLUÇÃO CMN Nº 4.855, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.	30/9/20
		RESOLUÇÃO CMN Nº 4.855, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.	28/8/20
		RESOLUÇÃO CMN Nº 4.856, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.	28/9/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 10, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia de Coronavírus na economia.	25/8/20
		RESOLUÇÃO CMN Nº 4.840, DE 30 DE JULHO DE 2020	Altera o prazo de vencimento das parcelas de operações de crédito rural de mutuários cujas atividades foram prejudicadas pelas medidas de distanciamento social ligadas à pandemia de Covid-19, de que trata a Seção 22 (Operações de custeio e investimento prejudicadas em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pelo Covid-19 - Resolução nº 4.801/2020) do Capítulo 18 (Renegociação de Dívidas Originárias de Operações de Crédito Rural) do Manual de Crédito Rural (MCR); e altera o prazo relativo à decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em municípios afetados por seca ou estiagem para fins da renegociação de operações de crédito rural de que trata a Seção 23 (Operações que tiveram prejuízos em decorrência de seca ou estiagem em municípios com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública - Resolução nº 4.802/2020) do Capítulo 18 (Renegociação de Dívidas Originárias de Operações de Crédito Rural) do MCR.	3/8/20
		RESOLUÇÃO CMN Nº 4.843, DE 30 DE JULHO DE 2020	Prorroga as medidas de caráter emergencial introduzidas pela Resolução nº 4.810, de 30 de abril de 2020, aplicáveis aos procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural, em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19.	3/8/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 1, DE 31 DE JULHO DE 2020	Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia de Coronavírus na economia.	3/8/20
		CARTA CIRCULAR Nº 4.072, DE 22 DE JULHO DE 2020	Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia de Coronavírus na economia.	24/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.833, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Eleva o limite de crédito para operações de Financiamentos para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) para cana-de-açúcar e pescado;	29/6/20

			dispõe sobre a utilização de Recursos Obrigatórios em operações de FGPP; altera o prazo para produtores rurais e cooperativas singulares de produção agropecuária, que tenham sofrido perdas na renda em decorrência de seca ou estiagem, renegociarem suas operações de custeio e investimento; altera o prazo para contratação de linha especial de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em localidades atingidas por seca ou estiagem ou pelas medidas de distanciamento provocadas pela Covid-19; e eleva o volume de recursos destinados para o financiamento de capital de giro ao amparo do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).	
		CARTA CIRCULAR Nº 4.059, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Altera a entrada em vigor da Carta Circular nº 3.989, de 6 de dezembro de 2019, em função dos impactos da Covid-19 na economia.	10/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.820, DE 29 DE MAIO DE 2020	Estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.	2/6/20
		CIRCULAR Nº 4.020, DE 22 DE MAIO DE 2020	Dispensa de autorização prévia do Banco Central do Brasil alterações de regulamentos de arranjos de pagamentos promovidas visando a realizar transações de pagamento relacionadas com contas do tipo poupança social digital de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e impõe limites às tarifas aplicáveis a essas transações em arranjos de pagamento na modalidade "compra" e dá outras providências.	26/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.807, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Altera as Resoluções ns. 4.801 e 4.802, ambas de 9 de abril de 2020, que autorizam medidas relacionadas ao crédito rural para mitigar o efeito negativo do distanciamento social decorrente da Covid-19, e da seca, respectivamente.	5/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.810, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Estabelece medidas de caráter emergencial para os procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19.	5/5/20
		CIRCULAR Nº 4.008, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Estabelece normas especiais sobre a disponibilização ao cliente de cheque devolvido, enquanto perdurar a situação de risco à saúde pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).	30/4/20
		CIRCULAR Nº 4.009, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre medidas temporárias e em caráter de excepcionalidade aplicáveis à constituição e ao funcionamento de grupos de consórcio em decorrência da pandemia de Covid-19 e altera a Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009.	30/4/20
		CIRCULAR Nº 4.012, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Altera, em função dos impactos da Covid-19 na economia, a data de disponibilização ao Banco Central do Brasil dos relatórios anuais relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e ao Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (IcaapSimp) com data-base de 31 de dezembro de 2019, de que trata a Circular nº 3.846, de 13 de setembro de 2017.	30/4/20
		CARTA CIRCULAR Nº 4.040, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dá nova redação à Carta Circular nº 3.967, de 2 de agosto de 2019, que estabelece procedimentos para remessa de informações sobre cotistas de fundos de investimento, em função dos impactos da Covid-19 na economia.	30/4/20
		CARTA CIRCULAR Nº 4.034, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Altera, em função dos impactos da Covid-19 na economia, as datas-limites para a remessa ao Banco Central do Brasil dos documentos 3040 - Dados de Risco de Crédito, 3050 - Estatísticas Agregadas de Crédito e de Arrendamento Mercantil e 5300 - Informações sobre Relacionamentos de Cooperativa.	23/4/20
		CIRCULAR Nº 3.999, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Altera, em função dos impactos da Covid-19 na economia, as datas-limites para divulgação de demonstrações financeiras e remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil.	13/4/20

		RESOLUÇÃO Nº 4.803, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devido à pandemia da Covid-19.	13/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.801, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Autoriza, para produtores rurais, inclusive agricultores familiares cujas atividades tenham sido prejudicadas em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, a prorrogação do reembolso das operações de crédito rural de custeio e de investimento; a contratação de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) ao amparo de Recursos Obrigatórios de que trata a Seção 2 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR 6-2); e cria linhas especiais de crédito de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).	13/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.798, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Institui linha de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), de que trata o art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e estabelece encargos financeiros, prazos, limites, finalidades e demais condições desse financiamento, destinado a atender aos setores produtivos, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo.	7/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.796, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Estabelece medidas de caráter emergencial para os procedimentos de comunicação de perdas, de comprovação de perdas e de cálculo de coberturas para as operações enquadradas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) de que trata o Capítulo 16 do Manual de Crédito Rural (MCR).	3/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.791, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.	30/3/20
		CIRCULAR Nº 3.991, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o horário de atendimento ao público nas dependências das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquanto perdurar a situação de risco à saúde pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).	23/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 4.782, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.	17/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 34.782, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACPConservação de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.	16/3/20
	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	PORTARIA Nº 19.336, DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Portaria CARF nº 17.296, de 17 de julho de 2020, que regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência ou tecnologia similar, prevista no art. 53, §§ 1º e 2º do Anexo II do Regimento Interno do CARF.	17/8/20
		PORTARIA Nº 10.786, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência ou tecnologia similar, prevista no art. 53, §§ 1º e 2º do Anexo II do Regimento Interno do CARF.	29/4/20
	Câmara de Comércio Exterior	RESOLUÇÃO GECEX Nº 118, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	16/11/20
		RESOLUÇÃO GECEX Nº 103, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre a redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	21/10/20
		RESOLUÇÃO GECEX Nº 104, DE 20 DE OUTUBRO	Prorroga a vigência da redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de	21/10/20

		DE 2020	Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	
		RESOLUÇÃO Nº 89, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a vigência da redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	17/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 90, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	17/9/20
		RESOLUÇÃO GECEX Nº 75, DE 25 DE AGOSTO DE 2020(*)	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	28/8/20
		RESOLUÇÃO GECEX Nº 75, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	27/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 73, DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de resinas de policloreto de vinila obtidas pelo processo de suspensão (PVC-S), originárias da República Popular da China, com sua imediata suspensão após a prorrogação.	14/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 67, DE 10 DE JULHO DE 2020(*)	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	16/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 68, DE 14 DE JULHO DE 2020	Encerra avaliação de interesse público com manutenção do direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de aço GNO originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul e de Taipé Chinês.	15/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 67, DE 10 DE JULHO DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	13/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 51, DE 17 DE JUNHO DE 2020(*)	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	22/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 52, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	18/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 44, DE 14 DE MAIO DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	18/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 33, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	30/4/20

		RESOLUÇÃO Nº 32, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	17/4/20
		CIRCULAR Nº 24, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Suspende, por 2 meses, o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto no8.058, de 26 de julho de 2013, consoante cronograma divulgado no item 2.12 do Anexo I da Circular Secex nº 15, de 19 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 20 de março de 2020.	17/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 31, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	8/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 28, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	3/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 22, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Concede redução temporária, para zero porcento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	26/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 23, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Decide pela suspensão, até 30 de setembro de 2020, por interesse público, dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, originárias da China, e às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, originários da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	26/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 17, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.	18/3/20
	Comissão de Valores Mobiliários	RESOLUÇÃO Nº 4, DE 20 DE AGOSTO DE 2020	Promove alterações temporárias, em caráter experimental, em requisitos regulatórios estabelecidos pela Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017.	21/8/20
		DELIBERAÇÃO Nº 862, DE 23 DE JULHO DE 2020	Prorroga o prazo para apresentação, pelas companhias abertas com exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, do formulário de informações trimestrais com vencimento em 14 de agosto de 2020.	24/7/20
		DELIBERAÇÃO Nº 859, DE 7 DE JULHO DE 2020	Aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.	8/7/20
		DELIBERAÇÃO Nº 855, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Estabelece procedimentos para a realização de sessões de julgamento exclusivamente por videoconferência enquanto perdurarem as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	4/5/20
		DELIBERAÇÃO Nº 853, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Promove alteração temporária de determinados prazos previstos na Instrução CVM n° 356, de 17 de dezembro de 2001 e dá outras providências.	23/4/20
		DELIBERAÇÃO Nº 849, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Estabelece o prazo para apresentação, pelas companhias abertas, de informações com vencimento no exercício de 2020 e dá outras providências.	1/4/20
		DELIBERAÇÃO Nº 848, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Prorroga determinados prazos com vencimento no exercício de 2020 previstos em regulamentação editada pela CVM, bem como o término do período de vacância da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, dispõe sobre a suspensão dos prazos dos processos administrativos sancionadores, de que trata a Medida Provisória n° 928, de 2020, enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e promove alterações temporárias na Instrução CVM nº	27/3/20

			476, de 16 de janeiro de 2009 e na Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015.	
	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	RESOLUÇÃO Nº 17, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004, 005, 008, 010, 011, 012, 013, 014, 015 e 016/2020 - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	25/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 15, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004, 005, 008, 010/2020, 011/2020, 012/2020, 013/2020 e 014/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	28/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 14, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004, 005, 008, 010/2020, 011/2020, 012/2020 e 013/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	14/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 10, DE 20 DE JULHO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nº 004, 005 e 008/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	21/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 1, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	2/4/20
	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador	RESOLUÇÃO Nº 876, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Institui Grupo de Trabalho Especial para tratar da proposta da Bancada dos Trabalhadores no CODEFAT de ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos segurados durante o estado de calamidade pública em razão da pandemia do novo Coronavírus.	28/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 873, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Suspende a eficácia do art. 14 da Resolução CODEFAT nº 467, de 21 de dezembro de 2005, que estabelece procedimentos relativos à concessão do seguro-desemprego, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	25/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 868, DE 16 DE JULHO 2020	Altera o Anexo da Resolução CODEFAT nº 596, de 27 de maio de 2009, que aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.	22/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 864, DE 27 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a ampliação do prazo de contratação de operações de crédito e o recolhimento das remunerações e reembolsos dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT pelas instituições financeiras, no período da pandemia do coronavírus Covid-19.	28/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 858, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o recolhimento de remunerações e reembolsos de depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT pelas instituições financeiras.	30/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 860, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a criação de plataforma digital de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine, dedicada a promover e facilitar a contratação de profissionais para atuar no enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.	30/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 851, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT PDE, para o exercício de 2020.	18/3/20

	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação	RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE JULHO DE 2020	Convalida os atos praticados pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação por ocasião de sua XXVIII Reunião Ordinária.	17/7/20
	Conselho Nacional de Previdência	RESOLUÇÃO Nº 1.338, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Recomendar que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS: fixe o teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário para um inteiro e oitenta centésimos por cento e para as operações realizadas por meio de cartão de crédito para dois inteiros e setenta centésimos por cento; e adote as providências necessárias para elevar o prazo máximo de pagamento nas operações de empréstimo e de cartão de crédito firmadas com instituição financeira, relativas à oferta de crédito consignado ao aposentado e pensionista do INSS, para o limite de 84 parcelas mensais e sucessivas.	18/3/20
	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	RESOLUÇÃO Nº 17, DE 14 DE MAIO DE 2020	Prorroga para o dia 30 de junho de 2020, o prazo estabelecido no art. 3º da R.PR nº 5/2015 para o recebimento, no IBGE, dos Ofícios provenientes dos órgãos estaduais responsáveis pelas alterações na estrutura territorial oficial e/ou das Assembleias Legislativas, para efeito de cálculo da estimativa populacional a ser publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 2020.	19/5/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Estabelece procedimentos para disponibilização de dados de empresas de telecomunicações prestadoras de serviço telefônico fixo ou móvel ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para fins de suporte à produção de estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	22/4/20
	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho	PORTARIA Nº 425, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, nº 220 de 27 de julho de 2020, nº 267 de 12 de agosto de 2020, nº 296 de 28 de agosto de 2020, nº 302 de 11 de setembro de 2020, nº 321 de 29 de setembro de 2020, nº 336 de 15 de outubro de 2020 , nº 357 de 29 de outubro de 2020, nº 365 de 12 de novembro de 2020, e nº 383 de 27 de novembro de 2020, até dia 31 de dezembro de 2020.	16/12/20
		PORTARIA Nº 383, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, nº 220 de 27 de julho de 2020, nº 267 de 12 de agosto de 2020, nº 296 de 28 de agosto de 2020, nº 302 de 11 de setembro de 2020, nº 321 de 29 de setembro de 2020, nº 336 de 15 de outubro de 2020, nº 357 de 29 de outubro de 2020, e 365 de 12 de novembro de 2020, até dia 15 de dezembro de 2020.	30/11/20
		PORTARIA Nº 365, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, nº 220 de 27 de julho de 2020, nº 267 de 12 de agosto de 2020, nº 296 de 28 de agosto de 2020, nº 302 de 11 de setembro de 2020, nº 321 de 29 de setembro de 2020, nº 336 de 15 de outubro de 2020 e nº 357 de 29 de outubro de 2020, até dia 27 de novembro de 2020.	16/11/20
		PORTARIA Nº 357, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, nº 220 de 27 de julho de 2020, nº 267 de 12 de agosto de 2020, nº 296 de 28 de agosto de 2020, nº 302 de 11 de setembro de 2020, nº 321 de 29 de setembro de 2020, e n° 336 de 15 de outubro de 2020, até 15/11/2020.	3/11/20
		PORTARIA Nº 336, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Prorrogar o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, nº 220 de 27 de julho de 2020, nº 267 de 12 de agosto de 2020, nº 296 de 28 de agosto de 2020, nº 302 de 11 de setembro de 2020 e nº 321 de 29/09/2020, até 30/10/2020.	16/10/20
		PORTARIA Nº 321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas	1/10/20

			Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, nº 220 de 27 de julho de 2020, até 31/08/2020, nº 267 de 12 de agosto de 2020, nº 296 de agosto de 2020 e nº 302 de 11 de setembro de 2020, até 15/10/2020.	
		PORTARIA Nº 302, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, nº 220 de 27 de julho de 2020, até 31/08/2020, nº 267 de 12 de agosto de 2020 e nº 296 de agosto de 2020, até 30/09/2020.	15/9/20
		PORTARIA Nº 296, DE 31 DE AGOSTO DE 2020	Prorrogar o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, nº 220 de 27 de julho de 2020, até 31/08/2020, e nº 267 de 12 de agosto de 2020, até 15/09/2020.	1/9/20
		PORTARIA Nº 267, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, e nº 220 de 27 de julho de 2020, até 31/08/2020.	13/8/20
		PORTARIA Nº 203, DE 13 DE JULHO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, e nº 182 de 30 de junho de 2020, até 30/07/2020.	15/7/20
		PORTARIA Nº 182, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi estendido pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020 e nº 163 de 10 de junho de 2020, até 15/07/2020.	1/7/20
		PORTARIA Nº 163, DE 10 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi estendido pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020 e nº 148 de 28 de maio de 2020, até 30/06/2020.	15/6/ 20
		PORTARIA Nº 148, DE 28 DE MAIO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi estendido pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020 e nº 137 de 16 de maio de 2020, até 15/06/2020.	29/5/20
		PORTARIA Nº 137, DE 16 DE MAIO DE 2020	Prorrogar o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi dilatado pela Portaria nº 96 de 15 de abril de 2020, até 30/05/2020.	19/5/20
		PORTARIA Nº 96, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Prorroga por 30 dias o prazo determinado no Artigo 12, da Portaria nº 65/2020, de 17 de março de 2020.	16/4/20
		PORTARIA Nº 65, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Estabelecer orientações, no âmbito da FUNDACENTRO, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), seguindo o plano de contingenciamento do Governo Federal para reduzir o contágio e preservar os servidores e comunidade do COVID-19, tendo em vista que a situação atual está definida como de transmissão comunitária, não sendo possível identificar a fonte de transmissão, o que significa que o vírus está circulando entre a população.	17/3/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 296, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Eleva, temporariamente, o limite de valor para julgamentos de recursos em sessões não presenciais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, enquanto vigente o estado de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus - COVID-19.	12/8/20
		PORTARIA Nº 245, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.	17/6/20
		PORTARIA N° 201, DE 11 DE MAIO DE 2020	Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em decorrência da pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019 (Covid-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).	12/5/20
		PORTARIA Nº 189, DE 4 DE MAIO DE 2020	Autoriza, em decorrência da pandemia de COVID-19, a realização de sorteio de processos para os conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF fora do ambiente de sessões presenciais de julgamento.	6/5/20

		PORTARIA Nº 150, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria ME nº 139, de 3 de abril de 2020, que prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.	8/4/20
		PORTARIA Nº 139, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.	3/4/20
		PORTARIA Nº 134, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Portaria Interministerial que altera a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, suspende a contagem dos seus prazos, autoriza a prorrogação excepcional dos prazos dispostos no seu art. 24, §§ 1º e 2º, e faculta a aplicação dessas disposições aos instrumentos em execução ou em fase de prestação de contas celebrados na vigência das Portarias Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 e 507, de 24 de novembro de 2011.	31/3/20
		PORTARIA N° 96, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Delega competências ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), e autoriza a adoção de atos de gestão de que trata a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.	18/3/20
		PORTARIA Nº 103, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento, em decorrência da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde relacionada ao coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.	18/3/20
	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	PORTARIA Nº 377, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020	Altera a Portaria nº 111, de 27 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2020, seção 01, página 31 a 32, que define condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), de forma a postergar sua aplicação.	11/12/20
		PORTARIA Nº 364, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera os prazos de adequação ao Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis estabelecidos pela Portaria nº 296, de 12 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2019, seção 1, página 31.	30/11/20
		PORTARIA Nº 353, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera a Portaria Inmetro nº 270, de 05 de agosto de 2008, que aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Embalagens Destinadas ao Envasilhamento de Álcool, de forma a suspender sua compulsoriedade.	24/11/20
		PORTARIA Nº 354, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece medidas acauteladoras visando à proteção do setor produtivo e da sociedade, bem como a prevenção de risco de solução de continuidade nas atividades e prestação dos serviços delegados de metrologia legal e avaliação da conformidade, no âmbito da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I), diante de possível perda de recursos para execução plena dos termos de delegação celebrados com instituições que a compõem, e dá outras providências.	16/11/20
		PORTARIA Nº 343, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera os prazos para uso do Selo de Identificação da Conformidade compulsório referente aos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos para Festas, em decorrência da pandemia do Coronavírus (COVID-19).	13/11/20
		PORTARIA Nº 321, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Altera a Portaria Inmetro nº 456, de 14 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2019, seção 01, página 46, que aprova os ajustes e esclarecimentos aos Requisitos de Avaliação da Conformidade para capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares.	16/10/20
		PORTARIA Nº 225, DE 22 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria nº 111, de 27 de março de 2020, que define condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).	30/6/20
		PORTARIA Nº 204, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria Inmetro nº 338, de 20 de agosto de 2019 e dá outras providências.	9/6/20
		PORTARIA Nº 134, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a suspensão das atividades presenciais dos cursos de pós-graduação e cursos técnicos do Inmetro, tais como: aulas, seminários e defesas de dissertação e tese em razão da pandemia causada pelo COVID-19, e dá outras providências.	13/4/20
		PORTARIA Nº 114, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria Inmetro nº 101, de 20 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de março de 2020, seção 1, página 93.	1/4/20
		PORTARIA Nº 111, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).	30/3/20

		PORTARIA Nº 107, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Posterga a extensão dos prazos de validade ou de vencimento do Certificado de Inspeção Veicular (CIV), do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), do Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), do Selo Gás Natural Veicular, do Certificado de Capacitação Técnica (CCT), do Relatório Técnico de Requalificação do Cilindro para Gás Natural Veicular e da Etiqueta de Garantia Autoadesiva dos Extintores de Incêndio manutenidos, em decorrência da pandemia do Coronavírus (COVID-19).	27/3/20
		PORTARIA Nº 105, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Suspende os prazos para apresentação de defesa e interposição de recurso nos processos administrativos de apuração de infração administrativa instaurados por descumprimento a deveres instituídos pela Lei nº 9.933/1999.	25/3/20
		PORTARIA Nº 102, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Suspende a compulsoriedade da certificação de suprimentos médico hospitalares para enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19).	23/3/20
		PORTARIA Nº 101, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Adota medidas de atuação dos órgãos integrantes da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I) e estabelece diretrizes sobre o direcionamento dos recursos disponíveis no cenário atual de suspensão parcial das atividades e preparar o setor para uma eventual paralisação completa dos trabalhos, em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19, e dá outras providências.	23/3/20
		PORTARIA Nº 99, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Aprova condições extraordinárias para os serviços regulamentados, na área de avaliação da conformidade, que dependam da atuação dos órgãos delegados que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade RBMLQ-I, em decorrência da epidemia do coronavírus (COVID-19).	23/3/20
		PORTARIA Nº 79, DE 4 DE MARÇO DE 2020	Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade em países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19).	5/3/20
	Instituto Nacional do Seguro Social	PORTARIA Nº 1.199, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui o trabalho remoto em caráter excepcional, como medida de proteção e prevenção ao contágio para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	3/12/20
		PORTARIA Nº 1.186, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)	Prorroga a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida.	1/12/20
		PORTARIA Nº 1.186, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida.	30/11/20
		PORTARIA Nº 1.130, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a regularização dos Benefícios de Prestação Continuada com status de suspensos ou cessados por não inclusão do beneficiário no Cadastro Único, no período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	5/11/20
		PORTARIA Nº 1.070, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do programa de Reabilitação Profissional.	22/10/20
		PORTARIA Nº 1.062, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Especifica procedimentos para comprovação de vida pelos beneficiários que residem no exterior.	19/10/20
		PORTARIA Nº 1.053, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida.	15/10/20
		PORTARIA Nº 933, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).	22/9/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 16, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020	Remarcação de atendimento de perícia médica por ocasião do retorno gradual do atendimento presencial	22/9/20
		PORTARIA Nº 962, DE 20 DE SETEMBRO DE 2020	Realização de visitas pelas entidades de classes que representam servidores públicos	21/9/20
		PORTARIA Nº 932, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do benefício de prestação continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	17/9/20
		PORTARIA Nº 924, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre o retorno gradual das atividades presenciais e adoção das medidas de prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão do novo Coronavírus (COVID-19).	11/9/20
		PORTARIA Nº 480, DE 22 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei Nº 13.982, de 02 de abril de 2020.	23/6/20

		PORTARIA Nº 680, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).	18/6/20
		PORTARIA Nº 123, DE 13 DE MAIO DE 2020	lterar o catálogo de serviços do SAG Gestão, em razão da suspensão do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social - APS , autorizado pela Portaria nº 412/PRES/INSS, de 20 de março 2002 e prorrogado pela Portaria Conjunta nº 13/SEPRT/SPREV/INSS/ME, de 29 de abril de 2020, possibilitando o acesso aos serviços pelos usuários do INSS remotamente durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19).	15/5/20
		PORTARIA Nº 543, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Autoriza a transferência do pagamento de benefícios para modalidade de conta corrente.	29/4/20
		PORTARIA Nº 552, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Autoriza a prorrogação automática dos benefícios de Auxílio-Doença enquanto perdurar o fechamento das agências em função da Emergência de Saúde Pública de nível internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), nas condições especificadas.	29/4/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Cria novos serviços nos canais remotos de atendimento do INSS relativos aos Acordos Internacionais e dá outras providências.	16/4/20
		PORTARIA Nº 295, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o atendimento de beneficiários segurados especiais em razão da pandemia do coronavírus (COVID-19).	16/4/20
		PORTARIA Nº 422, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Institui o trabalho remoto em caráter excepcional no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social, como medida de proteção e prevenção ao contágio para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	1/4/20
		PORTARIA Nº 412, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a manutenção de direitos dos segurados e beneficiários do INSS em razão das medidas restritivas no atendimento ao público para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19).	23/3/20
		PORTARIA Nº 375, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas para as unidades descentralizadas do Instituto Nacional do Seguro Social quanto às medidas de proteção que devem ser adotadas no atendimento ao público para prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).	18/3/20
		PORTARIA Nº 373, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Estabelece orientações quanto às medidas protetivas, no âmbito do INSS, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).	17/3/20
	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	PORTARIA Nº 79, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece as condições para transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União.	1/10/20
		PORTARIA Nº 20.162, DE 28 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.	1/9/20
		PORTARIA Nº 18.731, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece as condições para transação excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).	7/8/20
		PORTARIA Nº 18.176, DE 30 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.	31/7/20
		PORTARIA Nº 3, DE 28 DE JULHO DE 2020	Prorroga novamente o prazo constante no item 4.1 do Edital para credenciamento de Leiloeiros Oficiais nº 01/2020, por mais 30 (trinta) dias, portanto, até o dia 31/08/2020.	29/7/20
		DELIBERAÇÃO Nº 864, DE 28 DE JULHO DE 2020	Prorroga a suspensão da eficácia do art. 9º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.	29/7/20
		PORTARIA Nº 15.413, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.	1/7/20

		PORTARIA Nº 14.402, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Estabelece as condições para transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na perspectiva de recebimento de créditos inscritos.	17/6/20
		PORTARIA Nº 13.338, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	9/6/20
		PORTARIA Nº 2, DE 27 DE MAIO DE 2020	Prorroga novamente o prazo constante no item 4.1 do Edital para crede	28/5/20
		PORTARIA Nº 10.205, 17 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	22/4/20
		PORTARIA Nº 8.839, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Considera suspenso o prazo de desativação das Procuradorias Seccionais localizadas em Duque de Caxias/RJ, Pato Branco/PR e Ponta Grossa/PR previsto no artigo 1º da Portaria PGFN Nº 11013, de 19 de novembro de 2019, e, consequentemente, o de extinção descrito no artigo 2º do mesmo normativo, a partir do dia 09 de março de 2020.	1/4/20
		PORTARIA Nº 1, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Prorroga o prazo constante no item 4.1 do Edital para credenciamento de Leiloeiros Oficiais nº 01/2020, por 60 (sessenta) dias, portanto, até o dia 02/06/2020.	30/3/20
		PORTARIA Nº 8.457, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria PGFN nº 7.280, de 18 de março de 2020, que estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavirus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.	26/3/20
		PORTARIA Nº 1, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Prorroga o prazo constante no item 4.1 do Edital para credenciamento de Leiloeiros Oficiais nº 01/2020, por 60 (sessenta) dias, portanto, até o dia 02/06/2020	26/3/20
		PORTARIA Nº 8.012, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias, no âmbito da gestão administrativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, de prevenção ao contágio do covid19, considerada a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS e o disposto na Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020.	20/3/20
		PORTARIA Nº 7.957, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Determinar que, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, declarada pela Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a representação da União nas assembleias gerais das sociedades de economia mista e em outras entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe dar-se-á, exclusivamente, à distância, por meio de sistema eletrônico, nos termos da redação atualizada do art. 21-C, II, da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários n. 481, de 17 de dezembro de 2009, que regulamenta o art. 121, p. único, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	20/3/20
		PORTARIA Nº 7.820, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavirus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU	18/3/20
		PORTARIA Nº 7.821, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	18/3/20
	Superintendência da Zona Franca de Manaus	PORTARIA Nº 445, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Regulamenta os procedimentos a serem observados pelas empresas com projetos industriais que usufruem dos incentivos fiscais da ZONA FRANCA DE MANAUS em razão das medidas de prevenção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUFRAMA.	2/7/20
		PORTARIA Nº 524, DE 2 DE JULHO DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	6/7/20

		PORTARIA Nº 320, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre condições, conceitos e critérios para desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) que tenham como objetivo o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) na Amazônia Ocidental (AMOC) e no Estado do Amapá.	24/4/20
	Receita Federal	PORTARIA Nº 930, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera Portaria SRRF09 nº 202, de 25 de março de 2020, publicada no DOU de 27 de março de 2020.	18/11/20
		PORTARIA Nº 146, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece procedimentos relacionados a verificação remota de cargas e bens abandonados, por meio do registro de imagens obtidas por câmeras.	5/11/20
		PORTARIA Nº 101, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a transferência das atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Juazeiro - BA para outras unidades da Receita Federal.	4/11/20
		PORTARIA Nº 4.586, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020	Altera a Portaria RFB nº 696, de 9 de abril de 2020, que disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	28/10/20
		PORTARIA Nº 95, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020	Transfere as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Juazeiro - BA para outras unidades da Receita Federal.	28/10/20
		PORTARIA Nº 97, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020	Transfere as atividades de atendimento presencial do Posto de Atendimento da Receita Federal do Brasil em Serrinha - BA para outras unidades da Receita Federal.	28/10/20
		PORTARIA Nº 802, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre regulamentação e os serviços atendidos por meio da caixa corporativa instituída no Correio Eletrônico para recebimento de mensagens eletrônicas externas no âmbito do Atendimento ao Contribuinte na 9ª Região Fiscal, no contexto das medidas emergenciais de atendimento decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).	23/10/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.983, DE 21 DE OUTUBRODE DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).	23/10/20
		PORTARIA Nº 68, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre o reinício das atividades de atendimento presencial na Rede de Atendimento vinculada à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal/RN nas hipóteses permitidas pelas normas dos entes federativos que tratam das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).	21/10/20
		PORTARIA Nº 43, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre o reinício das atividades de atendimento presencial na Rede de Atendimento vinculada à Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa nas hipóteses permitidas pelas normas dos entes federativos que tratam das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).	20/10/20
		PORTARIA Nº 72, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre o reinício das atividades de atendimento presencial na Rede de Atendimento vinculada à Delegacia da Receita Federal do Brasil no Recife (PE), nas hipóteses permitidas pelas normas dos entes federativos que tratam das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).	19/10/20
		PORTARIA Nº 79, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece regras para execução remota de atividades durante o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), define o horário de atendimento presencial ao contribuinte e disciplina regras para o atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau (DRF-Blumenau) e Agências da Receita Federal do Brasil em Brusque, Rio do Sul e Timbó/SC (ARF).	1/10/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.977, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.933, de 3 de abril de 2020, que suspende o prazo para retorno ao País das pedras preciosas ou semipreciosas e de joias exportadas em consignação não vendidas no exterior, ou para a exportação definitiva das que forem vendidas, e a Instrução Normativa RFB nº 1.947, de 7 de	22/9/20

			maio de 2020 que estabelece, em caráter temporário, procedimentos e prazos para formalização dos pedidos de aplicação e de extinção da aplicação dos regimes aduaneiros especiais e aplicados em áreas especiais durante o estado de emergência de saúde pública decorrente da doença pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).	
		PORTARIA Nº 1.152, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	8/9/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.973, DE 28 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).	31/8/20
		PORTARIA Nº 48, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG, nas Agências da Receita Federal do Brasil em Araxá/MG, Frutal/MG, Ituiutaba/MG, Patos de Minas/MG, Patrocínio/MG e Uberaba/MG, e nos Postos de Atendimento de Araguari/MG e Paracatu/MG, em caráter excepcional, para o enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	31/8/20
		PORTARIA Nº 115, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	13/8/20
		PORTARIA Nº 116, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da IRF/SSO, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	13/8/20
		PORTARIA Nº 117, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade ARF/Jacareí, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	13/8/20
		PORTARIA Nº 118, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade ARF/Taubaté, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	13/8/20
		PORTARIA Nº 119, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento nas unidades ARF/Campos do Jordão, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e no Posto de Atendimento de Cruzeiro, jurisdicionados a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	13/8/20
		PORTARIA Nº 1.024, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	11/8/20
		PORTARIA Nº 32, DE 5 DE AGOSTO DE 2020	Disciplina, em caráter temporário, as atividades de atendimento ao contribuinte no âmbito da Rede de Atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).	6/8/20
		PORTARIA Nº 60, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo de restrição ao atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, a que se refere a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020.	5/8/20
		PORTARIA Nº 61, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo de restrição ao atendimento presencial na ARF Tangará da Serra-MT, a que se refere a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020.	5/8/20
		PORTARIA Nº 153, DE 3 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).	5/8/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.970, DE 31 DE JULHO DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº	4/8/20

			1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).	
		PORTARIA Nº 344, DE 31 DE JULHO DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF06 nº 135, de 19 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte nas unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito da 6ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	4/8/20
		PORTARIA Nº 25, DE 31 DE JULHO DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria DRF/PPE nº 08, de 20 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente e em suas unidades jurisdicionadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Sars-CoV-2).	4/8/20
		PORTARIA Nº 41, DE 30 DE JULHO DE 2020	Regulamenta o restabelecimento do atendimento presencial no CAC da ALF/PPA face à situação de pandemia do Coronavírus (Covid-19).	3/8/20
		PORTARIA Nº 107, DE 30 DE JULHO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	3/8/20
		PORTARIA Nº 108, DE 30 DE JULHO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento ARF/Jacareí, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	3/8/20
		PORTARIA Nº 109, DE 30 DE JULHO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da IRF/SSO, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	3/8/20
		PORTARIA Nº 4.105, DE 30 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que estabelece em caráter temporário, regras para o atendimento presencial nas unidades de atendimento, e suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).	31/7/20
		PORTARIA Nº 1.001, DE 29 DE JULHO DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	31/7/20
		PORTARIA Nº 23, DE 23 DE JULHO DE 2020	Funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19).	24/7/20
		PORTARIA Nº 546, DE 13 DE JULHO DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	15/7/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 1.178, DE 13 DE JULHO DE 2020	Prorroga prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia da doença provocada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).	14/7/20
		PORTARIA Nº 34, DE 10 DE JULHO DE 2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	13/7/20
		PORTARIA Nº 19, DE 7 DE JULHO DE 2020	Estabelece regras para execução remota de atividades, manutenção de atividades essenciais, estabelece horário e regras para o atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville (DRF-Joinville) durante o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus-(COVID-19).	9/7/20
		PORTARIA Nº 72, DE 7 DE JULHO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	8/7/20
		PORTARIA Nº 73, DE 7 DE JULHO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da IRF/SSO, jurisdicionada a esta Delegacia da	8/7/20

			Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	
		PORTARIA Nº 74, DE 7 DE JULHO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento ARF/Jacareí, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	8/7/20
		PORTARIA Nº 75, DE 7 DE JULHO DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento ARF/Mogi das Cruzes, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	8/7/20
		PORTARIA Nº 296, DE 1º DE JULHO DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF06 nº 135, de 19 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte nas unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito da 6ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	3/7/20
		PORTARIA Nº 27, DE 2 DE JULHO DE 2020	Prorroga os efeitos e a vigência da Portaria DRF/AJU nº 21, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial na Rede de Atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-CoV-2).	3/7/20
		PORTARIA Nº 1.086, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria RFB nº 696, de 9 de abril de 2020, que disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	2/7/20
		PORTARIA Nº 14, DE 1º DE JULHO DE 2020	Fica prorrogada para 31 de julho de 2020 a vigência da Portaria DRF/PPE nº 08, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, podendo ser novamente prorrogada enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2), ou revogada caso a situação de emergência de saúde pública mencionada cesse.	2/7/20
		PORTARIA Nº 14, DE 1º DE JULHO DE 2020	Prorroga o prazo da Portaria DRF/ITA nº 08, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Ipiaú (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).	2/7/20
		PORTARIA Nº 144, DE 1º DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).	2/7/20
		PORTARIA Nº 38, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo a que se refere a Portaria ALF/PPA Nº 26, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 25 de março de 2020, referente à suspensão temporária do atendimento presencial no CAC da ALF/PPA como medida de proteção ao Coronavírus (Covid-19).	1/7/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.961, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).	30/6/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.962, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).	30/6/20
		PORTARIA Nº 1.087, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência	30/6/20

			de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).	
		PORTARIA Nº 59, DE 26 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo de restrição ao atendimento presencial na ARF Tangará da Serra-MT, a que se refere a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020.	30/6/20
		PORTARIA Nº 58, DE 26 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo de restrição ao atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, a que se refere a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020.	30/6/20
		PORTARIA Nº 297, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo de restrição ao atendimento presencial nas unidades de atendimento da 1ª Região Fiscal a que se refere a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020.	29/6/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.960, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Estabelece medidas para redução dos impactos econômicos decorrentes da doença pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19) com relação aos beneficiários do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial de que tratam as Instruções Normativas RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012, e nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016.	18/6/20
		PORTARIA Nº 63, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Juazeiro - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	16/6/20
		PORTARIA Nº 302, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Inclui parágrafo 5º no artigo 2º da Portaria que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 3ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	9/6/20
		PORTARIA Nº 11, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Prorroga os efeitos e a vigência da Portaria DRF/ITA nº 08, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Ipiaú (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).	5/6/20
		PORTARIA Nº 121, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).	3/6/20
		PORTARIA Nº 122, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria SRRF05 nº 98, de 3 de abril de 2020, que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 5ª Região Fiscal, por meio da caixa de e-mail corporativa regional de atendimento, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	3/6/20
		PORTARIA Nº 26, DE 2 DE JUNHO DE 2020	Prorroga os efeitos e a vigência da Portaria DRF/AJU nº 21, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial na Rede de Atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-CoV-2).	3/6/20
		PORTARIA Nº 53, DE 29 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento externo ao contribuinte na ARF Tangará da Serra-MT em decorrência do Coronavirus (COVID-19).	2/6/20
		PORTARIA Nº 54, DE 29 DE MAIO DE 2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT.	2/6/20
		PORTARIA Nº 34, DE 29 DE MAIO DE 2020	Prorroga o prazo a que se refere a Portaria ALF/PPA Nº 27, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 25 de março de 2020, referente à alteração temporária do horário de atendimento do plantão aduaneiro da ALF/PPA.	2/6/20
		PORTARIA Nº 35, DE 29 DE MAIO DE 2020	Prorroga o prazo a que se refere a Portaria ALF/PPA Nº 26, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 25 de	2/6/20

			março de 2020, referente à suspensão temporária do atendimento presencial no CAC da ALF/PPA como medida de proteção ao Coronavírus (Covid-19).	
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.957, DE 29 DE MAIO DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).	1/6/20
		PORTARIA Nº 53, DE 29 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento externo ao contribuinte na ARF Tangará da Serra-MT em decorrência do Coronavirus (COVID-19).	1/6/20
		PORTARIA Nº 54, DE 29 DE MAIO DE 2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT.	1/6/20
		PORTARIA Nº 264, DE 27 DE MAIO DE 2020	Prorroga o prazo de restrição ao atendimento presencial nas unidades de atendimento da 1ª Região Fiscal a que se refere a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020.	29/5/20
		PORTARIA Nº 56, DE 26 DE MAIO DE 2020	Altera o art. 1º da Portaria ALF/ITJ nº 43, de 30 de março de 2020, Estabelece regras para o atendimento no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí.	27/5/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.955, DE 25 DE MAIO DE 2020	Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, em decorrência da pandemia da doença provocada pelo coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).	26/5/20
		PORTARIA Nº 17, DE 22 DE MAIO DE 2020	Altera dispositivos da Portaria DRF/VCA nº 11, de 27 de março de 2020, para suspender, temporariamente, as atividades de atendimento presencial na ARF/JEQ.	26/5/20
		PORTARIA Nº 257, DE 20 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria SRRF04 nº 232, de 8 de abril de 2020, que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	25/5/20
		PORTARIA Nº 51, DE 11 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria ALF/GRU nº 203, de 28 de dezembro de 2017, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 249, de 29 de dezembro de 2017.	14/5/20
		PORTARIA Nº 234, DE 8 DE MAIO DE 2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 2ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19).	11/5/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.947, DE 7 DE MAIO DE 2020	Estabelece, em caráter temporário, procedimentos e prazos para formalização dos pedidos de aplicação e de extinção da aplicação dos regimes aduaneiros especiais e aplicados em áreas especiais durante o estado de emergência de saúde pública decorrente da doença pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).	8/5/20
		PORTARIA Nº 19, DE 7 DE MAIO DE 2020	Funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19).	8/5/20
		PORTARIA Nº 48, DE 4 DE MAIO DE 2020	Atribui atividades para os plantonistas da Dibag, em caráter excepcional, no âmbito desta ALF/GRU.	6/5/20
		PORTARIA Nº 248, DE 4 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria SRRF04 nº 232, de 8 de abril de 2020, que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	5/5/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.944, DE 4 DE MAIO DE 2020	Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).	4/5/20
		PORTARIA Nº 43, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o atendimento externo ao contribuinte na ARF Tangará da Serra-MT em decorrência do Coronavirus (COVID-19).	4/5/20
		PORTARIA Nº 60, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Irecê - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	4/5/20

		PORTARIA Nº 10.763, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne à Presidência da República e ao Ministério da Defesa.	28/4/20
		PORTARIA Nº 197, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF06 nº 135, de 19 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte nas unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito da 6ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	27/4/20
		PORTARIA Nº 39, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria ALF/VCP nº 33, de 23 de março de 2020.	24/4/20
		PORTARIA Nº 39, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19.	23/4/20
		PORTARIA Nº 11, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Suspende o funcionamento da Agência da Receita Federal em Barretos-SP.	23/4/20
		PORTARIA Nº 7, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria e a entrega da mercadoria antes da conclusão da conferência aduaneira, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega da Fortaleza, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).	23/4/20
		PORTARIA Nº 5, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria e a entrega da mercadoria antes da conclusão da conferência aduaneira, nos recintos jurisdicionados pela Inspetoria da RFB no Porto de São Luís, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).	23/4/20
		PORTARIA Nº 67, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega do Aeroporto Internacional do Galeão, nos casos que menciona, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.	22/4/20
		PORTARIA Nº 56, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Irecê - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	22/4/20
		ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Autoriza a chegada e saída de aeronave do País, nos termos do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 05/02/2009.	20/4/20
		PORTARIA Nº 58, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento ARF/Mogi das Cruzes, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	20/4/20
		PORTARIA Nº 57, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento ARF/Jacareí, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	20/4/20
		PORTARIA Nº 56, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da IRF/SSO, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	20/4/20
		PORTARIA Nº 55, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	20/4/20
		PORTARIA Nº 11, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Fica prorrogada para 30 de junho de 2020 a vigência da Portaria DRF/PPE nº 08, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, podendo ser novamente prorrogada enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19), ou revogada caso a situação de emergência de saúde pública mencionada cesse.	20/4/20
		PORTARIA Nº 79, DE 8 DE ABRIL DE 2020	Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC de Belo Horizonte e Agências da Receita Federal do Brasil - ARF em Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Coronel Fabriciano, Itabira	17/4/20

			e João Monlevade) em caráter excepcional, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	
		PORTARIA Nº 22, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Lagoa Santa/MG, Curvelo/MG, Diamantina/MG e Paracatu/MG - em caráter excepcional, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	17/4/20
		PORTARIA Nº 242, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF07 nº 146, de 19 de março de 2020.	17/4/20
		DELIBERAÇÃO Nº 852, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Estabelece o prazo para apresentação, pelos empreendimentos hoteleiros e por emissores não registrados que realizaram ofertas ao amparo da Instrução CVM nº 476/09, de informações com vencimento em 2020, altera a Deliberação CVM nº 849, de 31 de março de 2020, e revoga a Deliberação CVM nº 846, de 16 de março de 2020.	16/4/20
		PORTARIA Nº 43, DE 14 DE MARÇO DE 2020	Delega competência aos AFRFBs lotados na EDAD enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.	16/4/20
		PORTARIA Nº 38, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT.	16/4/20
		PORTARIA Nº 377, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	16/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.938, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).	15/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.936, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).	15/4/20
		PORTARIA Nº 15, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19)	15/4/20
		ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) nos casos em que especifica.	15/4/20
		PORTARIA Nº 696, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	13/4/20
		PORTARIA Nº 232, DE 8 DE ABRIL DE 2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	13/4/20
		PORTARIA Nº 190, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, e institui o atendimento por Caixa Corporativa na 1ª Região Fiscal.	13/4/20
		PORTARIA Nº 170, DE 8 DE ABRIL DE 2020	Disciplina os procedimentos emergenciais relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos aduaneiros e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação, exportação e trânsito aduaneiro, no âmbito da 6ª Região Fiscal, enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - Covid19.	13/4/20

		PORTARIA Nº 28, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Araguari/MG, Ituiutaba/MG, Patos de Minas/MG e Patrocínio/MG, em caráter excepcional, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	13/4/20
		PORTARIA Nº 16, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Disciplina o funcionamento das unidades de atendimento vinculadas à Delegacia da Receita Federal em Contagem/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte/CAC e Agência da Receita Federal do Brasil em Betim/ARF-Betim, em caráter excepcional, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus (covid - 19).	9/4/20
		PORTARIA Nº 18, DE 8 DE ABRIL DE 2020	Disciplina o atendimento ao público prestado pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal em Poços de Caldas e pelas Agências da Receita Federal em Guaxupe e São Sebastião do Paraíso.	9/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.935, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera o Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Centro Virtual de Atendimento da Secretaria da Receita Federal (e-CAC).	8/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.935, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera o Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Centro Virtual de Atendimento da Secretaria da Receita Federal (e-CAC).	8/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.934, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera as Instruções Normativas SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001, que dispõe sobre as declarações de espólio, e nº 208, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a tributação, pelo imposto sobre a renda, dos rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior e dos ganhos de capital apurados na alienação de bens e direitos situados no exterior por pessoa física residente no Brasil e dos rendimentos recebidos e dos ganhos de capital apurados no País por pessoa física não-residente no Brasil.	7/4/20
		ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Autoriza a chegada no País e saída de uma aeronave de carga, em voo internacional para o Aeroporto Marechal Rondon, com chegada prevista entre os dias 10 de abril e 30 de maio do ano corrente.	7/4/20
		PORTARIA Nº 55, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Irecê - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	7/4/20
		PORTARIA Nº 163, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria SRRF06 nº 135, de 19 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte nas unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito da 6ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	7/4/20
		PORTARIA Nº 7, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC da Delegacia da Receita Federal em Varginha, e nas Agências da Receita Federal em Alfenas/MG, Itajubá/MG, Lavras/MG, Pouso Alegre/MG e São Lourenço/MG para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	7/4/20
		PORTARIA Nº 55, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Irecê - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	7/4/20
		PORTARIA Nº 24, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba-PR enquanto vigorar a oportunidade e conveniência de medidas de gestão reconhecidas por meio da Portaria RFB nº 547, de 20 de março de 2020.	6/4/20
		PORTARIA Nº 12, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19).	6/4/20

		PORTARIA Nº 10, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte nas unidades de atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Divinópolis - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e Agências de Bom Despacho, Campo Belo, Formiga, Pará de Minas, Passos e também pelos Postos de Atendimento em Itaúna e Oliveira - em caráter excepcional, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	6/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.932, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).	3/4/20
		PORTARIA Nº 179, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 2ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19).	3/4/20
		PORTARIA Nº 35, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento presencial ao contribuinte, excepcionalmente, em razão do estado de emergência de saúde pública decorrente do Conoavírus (CODIV-19).	3/4/20
		PORTARIA Nº 34, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o atendimento externo ao contribuinte na ARF Tangará da Serra-MT em decorrência do Coronavirus (COVID-19).	3/4/20
		PORTARIA Nº 33, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para execução remota de atividades, manutenção de atividades essenciais, estabelece horário e regras para o atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau (DRF-Blumenau) e Agências da Receita Federal do Brasil em Brusque, Rio do Sul e Timbó/SC (ARF) durante o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus-(COVID-19).	3/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.931, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).	2/4/20
		PORTARIA Nº 52, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Serrinha - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	2/4/20
		PORTARIA Nº 51, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Santo Antônio de Jesus - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	2/4/20
		PORTARIA Nº 53, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Alagoinhas - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	2/4/20
		PORTARIA Nº 54, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Paulo Afonso - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	2/4/20
		PORTARIA Nº 9, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Suspensão funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19).	2/4/20
		PORTARIA Nº 38, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação, antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados por esta Alfândega, para mercadorias listadas no anexo II da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.	2/4/20
		PORTARIA Nº 43, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí (ALF/ITJ), inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	2/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.930, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.924, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física	1/4/20

			referente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019, pela pessoa física residente no Brasil.	
		PORTARIA Nº 152, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	1/4/20
		PORTARIA Nº 20, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Lagoa Santa/MG, Curvelo/MG, Diamantina/MG e Paracatu/MG - em caráter excepcional, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	1/4/20
		PORTARIA Nº 48, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Seabra - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	30/3/20
		PORTARIA Nº 11, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial na Rede de Atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista (DRF/VCA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-CoV-2).	30/3/20
		PORTARIA Nº 162, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento externo ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e revoga a Portaria SRRF01 nº 145, de 18 de março de 2020.	27/3/20
		PORTARIA Nº 157, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 2ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19).	27/3/20
		PORTARIA Nº 163, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento interno ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e revoga a Portaria SRRF01 nº 147, de 18 de março de 2020.	27/3/20
		PORTARIA Nº 202, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para execução remota de atividades, manutenção de atividades essenciais, estabelece regras para o atendimento no âmbito da 9ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	27/3/20
		PORTARIA Nº 194, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Dispõe em caráter excepcional e temporário sobre o atendimento no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal em face do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	26/3/20
		PORTARIA Nº 46, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Barreiras - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágil pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	26/3/20
		PORTARIA Nº 47, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Euclides da Cunha - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágil pelo coronavírus (SARS-Cov-2).	26/3/20
		PORTARIA Nº 6, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).	26/3/20
		PORTARIA Nº 7, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Ilhéus (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).	26/3/20
		PORTARIA Nº 8, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Ipiaú (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e	26/3/20

			diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).	
		PORTARIA Nº 9, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Eunápolis (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).	26/3/20
		PORTARIA Nº 37, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Disciplina os procedimentos emergenciais a serem adotados no despacho de trânsito aduaneiro, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.	26/3/20
		PORTARIA Nº 66, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Disciplina a suspensão das atividades de atendimento presencial da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos, como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde do coronavírus (Covid-19).	26/3/20
		PORTARIA Nº 40, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita Federal do Brasil em Goiânia-GO, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID - 19).	25/3/20
		PORTARIA Nº 26, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Suspensão temporária do atendimento presencial no CAC da ALF/PPA como medida de proteção ao Coronavírus (Covid-19).	25/3/20
		PORTARIA Nº 27, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Alteração temporária do horário de atendimento do plantão aduaneiro da ALF/PPA como medida de proteção ao Coronavírus (Covid-19).	25/3/20
		PORTARIA Nº 190, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	25/3/20
		PORTARIA Nº 191, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para adoção de trabalho remoto e manutenção de atividades essenciais por unidades e servidores da 4ª Região Fiscal, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	25/3/20
		PORTARIA Nº 21, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial na Rede de Atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-CoV-2).	25/3/20
		PORTARIA Nº 177, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 7ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).	25/3/20
		PORTARIA Nº 32, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o expediente no período de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro.	25/3/20
		PORTARIA Nº 35, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Determina a suspensão do atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte da Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos em razão da necessidade do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).	25/3/20
		PORTARIA Nº 33, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Disciplina os procedimentos emergenciais relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos alfandegados e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação, na exportação e nas remessas expressas, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.	25/3/20
		PORTARIA Nº 36, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação, antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados por esta Alfândega, para mercadorias listadas no anexo II da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.	25/3/20
		PORTARIA Nº 47, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	25/3/20
		PORTARIA Nº 48, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento da IRF/SSO, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	25/3/20
		PORTARIA Nº 49, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento ARF/Jacareí, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	25/3/20

		PORTARIA Nº 50, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento ARF/Mogi das Cruzes, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.	25/3/20
		PORTARIA Nº 41, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, em caráter temporário, que seja suspenso o uso de controle de acesso biométrico nos recintos aduaneiros urisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí.	25/3/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 555, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 145, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 3ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 146, DE 23 DE MARÇO DE 2020	As atividades da Receita Federal do Brasil, essenciais nos termos do Decreto 10.282, de 20 de março de 2020, no âmbito das unidades da 3ª Região Fiscal, poderão ser executadas por meio de trabalho remoto, se houver viabilidade operacional e conforme decisão do titular de cada unidade, enquanto perdurarem as condições de emergência de saúde pública, que exigem medidas para mitigar os riscos de transmissibilidade da COVID-19.	24/3/20
		PORTARIA Nº 71, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).	24/3/20
		PORTARIA Nº 23, DE 23 DE MARÇO DE 2020	O Delegado da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (BA), considerando a Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020, que estabelece medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID19) resolve: suspender por 15 (quinze) dias, a partir de 23 de março de 2020, o atendimento ao contribuinte da Agência da Receita Federal do Brasil em Serrinha, prorrogável conforme determinações legais que venham a ser publicadas pelas autoridades públicas da União, do Estado Bahia e/ou do Município de Serrinha.	24/3/20
		PORTARIA Nº 24, DE 23 DE MARÇO DE 2020	O Delegado da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (BA), considerando a Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020, que estabelece medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID19), resolve: Suspender por 15 (quinze) dias, a partir do dia 23 de março de 2020, o atendimento ao contribuinte da Agência da Receita Federal do Brasil em Santo Antônio de Jesus, prorrogável conforme determinações legais que venham a ser publicadas pelas autoridades públicas da União, do Estado Bahia e/ou do Município de Santo Antônio de Jesus.	24/3/20
		PORTARIA Nº 25, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Suspende o Atendimento da Agência da Receita Federal do Brasil Em Itaberaba-BA em razão do disposto na Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelecem medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 26, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Suspende o atendimento da Agência da Receita Federal do Brasil em Ribeira do Pombal-BA, em razão do disposto na Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelecem medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 28, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Suspende o atendimento no Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana-BA, em razão do disposto na Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelecem medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 11, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) - e Agência da Receita Federal do Brasil em Betim/MG - em caráter	24/3/20

			excepcional, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Codiv-19).	
		PORTARIA Nº 2, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Governador Valadares/MG, Agência da Receita Federal do Brasil em Almenara/MG, Agência da Receita Federal em Caratinga/MG Agência da Receita Federal do Brasil em Manhuaçu/MG e Agência da Receita Federal do Brasil em Teófilo Otoni/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 8, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Suspende, a partir de 23 de março de 2020, o atendimento presencial ao público externo prestado pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) em Juiz de Fora, e pelas Agências da Receita Federal do Brasil em Barbacena, Muriaé, Ubá e São João Del Rei, e também pelos Postos de Atendimento em Viçosa e Ponte Nova, em Minas Gerais, em razão da insuficiência de servidores fora do grupo de risco referentes ao coranavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 17, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Lagoa Santa/MG, Curvelo/MG, Diamantina/MG e Paracatu/MG - em caráter excepcional, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 1, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 2, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Alfenas/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 3, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Itajubá/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 4, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Lavras/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 5, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Pouso Alegre/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 1.501, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Suspende as atividades de atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo, em razão da situação de saúde pública decorrente do coronavírus COVID-19.	24/3/20
		PORTARIA Nº 10, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru e em suas unidades jurisdicionais para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus(COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 9, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Determina a suspensão temporária do funcionamento da Agência da Receita Federal do Brasil em Barretos-SP, enquanto perdurar a crise emergencial de saúde pública internacional causada pelo coronavírus (Covid-19), uma vez que não há servidores fora do grupo de risco a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 19/2020 da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, impossibilitando assim o regular exercício das atividades de atendimento presencial naquela unidade.	24/3/20
		PORTARIA N° 2, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria IRF/SLS nº 05, de 17 de outubro de 2018, que estabeleceu rotinas operacionais para a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria a granel transportada em veículo procedente do exterior.	23/3/20
		PORTARIA Nº 135, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte nas unidades da Secretaria Especial da Receita	23/3/20

			Federal do Brasil, no âmbito da 6ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	
		PORTARIA Nº 547, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Reconhece a oportunidade e a conveniência das medidas de gestão de que trata o art. 2º da Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020, objetivando a proteção e a contenção de contágio do coronavírus (COVID-19), no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.	23/3/20
		PORTARIA Nº 543, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, em caráter temporário, regras para o atendimento presencial nas unidades de atendimento, e suspende o prazo para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).	23/3/20
		PORTARIA Nº 333, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	20/3/20
		PORTARIA Nº 133, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Estabelece horário de atendimento presencial nas unidades jurisdicionadas à 2ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	19/3/20
		PORTARIA Nº 145, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	19/3/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.927, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação.	18/3/20
	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais	CIRCULAR Nº 60, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	orna público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, sem recomendação de aplicação de direito provisório, nos termos do Anexo I.	8/9/20
		CIRCULAR Nº 59, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020	uspende, por 2 meses, a partir de 1ode setembro de 2020, o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto no8.058, de 26 de julho de 2013.	4/9/20
		PORTARIA Nº 49, DE 31 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre atos públicos de liberação da atividade econômica de competência da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) nos termos do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.	1/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 23, DE 18 DE AGOSTO DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável, nos seguintes termos.	26/8/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 17 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre as adaptações necessárias aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).	18/8/20
		CIRCULAR Nº 51, DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Suspende, por 2 meses, o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto no8.058, de 26 de julho de 2013.	17/8/20
		CIRCULAR Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Suspende, por 2 meses, a partir do dia 08 de agosto de 2020, o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto no8.058, de 26 de julho de 2013.	12/8/20
		CIRCULAR Nº 49, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Suspende, por 2 meses, a partir do dia 08 de agosto de 2020, o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013;	12/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 22, DE 29 DE JULHO DE 2020	Com relação à Resolução COFIEX Nº 1, de 25 de maio de 2020, referente ao "Programa Emergencial de Apoio a Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID19 no Brasil", de interesse do Ministério da Economia, autorizar a inclusão do Ministério da Cidadania como Executor do Programa, sem prejuízo dos demais termos da referida Resolução.	6/8/20
		CIRCULAR Nº 44, DE 16 DE JULHO DE 2020	Torna público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de probabilidade de retomada do dumping nas importações brasileiras de porcelanato técnico, comumente classificadas no subitem 6907.21.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da China, e que, preliminarmente, ainda restam dúvidas com relação à probabilidade de retomada de dano causado à indústria doméstica no caso da retomada das	20/7/20

			importações de porcelanato técnico originárias da China, na hipótese de extinção da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 122, de 18 de dezembro de 2014.	
		RESOLUÇÃO Nº 11, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável de Ajuda Humanitária COVID-19 para o Município de São Bernardo do Campo.	1/7/20
		PORTARIA Nº 39, DE 19 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre as notificações e comunicações às partes interessadas no âmbito dos procedimentos especiais de verificação de origem não preferencial previstos na Portaria SECEX nº 38, de 18 de maio de 2015.	22/6/20
		CIRCULAR Nº 36, DE 5 DE JUNHO DE 2020	Suspende, por 2 meses, a partir do dia 17 de junho de 2020, o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência a Circular no24, de 16 de abril de 2020, em especial os arts. 59 a 63 do Decreto no8.058, de 26 de julho de 2013.	8/6/20
		CIRCULAR Nº 37, DE 5 DE JUNHO DE 2020	Suspende, por 2 meses, o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto no8.058, de 26 de julho de 2013.	8/6/20
		CIRCULAR Nº 38, DE 5 DE JUNHO DE 2020	Suspende, por 2 meses, o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto no8.058, de 26 de julho de 2013.	8/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 6, DE 29 DE MAIO DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável para o município de Joinville/SC.	5/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 7, DE 29 DE MAIO DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável ao Projeto emergencial de controle e combate à Covid-19, no Município de Vila Velha/ES.	5/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 9, DE 29 DE MAIO DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável para o município de Salvador/BA.	5/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 10, DE 29 DE MAIO DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável para o município de Fortaleza/CE.	5/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 1, DE 25 DE MAIO DE 2020	Autoriza, com a ressalva estipulada, a preparação do Programa Emergencial de Apoio a Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil.	29/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 1, DE 25 DE MAIO DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável.	28/5/20
		PORTARIA Nº 25, DE 8 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre as importações de ventiladores pulmonares, monitores de sinais vitais, bombas de infusão, equipamentos de oximetria e capnógrafos, usados.	11/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 2, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável, nos termos anexados.	5/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável, nos termos anexados.	5/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 2, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Instituir procedimentos, em caráter extraordinário, para avaliação e autorização da preparação de projetos e programas do setor público com o apoio de natureza financeira de fontes externas, em vista da decretação do estado de calamidade pública no Brasil, no contexto da pandemia do coronavírus (COVID-19), em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	15/4/20
		PORTARIA Nº 21, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre as notificações e comunicações às partes interessadas no âmbito de processos de defesa comercial previstos nos Decretos nº 8.058, de 26 de julho de 2013, nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, e nº 1.488, de 11 de maio de 1995, e nos acordos comerciais em vigor no Brasil.	31/3/20
		PORTARIA Nº 16, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria nº 19, de 2 julho de 2019, que dispõe sobre a emissão de licenças, autorizações, certificados e outros documentos públicos de exportação por meio do Portal Único de Comércio Exterior do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, para estabelecer a Licença Especial de Exportação de Produtos para o Combate do Covid-19.	19/3/20
	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	INSTRUÇÃO NORMATIVA CGCAP/ME Nº 121, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.	30/11/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 109, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial.	4/11/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 109, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial.	3/11/20

		PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 22.899, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano.	29/10/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA CGCAP Nº 103, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020	Altera a Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.	22/10/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 93, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.	28/9/20
		PORTARIA Nº 19.437, DE 17 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Portaria nº 207, de 2 de maio de 2019, para autorizar a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a contratar profissionais por tempo determinado para atuação na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios relacionada à situação de emergência em saúde pública ocasionada pelo novo coronavírus - PNAD COVID19 .	24/8/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 27 DE JULHO DE 2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	28/7/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 60, DE 23 DE JULHO DE 2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto às medidas relacionadas aos afastamentos, em andamento, para ação de desenvolvimento de pessoas de que trata o art. 18 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19.	24/7/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 6 DE JULHO DE 2020	Altera a Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.	8/7/20
		PORTARIA Nº 15.543, DE 2 DE JULHO DE 2020	Divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.	6/7/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 16, DE 13 DE MAIO DE 2020	Prorroga, em caráter excepcional, prazos previstos na Portaria Conjunta SGP-Enap nº 102, de 09 de outubro de 2019, relativamente à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, em razão do estado de emergência internacional decorrente da pandemia da covid-19.	29/5/20
		PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 12.683, DE 25 DE MAIO DE 2020	Autoriza a contratação por tempo determinado, nos termos desta Portaria, do quantitativo máximo de 5.158 (cinco mil, cento e cinquenta e oito) profissionais, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na forma do inciso II do art. 2º da Lei n° 8.745, de 1993, conforme detalhado no Anexo.	26/5/20
		PORTARIA Nº 11.540, DE 7 DE MAIO DE 2020 (*)	Altera a Portaria nº 3.409, de 24 de setembro de 2019, que estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano.	13/5/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 37, DE 11 DE MAIO DE 2020	Prorroga, em caráter excepcional, prazos previstos na Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019, relacionados à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, em razão do estado de emergência internacional decorrente da pandemia da covid-19.	12/5/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e altera a Instrução	30/4/20

			Normativa nº 28, de 25 de março de 2020, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais, que estabelecem orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.	
		RESOLUÇÃO Nº 3, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o prazo para categorização de dados devido a ocorrência do estado de calamidade pública.	27/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Dispõe acerca da utilização de recursos do Cofinanciamento Federal no atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.	3/4/20
		DESPACHO DE 30 DE MARÇO DE 2020	Implementação de medidas de gestão objetivando de proteção e contenção de contágio do coronavírus (COVID-19), enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública.	31/3/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	26/3/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.	26/3/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.	18/3/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	17/3/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 13 DE MARÇO DE 2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	13/3/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 12 DE MARÇO DE 2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	13/3/20
	Secretaria Especial de Fazenda	PORTARIA FAZENDA/ME Nº 24.534, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes do Anexo da Medida Provisória nº 994, de 6 de agosto de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R$ 33.000.000,00.	3/12/20
		PORTARIA FAZENDA/ME Nº 24.121, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes do Anexo da Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020, convertida na Lei nº 14.056, de 10 de setembro de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R$ 756.668.815,00.	26/11/20
		DESPACHO 87, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorrogação do credenciamento da empresa J. ANDRADE'S INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICO LTDA, CNPJ 62.115.217/0001-02, para fabricar formulários de segurança: FS-DA, modelo com talho doce.	23/11/20
		PORTARIA Nº 754, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes do Anexo da Medida Provisória nº 962, de 6 de maio de 2020, convertida na Lei nº 14.054, de 10 de setembro de 2020, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R$ 3.448,00.	11/11/20
		PORTARIA FAZENDA/ME Nº 22.716, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes do Anexo da Medida Provisória nº 962, de 6 de maio de 2020,	27/10/20

			convertida na Lei nº 14.054, de 10 de setembro de 2020, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R$ 1.284.696,00.	
		PORTARIA FAZENDA/ME Nº 22.647, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes do Anexo I da Medida Provisória no 967, de 19 de maio de 2020, convertida na Lei nº 14.055, de 10 de setembro de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R$ 444.900.000,00.	22/10/20
		PORTARIA Nº 22.519, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que tange aos Ministérios da Educação, de Minas e Energia e do Desenvolvimento Regional, e à Dívida Pública Federal.	20/10/20
		PORTARIA Nº 21.795, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes da Medida Provisória no 989, de 8 de julho de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R$ 8.430.791,00.	7/10/20
		PORTARIA Nº 21.621, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes das Medidas Provisórias nos 941, de 2 de abril de 2020, e 962, de 6 de maio de 2020, no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, respectivamente, no valor de R$ 12.302.964,00.	2/10/20
		ATO DECLARATÓRIO Nº 19, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020	Ratifica Convênios ICMS aprovados na 328ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 02.09.2020 e publicados no DOU em 03.09.2020 e 04.09.2020.	21/9/20
		PORTARIA Nº 20.912, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes da Medida Provisória nº 985, de 25 de junho de 2020, no âmbito do Ministério da Defesa, no valor de R$ 14.971.467,00.	18/9/20
		PORTARIA Nº 20.865, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a denominação dos subtítulos de "Nacional (Crédito Extraordinário)" para "Nacional (Crédito Extraordinário - Covid-19)", referente à.	17/9/20
		PORTARIA Nº 20.824, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne aos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Meio Ambiente e da Defesa; e à Dívida Pública Federal.	15/9/20
		ATO DECLARATÓRIO Nº 17, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020	Ratifica o Convênio ICMS 81/20 aprovado na 328ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 02.09.2020, publicado no DOU em 03.09.2020.	9/9/20
		DESPACHO Nº 61, DE 2 DE SETEMRO DE 2020	Publica Ajustes SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 328ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 02.09.2020.	3/9/20
		ATO DECLARATÓRIO Nº 15, DE 18 DE AGOSTO DE 2020	Ratifica Convênios ICMS aprovados na 177ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 30.07.2020 e publicado no DOU em 03.08.2020.	19/8/20
		PORTARIA Nº 18.889, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes da Medida Provisória nº 962, de 6 de maio de 2020, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R$ 18.000.000,00.	11/8/20
		PORTARIA Nº 18.889, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes da Medida Provisória nº 962, de 6 de maio de 2020, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R$ 18.000.000,00.	11/8/20
		PORTARIA Nº 429, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que trata dos requisitos para a reestruturação de contrato de dívida de ente subnacional, garantido pela União e contraído até 1º de março de 2020, para fins de previsão da possibilidade da securitização do contrato da nova dívida, no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).	10/8/20
		DESPACHO Nº 55, DE 31 DE JULHO DE 2020	Publica Ajustes SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 177ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 30.07.2020.	3/8/20
		DESPACHO Nº 52, DE 30 DE JULHO DE 2020	Publica Ajuste SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 177ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 30.07.2020.	31/7/20
		PORTARIA Nº 17.717, DE 27 DE JULHO DE 2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes das Medidas Provisórias nºs 940, 947 e 962, de 2 e 8 de abril, e de 6 de maio de 2020, respectivamente, no âmbito dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e da Saúde, no valor de R$ 1.641.375.799,00.	28/7/20
		DESPACHO Nº 50, DE 22 DE JULHO DE 2020	Renovação do credenciamento da empresa CONTIPLAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, CNPJ 02.290.545/0001-05, para fabricar formulários de segurança: FS-DA e FS-IA modelo com talho doce.	23/7/20

		PORTARIA Nº 394, DE 17 DE JULHO DE 2020	Estabelece rol mínimo de fontes de recursos a ser observado na Federação para identificação dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados no bojo da Ação 21C0.	20/7/20
		PORTARIA Nº 377, DE 8 DE JULHO DE 2020	Estabelece prazos para a definição de rotinas e contas contábeis, bem como classificações orçamentárias para operacionalização do item 04.01.02.01 (3) da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, e alterações posteriores.	9/7/20
		PORTARIA Nº 16.149, DE 8 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos para aplicação no âmbito da União.	9/7/20
		ATO DECLARATÓRIO Nº 11, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Declara a "REJEIÇÃO" do Convênio ICMS 46/20, aprovado na 327ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 03.06.2020 e publicado no DOU em 04.06.2020, em razão da "não" ratificação pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.	19/6/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 29 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre orientações técnicas para a identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, e de seus efeitos sociais e econômicos, de que trata o Decreto nº 10.360, de 21 de maio de 2020.	12/6/20
		CONVÊNIO ICMS Nº 46, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Autoriza os Estados e o Distrito Federal a não exigir o ICMS devido pelo descumprimento de compromissos assumidos como requisito à concessão de benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 73/16 e no Convênio ICMS 188/17, bem como os ratificados ou convalidados nos termos da Lei Complementar 160/17 e do Convênio ICMS 190/17, quando derivar exclusivamente dos efeitos econômicos negativos relacionados à pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).	4/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 155, DE 15 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de pagamento de parcelas e de formalização de opção no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19.	18/5/20
		PORTARIA Nº 12.116, DE 13 DE MAIO DE 2020	Modifica, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne ao Ministério da Educação e à Dívida Pública Federal.	14/5/20
		PORTARIA Nº 11.649, DE 8 DE MAIO DE 2020	Altera grupos de natureza de despesa, constantes das Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 942, de 2 de abril de 2020, no âmbito do Ministério da Educação, no valor de R$ 33.966.736,00.	12/5/20
		PORTARIA Nº 11.527, DE 7 DE MAIO DE 2020	Modifica, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos e o identificador de resultado primário constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne aos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, e do Desenvolvimento Regional.	8/5/20
		PORTARIA Nº 11.007, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Altera grupos de natureza de despesa, constantes da Medida Provisória nº 941, de 2 de abril de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R$ R$ 58.421.206,00.	4/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 154, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19.	3/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 152, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional.	18/3/20
	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	PORTARIA Nº 22.224, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	Subdelega competência para alterar, provisoriamente, o local de exercício dos servidores integrantes das carreiras de Perito Médico Federal e de Supervisor Médico-Pericial na forma que especifica. (Processo nº 10128.121550/2020-31).	13/10/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 46, DE 21 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. (Processo nº 10128.106029/2020-73).	24/8/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 36, DE 28 DE JULHO DE 2020	Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. (Processo nº 10128.106029/2020-73)	29/7/20

		PORTARIA Nº 16.655, DE 14 DE JULHO DE 2020	Disciplina hipótese de recontratação nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Processo nº 19965.108664/2020-06).	14/7/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 27, DE 7 DE JULHO DE 2020	Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. (Processo nº 10128.106029/2020-73).	8/7/20
		PORTARIA Nº 15.797, DE 2 DE JULHO DE 2020	Estabelece medida extraordinária quanto à inspeção de segurança periódica de vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento, prevista na Norma Regulamentadora nº 13 - Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (Processo nº 19966.100593/2020-85).	2/7/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 22, DE 19 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social.	22/6/20
		PORTARIA Nº 14.782, DE 19 DE JUNHO DE 2020	Disciplina procedimentos relativos ao recurso de embargo e interdição em atividades essenciais, assim consideradas aquelas definidas no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	22/6/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 20, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). (Processo nº 19966.100581/2020-51).	19/6/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 19, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano e laticínios. (Processo nº 19966.100565/2020-68).	19/6/20
		PORTARIA Nº 9.471, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Estabelece medida extraordinária e temporária quanto à comercialização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI de proteção respiratória para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).	8/4/20
		PORTARIA Nº 9.348, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação de prazos para envio das informações dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e sobre os prazos relativos ao Processo Administrativo Previdenciário - PAP e às notificações emitidas em auditorias diretas e indiretas realizadas nesses regimes.	7/4/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 7.806, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento da Secretaria de Trabalho, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19. (Processo nº 19955.100318/2020-91).	20/3/20
		PORTARIA Nº 8.024, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). (Processo nº 10128.106029/2020-73).	20/3/20
	Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados	PORTARIA Nº 11.535, DE 7 DE MAIO DE 2020	Prorroga, em razão da pandemia de Covid-19, o prazo para cumprimento da obrigação de elaboração ou revisão do Plano de Gestão Integrada - PGI do Projeto Orla pelos municípios que aderiram ao Termo de Adesão à Gestão de Praias - TAGP (Cláusula Terceira, V, "c", do TAGP - Portarias 113, de 12 de julho de 2017, e 44, de 31 de maio de 2019).	11/5/20

	Superintendência de Seguros Privados	CARTA CIRCULAR ELETRÔNICA Nº 4, DE 17 DE ABRIL DE 2020	A SUSEP informa, para os devidos fins, que, em caráter excepcional, aprovou a prorrogação, por 60 (sessenta) dias corridos, dos prazos previstos.	22/4/20
		INSTRUÇÃO N° 113, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Altera a Instrução nº 111, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUSEP.	20/4/20
		CARTA CIRCULAR ELETRÔNICA Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2020	A SUSEP informa que, em reunião realizada em 9 de abril de 2020, o Conselho Diretor da autarquia aprovou, em caráter excepcional, a prorrogação de datas-limite para envio de documentos estabelecidas em disposições da Resolução CNSP nº 321/2015 e da Circular SUSEP nº 517/2015.	16/4/20
		INSTRUÇÃO Nº 111, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUSEP.	20/3/20
	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	RESOLUÇÃO Nº 990, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020	Altera a Resolução nº 948, de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Planejamento Estratégico do FGTS para o período de 2020 a 2030.	16/12/20
		RESOLUÇÃO Nº 979, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Postergar a determinação ao Agente Operador de elaborar o Cálculo Atuarial do FGTS em 2020 de acordo com o estabelecido na Resolução nº 746, de 14 de maio de 2014.	5/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 978, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020	Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos vinculados à área orçamentária de habitação popular.	9/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 968, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Altera a metodologia de cálculo para a formação da reserva de liquidez prevista na Resolução nº 702, de 2012.	25/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 966, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos para mobilidade urbana.	24/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 961, DE 5 DE MAIO DE 2020	Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.	7/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 963, DE 5 DE MAIO DE 2020	Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos para saneamento básico.	7/5/20
	Conselho Nacional de Previdência Complementar	RESOLUÇÃO Nº 36, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de entrega das obrigações das EFPC relativas ao envio de documentos e informações previstos nas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar, em função da decretação de estado de calamidade pública.	28/4/20
	Secretaria Executiva	PORTARIA Nº 17.531, DE 22 DE JULHO DE 2020	Regulamentação do acompanhamento das ações e planos orçamentários de responsabilidade do Ministério da Economia, constantes das Leis Orçamentárias Anuais, e identificação das Unidades Administrativas responsáveis.	4/8/20
	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional	PORTARIA Nº 17.304, DE 21 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria CRSFN nº 7.891, de 20 de março de 2020, que estabelece, no âmbito do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, medidas temporárias a serem observadas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	23/7/20
		PORTARIA Nº 17.303, DE 21 DE JULHO DE 2020	Estabelece, no âmbito do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização-CRSNSP, medidas temporárias a serem observadas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	23/7/20
	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	INSTRUÇ'ÃO Nº 23, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Prorrogar a entrega de todas as obrigações das EFPC relativas ao envio de documentos e informações previstos para os meses de março e abril de 2020.	1/4/20
	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	RESOLUÇÃO Nº 16, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004, 005, 008, 010/2020, 011/2020, 012/2020, 013/2020, 014/2020 e 015/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	15/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 13, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004, 005, 008, 010/2020, 011/2020 e 012/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos	1/9/20

			Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	
		RESOLUÇÃO Nº 12, DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004, 005, 008, 010 e 011/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	19/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 11, DE 30 DE JULHO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004, 005, 008 e 010/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	4/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 8, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004 e 005/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	3/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 5, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada em 15 de maio de 2020 - Resolução nº 004/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.	16/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 4, DE 15 DE MAIO DE 2020	Prorrogação da Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências	18/5/20
	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade	PORTARIA SEPEC/ME Nº 24.471, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020	Autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade à distância até 30 de junho de 2021.	9/12/20
		PORTARIA Nº 20.809, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Lista os setores da economia mais impactados pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente do Covid-19.	15/9/20
		PORTARIA Nº 13.469, DE 2 DE JUNHO DE 2020	Torna público o resultado do Edital de Chamamento Público nº 01/2020, de 20 de abril de 2020.	18/8/20
		PORTARIA Nº 13.519, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria nº 165, de 24 de junho de 2019, que estabelece normas complementares ao Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, relativas à solicitação de ato de registro de compromissos, à habilitação ao Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística e aos projetos de desenvolvimento e produção tecnológica, e dá outras providências.	8/6/20
	Caixa Econômica Federal	CIRCULAR Nº 913, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Publica a versão 13 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS.	19/6/20
	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	PORTARIA INPI Nº 120, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Define a suspensão de prazos em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.	17/3/20
Controladoria-Geral da União	Secretaria Executiva	PORTARIA N° 847, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) a serem adotadas no âmbito da Controladoria-Geral da União, no que se refere aos prestadores de serviços terceirizados.	2/4/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 2.645, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre os protocolos de retorno seguro às atividades presenciais a serem adotados no âmbito da Controladoria-Geral da União, em virtude do estado de emergência de saúde pública causado pela pandemia de COVID-19.	6/11/20
	Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção	PORTARIA Nº 938, DE 29 DE MAIO DE 2020	Cancela o 12º Concurso de Desenho e Redação da Controladoria-Geral da União, instituído pela Portaria nº 100, de 13 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 14 de janeiro de 2020.	1/6/20

		PORTARIA FUNARTE Nº 330, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020	Suspende, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União, a validade do concurso público para o cargo de Professor do Magistério Superior, regido pelo Edital nº 132, de 07 de novembro de 2017, para a área Produção e Nutrição de Não Ruminantes, homologado por meio do Edital nº 68, de 8 de maio de 2018, publicado no DOU de 9 de maio de 2018, prorrogado pela Portaria nº 1344, de 6 de maio de 2019, publicada no DOU de 7 de maio de 2019.	15/12/20
		PORTARIA MEC Nº 1.038, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020	Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.	8/12/20
		PORTARIA Nº 1.030, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020	Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.	2/12/20
		PORTARIA Nº 617, DE 3 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus - Covid-19.	4/8/20
		DESPACHO DE 8 DE JULHO DE 2020	Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação substituto, homologa o Parecer CNE/CP nº 9/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação - CNE, o qual reexaminou o Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, que dispôs sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19, especificamente quanto ao item 2.16, "Sobre avaliações e exames no contexto da situação de pandemia", conforme consta do Processo nº 23001.000334/2020-21.	9/7/20
Ministério da Educação	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 572, DE 1º DE JULHO DE 2020	Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.	2/7/20
		PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.	17/6/20
		PORTARIA Nº 510, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo previsto no art. 1º da Portaria MEC nº 376, de 3 de abril de 2020.	4/6/20
		DESPACHO DE 29 DE MAIO DE 2020	Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa parcialmente o Parecer CNE/CP nº 5/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação - CNE, o qual aprovou orientações com vistas à reorganização do calendário escolar e à possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e deixa de homologar o item 2.16 do referido Parecer, o qual submete para reexame do Conselho Nacional de Educação.	1/6/20
		PORTARIA Nº 473, DE 12 DE MAIO DE 2020	Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.	13/5/20
		PORTARIA Nº 395, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.	16/4/20
		PORTARIA Nº 383, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.	13/4/20
		PORTARIA Nº 376, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.	6/4/20
		PORTARIA Nº 374, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, exclusivamente para atuação nas ações de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.	6/4/20
		PORTARIA Nº 356, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde no combate à pandemia do COVID-19 (coronavírus).	20/3/20

		PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.	18/3/20
		PORTARIA Nº 342, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Delega competência ao Secretário-Executivo para adoção de medidas previstas na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020.	18/3/20
	Conselho Nacional de Educação	SÚMULA DO PARECER CNE/CP Nº 5/2020	Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.	4/5/20
	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	PORTARIA N° 41, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os discentes dos cursos de Fisioterapia e Medicina da Universidade Federal do Delta do Parnaíba/UFDPar, permitindo a atuação nas ações de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.	15/4/20
		ATO Nº 21, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Adotar a suspensão, por prazo indeterminado, do Calendário Acadêmico de 2020/1 e 2020/2, aprovado por meio da Resolução Nº 150/2019 - CEPEX/UFPI, conforme Resolução Nº 015/2020/CONSUN/UFPI;	3/4/20
	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	PORTARIA Nº 290, DE 17 DE JULHO DE 2020	Suspende, por tempo indeterminado, a validade dos concursos públicos de provas e títulos regidos pelos seguintes editais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.	22/7/20
	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	PORTARIA Nº 568, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre o Protocolo de Biossegurança para realização das avaliações externas in loco no período da pandemia do novo coronavírus.	13/10/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	PORTARIA Nº 699, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Devido à declaração de emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde referente ao coronavírus (COVID-19), prorroga-se, por mais 90 (noventa) dias, o mandato dos atuais membros do Conselho Superior, a contar de 23 de abril de 2020.	24/3/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	PORTARIA Nº 571, DE 7 DE JULHO DE 2020	Suspende, a contar de 28/05/2020, o prazo de validade dos processos seletivos simplificados para docentes do Instituto Federal Farroupilha, já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em todo o território nacional.	8/7/20
		PORTARIA Nº 562, DE 2 DE JULHO DE 2020	Suspende, a contar de 28 de maio de 2020, os prazos de validade dos concursos vigentes no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) para os cargos do quadro permanente das carreiras de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Técnico-Administrativo em Educação, em conformidade à Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, publicada no Diário Oficial da União de 28/05/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.	6/7/20
		PORTARIA Nº 450, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Outorga grau a alunos concluintes de cursos superiores de Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.	7/5/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	PORTARIA Nº 197, DE 22 DE MAIO DE 2020	Delega competência aos diretores-gerais dos campi e diretores dos campi avançados do IFNMG para que, no âmbito de suas unidades, pratiquem os atos que se fizerem necessários para a posse e o exercício de candidatos aprovados em concurso público e previamente nomeados para cargos efetivos do Quadro Permanente de servidores deste Instituto Federal, sob a supervisão da Diretoria de Gestão de Pessoas, salvo os casos previstos em lei.	26/5/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	PORTARIA 826, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Suspende os prazos de validade dos concursos públicos do IFSULDEMINAS homologados até a data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública, estabelecido pela União.	17/6/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	PORTARIA Nº 670, DE 16 DE JUNHO DE 2020v	SUSPENDE, no âmbito do IFMG, o prazo de validade dos concursos públicos vigentes até o término da vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, publicada no DOU de 28/05/2020.	24/7/20

	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	PORTARIAS DE 10 DE JUNHO DE 2020	Nº 676 - Art. 1º - Suspende, a contar de 28/05/2020, o prazo de validade do Concurso Público para o cargo de Professor do Ensino Básico regido pelo Edital nº 01/2016, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União, por meio do Decreto Legislativo N° 6 de 2020, publicado no DOU de 20 de março de 2020. Nº 677 - Art. 1º - Suspender, a contar de 28/05/2020, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de vagas nos cargos da Carreira de Técnico Administrativo em Educação, Níveis C, D e E, objeto do Edital nº 02/2016, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União, por meio do Decreto Legislativo N° 6 de 2020, publicado no DOU de 20 de março de 2020.	17/6/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	PORTARIA Nº 1.291, DE 20 DE JULHO DE 2020	SUSPENDE, a contar de 28/5/2020, o prazo de validade do Concurso Público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, para provimento de vagas de cargos de Técnico-Administrativos em Educação integrantes do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, regido pelo Edital nº 31/2018/REIT CGAB/IFRO (SEI nº 0368132), de 9/10/2018, publicado no DOU nº 196, de 10/10/2018, Seção 3, págs. 83-97, homologado pelo Edital nº 7/2019/REIT - CGAB/IFRO (SEI nº 0549747), de 2/5/2019, publicado no DOU nº 84, de 3/5/2019, Seção 3, págs. 64-65.	24/7/20
		PORTARIA Nº 1.292, DE 20 DE JULHO DE 2020	SUSPENDE, a contar de 28/5/2020, o prazo de validade do Concurso Público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, para provimento de vagas de cargos de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, regido pelo Edital nº 30/2018/REIT CGAB/IFRO (SEI nº 0367634), de 5/10/2018, publicado no DOU nº 196, de 10/10/2018, Seção 3, págs. 68-83, homologado pelo Edital nº 9/2019/REIT - CGAB/IFRO (SEI nº 0560709), de 14/5/2019, publicado no DOU nº 92, de 15/5/2019, Seção 3, pág. 102.	24/7/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	PORTARIA Nº 948, DE 10 DE JUNHO DE 2020	Suspende o prazo de validade do Concurso Público para provimento de vagas em cargos Técnico-administrativos integrantes do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), regido pelo Edital nº 147/2018, homologado pelo Edital nº 158/2019, publicado no DOU em 15/10/2019.	18/6/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	PORTARIA Nº 440, DE 2 JULHO DE 2020	Suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em todo o território nacional, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.	3/7/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	PORTARIA Nº 171, DE 27 DE JULHO DE 2020	Suspende os prazos de validade dos Processos Seletivos Simplificados destinados à contratação de Professores Substitutos para o Campus Nova Venécia.	31/7/20
		PORTARIA Nº 246, DE 6 DE JULHO DE 2020	Alterada pela Portaria nº 249, de 9 de julho de 2020	10/7/20
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	PORTARIA Nº 1.041, DE 1º DE JULHO DE 2020	Suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em todo o território nacional, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União	2/7/20
	Fundação Universidade Federal de Sergipe	PORTARIA Nº 448, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Suspender o prazo de validade do Concurso Público para Técnico-Administrativo da UFS, objeto do Edital nº. 020/2017, homologado através da Portaria nº 502, de 26/04/2018, publicada no D.O.U. de 27/04/2018, seção 1, página 56, prorrogado pela Portaria nº 195, de 09/03/2020, publicada no D.O.U. de 11/03/2020, seção 1, página 34.	10/6/20
	Fundação Universidade Federal do Piauí	PORTARIA Nº 6, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020	Suspende os Processos de Seleção Presencial realizados em todos os âmbitos da Universidade Federal do Piauí, em virtude da suspensão das atividades acadêmicas desta IFES, tendo em vista a pandemia da COVID-19.	2/12/20
	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece normas e procedimentos para empréstimo de chromebooks e notebooks aos estudantes com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio nacional vigente durante as atividades acadêmicas definidas em decorrência da pandemia na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.	18/11/20
		PORTARIA Nº 964-RTR/UFMS, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020	Consolida atos normativos editados pelo Reitor da UFMS que dispõem sobre medidas de	13/11/20

			proteção à Comunidade Universitária em virtude da Covid-19.	
	Fundação Universidade do Amazonas	PORTARIA Nº 703, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Fica instituída, excepcional e temporariamente, como medida geral de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade do novo Coronavírus (COVID-19), o trabalho remoto em toda a Universidade Federal do Amazonas, com exceção das atividades essenciais.	2/4/20
	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Suspende os prazos de validade dos concursos públicos e processos seletivos simplificados já homologados em 20 de março de 2020. Os prazos suspensos voltarão a correr a partir do término do período de calamidade pública, estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	7/12/20
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	PORTARIA Nº 336, DE 8 DE JULHO DE 2020	Suspende o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, regido pelo Edital nº 08/2018, homologado pelo Edital nº 19/2018, publicado no DOU nº 96 de 21/05/2018.	10/7/20
	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	PORTARIA Nº 155, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020	Suspende temporariamente, enquanto perdurarem os efeitos da Pandemia da COVID-19, a exigência de utilização do Certificado Digital ICP-Brasil, prevista no art. 7º da Portaria 266, de 23 de dezembro de 2019, que trata do credenciamento de usuários externos para utilização e peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Capes.	20/10/20
		PORTARIA Nº 127, DE 28 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência dos projetos de pesquisa executados no âmbito das ações e programas sob responsabilidade da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Capes, em decorrência da Pandemia da COVID-19.	15/9/20
		PORTARIAL Nº 114, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece cronograma estendido e regras para o início das atividades dos Projetos Institucionais do Programa de Residência Pedagógica e do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).	11/8/20
		PORTARIA Nº 109, DE 30 DE JULHO DE 2020	Altera temporariamente o art. 7º da Portaria 266, de 23 de dezembro de 2019, que trata do credenciamento de usuários externos para utilização e peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Capes, em virtude da classificação da situação mundial do novo coronavírus (COVID-19) como pandemia	3/8/20
		PORTARIA Nº 100, DE 16 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão excepcional dos prazos de parcelamento de créditos não tributários da Capes não inscritos em dívida ativa	21/7/20
		PORTARIA Nº 55, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país da CAPES, no âmbito dos programas e acordos de competência da Diretoria de Programas e Bolsas no País, e exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas no quadriênio 2017-2020.	30/4/20
		PORTARIA Nº 49, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Altera o calendário de atividades da de Avaliação para o ano de 2020.	22/4/20
	Universidade Federal de Minas Gerais	PORTARIA Nº 6.764, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020	Suspensão do Prazo de Validade Concurso Magistério EBTT	4/12/20
		PORTARIA Nº 4.665, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Cancela a suspensão de prazos de inscrição e realização de prova Edital Processo Seletivo Professor Substituto	3/9/20
		PORTARIA Nº 4.081, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Cancela a suspensão dos prazos de inscrição e de realização de provas, estabelecida pela PORTARIA Nº 1.952, DE 24 DE MARÇO DE 2020, publicada no DOU em 27 de março de 2020, do processo de seleção simplificada regido pelo EDITAL Nº 174, DE 11 DE MARÇO DE 2020, publicado no DOU em 12 de março de 2020, para preenchimento de vaga de professor substituto no Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.	6/8/20
		PORTARIA Nº 3.396, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos para os cargos da Carreira do Magistério Federal.	25/6/20
		PORTARIA Nº 3.153, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos para os cargos de Técnico-Administrativos em Educação.	17/6/20
		PORTARIA Nº 1952, DE 23 DE MARÇO DE 2019	Suspensão de Editais de Concursos Públicos e Processos Seletivos para Docente.	27/3/20
	Universidade Federal do Espírito Santo	PORTARIA Nº 3.396, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Suspende os prazos de validade dos concursos públicos e processos seletivos simplificados já homologados em 20 de março de 2020.	25/6/20
	Universidade Federal de Alfenas	PORTARIA Nº 889, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Suspende, a partir de 20/03/2020, os prazos de validade dos concursos públicos de provas e títulos, abaixo discriminados, já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União, previsto para o dia 31/12/2020.	17/6/20

	Universidade Federal de Rondonópolis	RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR Nº 10, DE 25 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a criação do Auxílio Educação Remota, em caráter excepcional e temporário, como estratégia de inclusão às Tecnologias da Informação e Comunicação.	27/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a autorização, excepcionalmente, de antecipação da Colação de Grau de discentes que estejam no último período dos cursos de Medicina e Enfermagem, no âmbito da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), em virtude da situação decorrente do Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19).	25/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 5, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Estabelece critérios para Colação de Grau Especial em virtude da situação decorrente do Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19).	25/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 9, DE 4 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão das atividades de ensino presenciais dos cursos de graduação e pós-graduação, aprovados pela Resolução CONSEPE nº 4, de 27 de janeiro de 2020.	25/5/20
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	PORTARIA Nº 1.489, DE 30 DE JULHO DE 2020	Suspende a validade dos concursos públicos para o cargo de Professor do Magistério Superior e dos processos seletivos simplificados para a contratação de Professor do Magistério Superior substituto, com fundamento no art. 10 da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.	31/7/20
	Colégio Pedro II	PORTARIA 1.097, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Suspende a contagem do prazo de validade do Edital nº 23/2018, a partir de 27 de maio de 2020, até a decretação do término do estado de calamidade pública.	18/6/20
		PORTARIA 1.119, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Suspende a contagem do prazo de validade do Edital nº 19/2018, a partir de 27 de maio de 2020, até a decretação do término do estado de calamidade pública.	18/6/20
	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	PORTARIA Nº 239, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação de prazos de que trata a Portaria SETEC nº 62, de 24 de janeiro de 2020.	31/3/20
	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior	PORTARIA Nº 218, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria nº 208, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020, tendo em vista a situação de pandemia do coronavírus - COVID-19.	1/7/20
		PORTARIA Nº 135, DE 5 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria nº 208, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020, tendo em vista a situação de pandemia do coronavírus - COVID-19.	11/5/20
		PORTARIA Nº 75, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria nº 208, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020, tendo em vista a situação de pandemia do coronavírus - COVID-19.	30/3/20
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PORTARIA Nº 655, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga, para o dia 30 de novembro de 2020, o prazo estabelecido na Resolução nº 03, de 28 de junho de 2012, para a realização dos aditamentos de renovação semestral dos contratos de financiamento concedidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), simplificados e não simplificados, do 2º semestre de 2020.	3/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 10, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de programas e ações educacionais executados ao FNDE, em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.	14/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 16, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Emergencial, em caráter excepcional, para atender a escolas públicas das redes estaduais, municipais e distrital, com matrículas na educação básica, para auxiliar nas adequações necessárias, segundo protocolo de segurança para retorno às atividades presenciais, no contexto da situação de calamidade provocada pela pandemia da Covid-19.	14/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 39, DE 27 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão das parcelas referentes aos contratos do Fundo de Financiamento estudantil - Fies, devido à pandemia do novo coronavírus - Covid19, e dá outras providências.	28/7/20
		PORTARIA Nº 397, DE 26 DE JUNHO DE 2020	Prorroga, para o dia 31 de julho de 2020, os prazos para validação pelas Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) e para formalização do financiamento estudantil junto ao agente financeiro Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), referente às inscrições do 1º semestre de 2020 que estão vencidas até esta data.	29/6/20
		PORTARIA Nº 398, DE 26 DE JUNHO DE 2020	Prorroga, para o dia 30 de setembro de 2020, o prazo estabelecido na Resolução nº 03, de 28 de junho de 2012, para a realização dos aditamentos de renovação semestral dos contratos de financiamento concedidos pelo	29/6/20

			Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), simplificados e não simplificados, do 1º semestre de 2020.	
		PORTARIA Nº 341, DE 28 DE MAIO DE 2020	Prorroga, até 31 de dezembro de 2020, os prazos previstos no item 11.4, Cronograma de Habilitação, do Edital de Habilitação nº 02/2018, para fins de habilitação de empresas seguradoras para ofertarem apólice de seguro prestamista no âmbito das ações e operações do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), observadas as demais disposições previstas no referido instrumento convocatório.	29/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 9, DE 25 DE MAIO DE 2020	Torna sem efeito a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE, nº 7, de 8 de maio de 2020.	26/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 38, DE 22 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão das parcelas, referente aos contratos de Financiamento Estudantil - Fies, devido à pandemia do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.	25/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 7, DE 8 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de Programas e Ações Educacionais executadas ao FNDE em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia da COVID - 19 e dá outras providências.	12/5/20
		PORTARIA Nº 287, DE 5 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria nº 99, de 10 de fevereiro de 2020, em razão da pandemia de Covid-19, para permitir a realização do processo seletivo por meio de videoconferência, além de suspender sua obrigatoriedade enquanto vigorar o regime de preferência pelo trabalho remoto no FNDE.	11/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 2, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19.	13/4/20
	Secretaria Executiva	PORTARIA Nº 661, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Altera o art. 5º da Portaria nº 491, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus - Covid-19, no âmbito do Ministério da Educação.	13/4/20
		PORTARIA Nº 534, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) a serem adotadas no âmbito do Ministério da Educação, no que se refere aos prestadores de serviços terceirizados.	23/3/20
		PORTARIA Nº 491, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Educação.	19/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 598, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020	Altera a Resolução nº 556, de 13 de maio de 2020.	15/12/20
		RESOLUÇÃO Nº 600, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020	Aprova diretrizes para permitir em caráter excepcional o transporte de carga nos compartimentos de passageiros devido à pandemia de COVID-19.	15/12/20
		RESOLUÇÃO Nº 601, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020	Concede isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 153.417(b)(2) do RBAC nº 153 e prorroga as disposições transitórias contidas nos parágrafos 153.451(l)(2) e 153.451(l)(3) do RBAC nº 153.	15/12/20
Ministério da Infraestrutura	Agência Nacional de Aviação Civil	PORTARIA Nº 2.512, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020	Revisa as metas globais e respectivos indicadores de desempenho institucional do Ministério da Infraestrutura, referentes ao período de 02 de janeiro de 2020 a 1º de janeiro de 2021	14/12/20
		DECISÃO Nº 214, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova a Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Brasília, localizado em Brasília (DF).	27/11/20
		DECISÃO Nº 215, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, localizado em Guarulhos (SP).	27/11/20
		DECISÃO Nº 216, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova a Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, localizado nos municípios de Confins (MG) e de Lagoa Santa (MG).	27/11/20
		DECISÃO Nº 217, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova a Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Salvador, localizado em Salvador (BA).	27/11/20
		DECISÃO Nº 205, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, localizado em Porto Alegre (RS).	16/11/20
		DECISÃO Nº 206, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Fortaleza, localizado em Fortaleza (CE).	16/11/20
		DECISÃO Nº 207, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, localizado no Rio de Janeiro (RJ).	16/11/20

		DECISÃO Nº 207, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis, localizado em Florianópolis (SC).	16/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 593, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 153.419(c) do RBAC nº 153, relativo à disponibilização de equipe de resgate do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio (SESCINC).	29/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 592, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a validade da isenção de bombeiros de aeródromo de terem especialização em bombeiro motorista e chefe de equipe, conforme RBAC nº 153.	15/10/20
		PORTARIA Nº 2.530, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece protocolos para agendamentos e operacionalização das salas de prova, conforme disposto abaixo, para os exames de conhecimento teórico para fins de obtenção de licenças, de habilitações, categorias e certificados de aeronavegantes e aeroviários executados pela ANAC, requeridos pelos regulamentos.	2/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 587, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a validade de habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames.	1/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 588, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo para realização dos testes e exercícios de controle de qualidade AVSEC com vencimento em 2020.	1/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 584, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Defere isenção de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 121.463(a)(3) do RBAC nº 121.	8/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 583, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Sobresta a fase de julgamento dos processos administrativos sancionadores previstos na Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.	3/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 574, DE 24 DE JULHO DE 2020	Isenta os operadores de aeródromos de disponibilizarem ponto de controle de acesso de uso exclusivo de funcionários, tripulantes e pessoal de serviço, previstos no RBAC nº 107.	27/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 575, DE 24 DE JULHO DE 2020	Prorroga a validade de isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 153.419(c) do RBAC nº 153, relativo à disponibilização de equipe de resgate do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio (SESCINC).	27/7/20
		DECISÃO Nº 127, DE 17 DE JULHO DE 2020	Prorrogar a validade da isenção de bombeiros de aeródromo de terem especialização em bombeiro motorista Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 153.	20/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 573, DE 10 DE JULHO DE 2020	Prorroga a validade de certificações de profissionais previstas nos RBACs nºs 110 e 153 e na Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013.	14/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 570, DE 1º DE JULHO DE 2020	Prorroga a validade de habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames.	2/7/20
		PORTARIA Nº 1.633, DE 26 DE JUNHO DE 2020l	Permite às Entidades de Ensino de Artigos Perigosos, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 175, em caráter excepcional, ministrarem os cursos de Transporte Aéreo de Artigos Perigosos à distância, por meio de ferramenta de disseminação de conteúdo e/ou vídeo-aula, em substituição das aulas ministradas presencialmente, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor.	30/6/20
		PORTARIA Nº 1.613, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Determina a retomada dos agendamentos e a reabertura das salas de prova, como disposto abaixo, para os exames de conhecimento teórico para fins de obtenção de licenças, de habilitações, categorias e certificados de aeronavegantes e aeroviários executados pela ANAC, em caráter especial, requeridos pelos regulamentos.	25/6/20
		PORTARIA Nº 1.557, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Permitir às sociedades empresárias e associações certificadas como Centros de Instrução de Aviação Civil - CIAC, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 141, em caráter excepcional, peticionarem pela substituição das aulas das disciplinas que compõem a parte teórica dos cursos homologados ministradas presencialmente por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, com alunos e tutores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos (EaD), nos limites estabelecidos pela legislação em vigor.	18/6/20
		PORTARIA Nº 1.539, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Reconhece, em caráter excepcional e temporário, nos termos da seção 61.215.(c) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 61, procedimento alternativo de realização de treinamento ministrado por um PC ou PLA habilitado e qualificado na aeronave para fins de revalidação das habilitações de tipo cujos Centros de Treinamento validados estejam instalados apenas em localidades com restrição de acesso a brasileiros.	17/6/20

		RESOLUÇÃO Nº 565, DE 10 DE JUNHO DE 2020	Interrompe o prazo para pagamento de multa decorrente de arbitramento sumário previsto na Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.	15/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 562, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Prorroga, para efeitos de cumprimento dos parágrafos 120.339(b)(1) e (b)(5) do RBAC nº 120, o fim do exercício do ano de 2020.	12/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 563, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Altera a Resolução nº 556, de 13 de maio de 2020.	12/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 564, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Aprova diretrizes para permitir em caráter excepcional a utilização de pilotos que não atendam aos requisitos de experiência recente durante a pandemia de COVID-19 e dá outras providências.	12/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 559, DE 18 DE MAIO DE 2020	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, o pouso ou decolagem de helicópteros em local não cadastrado pela ANAC no período de enfrentamento da pandemia do COVID-19.	19/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 560, DE 18 DE MAIO DE 2020	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, alterações em aeronaves para o transporte de passageiros usando dispositivos de isolamento de pacientes (Patient Isolation Device - PID), dispositivos de separação entre a área do cockpit e a cabine (Partitioning Devices - PD) e outros.	19/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 556, DE 13 DE MAIO DE 2020	Flexibiliza em caráter excepcional e temporário da aplicação de dispositivos da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.	14/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 557, DE 13 DE MAIO DE 2020	Fixa interpretação quanto ao art. 3º da Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020, em relação ao art. 11 da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016.	14/5/20
		PORTARIA Nº 1.102, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Suspende, por 90 (noventa) dias, a aplicabilidade da Diretriz de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita nº 02-2016, Revisão B (DAVSEC nº 02-2016B), aprovada pela Portaria nº 228/SIA, de 24 de janeiro de 2019, que estabelece parâmetros quantitativos para a realização dos procedimentos de inspeção de segurança aleatória nos aeródromos civis públicos brasileiros, para os fins do disposto na Instrução Suplementar (IS) nº 107-001C.	23/4/20
		DECISÃO Nº 83, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, alterações de aeronaves e transporte de passageiros usando dispositivos de isolamento de pacientes (Patient Isolation Device - PID).	23/4/20
		DECISÃO Nº 80, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Defere pedido de isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 153.419(c) do RBAC nº 153, relativo à disponibilização de equipe de resgate do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio (SESCINC).	17/4/20
		DECISÃO Nº 71, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Aprova diretrizes para permitir em caráter excepcional o transporte de carga nos compartimentos de passageiros durante a pandemia de COVID-19 e dá outras providências.	15/4/20
		PORTARIA Nº 964, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a substituição excepcional de aulas presenciais por aulas em meios digitais em razão da pandemia COVID-19, para empresas de transporte aéreo certificadas para operação segundo o RBAC nº 135.	8/4/20
		PORTARIA Nº 864, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a substituição excepcional de aulas presenciais por aulas em meios digitais em razão da pandemia COVID-19.	27/3/20
		PORTARIA Nº 865, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o fechamento das salas de prova para exames de verificação de conhecimentos teóricos pela ANAC e suspensão do agendamento destes exames pelo período que especifica.	27/3/20
		DECISÃO Nº 43, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Prorroga a validade de certificações de profissionais previstas no RBAC nº 110, RBAC nº 153 e na Resolução ANAC nº 279 e isenta a realização de reuniões ordinárias de Comissão de Segurança Aeroportuária (CSA), bem como estende o prazo para realização das atividades de controle de qualidade AVSEC por parte dos operadores previstas nos RBAC nº 107 e RBAC nº 108.	18/3/20
		DECISÃO Nº 42, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Prorroga a validade de habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames.	18/3/20
	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	DELIBERAÇÃO-DG Nº 11, DE 19 DE NOVEMBRO 2020	Aprova a realização do Curso de Fiscalização em Transportes Aquaviários.	27/11/20
		ACÓRDÃO Nº 170-ANTAQ, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020	Trata o presente Acórdão de requerimento formulado pela Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro (USUPORT/RJ), em que pugna medida cautelar para declaração de força maior, por súmula, para evitar cobranças de sobre-estadias de contêineres (demurrages e detentions) e criação de sobretaxas, em decorrência de quarentenas ou inspeções decorrentes da emergência sanitária pelo novo Coronavírus (Covid-19), por parte das empresas transportadoras marítimas e agentes	19/11/20

			intermediários que operam no Brasil, direta ou indiretamente, consoante definidos na Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, de 21 de dezembro de 2017 (SEI nº 0981038).	
		RESOLUÇÃO Nº 8.005-ANTAQ, DE 11 DE SETEMBRO 2020	Conhece da consulta formulada pela Administração do Porto de Maceió (APMC) para prestar-lhe a manifestação de que, de acordo com a interpretação literal do art. 20 da Resolução Normativa nº 29-ANTAQ e do art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), balizado pelo art. 12, § 1º e § 2º, da Lei nº 4.320/1964, não há possibilidade legal de utilização de parte de recursos financeiros provenientes de alienação de bens a serem aplicados em despesas de custeio, mesmo que em situação excepcional ao momento pandêmico de Covid-19, ainda que com a responsabilidade de recuperação desse ativo à conta específica até janeiro de 2021.	14/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 8.007-ANTAQ, DE 11 DE SETEMBRO 2020	Concede novo prazo relacionado ao art. 33 do Anexo da Resolução Normativa nº 32-ANTAQ, de 2019, tratando da padronização das estruturas tarifárias das Administrações Portuárias.	14/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.943-ANTAQ, DE 13 DE AGOSTO 2020	Suspende os prazos pontualmente previstos na Resolução Normativa-ANTAQ nº 32/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 29/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 28/2019 e na Resolução ANTAQ nº 3.274/2014, bem como aqueles relacionados à Contabilidade Regulatória das Administrações Portuárias.	14/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.929-ANTAQ, DE 3 DE AGOSTO DE 2020	Declarar recebida a Notificação Extrajudicial trazida a esta Agência Reguladora por meio do documento SEI nº 1013949, em todos os seus efeitos perante esta Agência, em relação ao objeto extraído das competências regulatórias estabelecidas em lei.	4/8/20
		DESPACHO Nº 50, DE 22 DE JULHO DE 2020	Processo nº 50300.015485/2018-67. Fiscalizada: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 04.933.552/0009-60. Objeto e Fundamento legal: por conhecer o recurso interposto, dada a sua tempestividade e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 276.846,66 (duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos), pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos V, XXI, XVIII e XXXII do art. 32 da Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 2014.	23/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.880, DE 17 DE JULHO 2020	Aprova o diferimento pelo prazo de 90 (noventa) dias da aplicação do reajuste tarifário de 5,07% (cinco vírgula sete porcento) incidente sobre as modalidades tarifárias do Porto Organizado de Suape/PE, homologado pela Resolução nº 7.642-ANTAQ, publicada no Diário Oficial da União em 03/04/2020, nos termos do inciso IV do art. 5º da Resolução Normativa nº 32-ANTAQ, de 09/05/2019.	20/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.865, DE 6 DE JULHO 2020	Encaminha o presente processo ao Ministério da Infraestrutura (MInfra), para que, na qualidade de Poder Concedente, decida, conforme dispõe a legislação de regência, sobre o pedido formulado pela empresa AGEMAR TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA, signatária do contrato nº 2009/030/00, que solicita a suspensão de obrigações contratuais, em decorrência dos impactos econômicos da pandemia mundial do Coronavírus - COVID-19.	8/7/20
		PORTARIA Nº 187, DE 6 DE JULHO DE 2020	Esta portaria dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) na Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ).	8/7/20
		PORTARIA Nº 151, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Preserva os efeitos integrais da Portaria nº 80/2020-DG/ANTAQ, de 19/03/2020, com a manutenção do fechamento provisório do protocolo físico, assim como a prorrogação da suspensão da fluência dos prazos processuais até o dia 05/07/2020, com o retorno da fluência normal dos prazos e do funcionamento do protocolo físico a partir do dia 06/07/2020, segunda-feira, salvo fato novo ou circunstância devidamente demonstrada no caso concreto que venha a ensejar a necessidade de outro encaminhamento.	16/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.784, DE 5 DE JUNHO 2020	Suspende os prazos pontualmente previstos na Resolução Normativa-ANTAQ nº 32/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 29/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 28/2019 e na Resolução ANTAQ nº 3.274/2014, bem como aqueles relacionados à Contabilidade Regulatória das Administrações Portuárias.	8/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.781, DE 29 DE MAIO 2020	Orienta os portos organizados, as instalações portuárias e as empresas que atuem no transporte aquaviário, durante o período da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde.	1/6/20

		PORTARIA Nº 118, DE 29 DE MAIO DE 2020	Preserva os efeitos integrais da Portaria nº 80/2020-DG/ANTAQ, de 19/03/2020, com a manutenção do fechamento provisório do protocolo físico, assim como a prorrogação, a contar de 30/05/2020, da suspensão da fluência dos prazos processuais até o dia 15/06/2020, oportunidade em que deve ocorrer nova análise da situação pela Diretoria Colegiada da ANTAQ.	1/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.889, DE 19 DE MAIO DE 2020	Altera a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.	21/5/20
		PORTARIA Nº 109, DE 18 DE MAIO DE 2020	Preserva os efeitos integrais da Portaria nº 80/2020-DG/ANTAQ, de 19/03/2020, com a manutenção do fechamento provisório do protocolo físico, assim como a prorrogação, a contar de 18/05/2020, da suspensão da fluência dos prazos processuais até o dia 29/05/2020, oportunidade em que deve ocorrer nova análise da situação pela Diretoria Colegiada da ANTAQ.	19/5/20
		PORTARIA Nº 101, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Preserva os efeitos integrais da Portaria nº 80/2020-DG/ANTAQ, de 19/03/2020, com a manutenção do fechamento provisório do protocolo físico, assim como a prorrogação da suspensão da fluência dos prazos processuais até o dia 17/05/2020, oportunidade em que deve ocorrer nova análise da situação pela Diretoria Colegiada da ANTAQ.	4/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.660, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Suspende os prazos pontualmente previstos na Resolução Normativa-ANTAQ nº 32/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 29/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 28/2019 e na Resolução ANTAQ nº 3.274/2014, bem como aqueles relacionados à Contabilidade Regulatória das Administrações Portuárias.	7/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.658, DE 2 DE ABRIL DE 2020	As deliberações da Diretoria Colegiada poderão ocorrer por videoconferência, enquanto vigente a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).	3/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.648, DE 25 DE MARÇO DE 2020	As deliberações da Diretoria Colegiada dar-se-ão em ambiente virtual, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, enquanto vigente a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).	26/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.644, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Esclarece, tendo em vista o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, as competências para medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública no âmbito do transporte aquaviário de passageiros em razão da epidemia do coronavírus (COVID-19).	25/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.636, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas em resposta à emergência de saúde pública no âmbito do transporte aquaviário de passageiros e nas instalações portuárias em razão da epidemia do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 80, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Esta portaria dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) na Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - Antaq.	20/3/20
	Agência Nacional de Transportes Terrestres	RESOLUÇÃO Nº 5.917, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.	26/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.912, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020	Referenda a Resolução nº 5.911, de 15 de outubro de 2020, que alterou a Resolução nº 5.893, de 02 de junho de 2020, a qual dispõe sobre as medidas adotadas no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19).	29/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.911, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Alterar a Resolução nº 5.893, de 2 de junho de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.	16/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.909, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do	23/9/20

			transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.	
		RESOLUÇÃO Nº 5.900, DE 21 DE JULHO DE 2020	Altera a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, para incluir dispositivos e prorrogar prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas.	22/7/20
		DELIBERAÇÃO Nº 306, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Indeferir o pedido da CCR S/A para alterar o contrato de concessão objeto do Edital de Concessão nº 2/2019.	2/7/20
		PORTARIA Nº 362, DE 24 DE JUNHO DE 2020	No retorno das operações dos Postos de Pesagem Veicular na fiscalização de excesso de peso, após o término do prazo de suspensão das atividades de fiscalização previsto na Portaria nº 117, de 25 de março de 2020, conceder o prazo de até 30 (trinta) dias para que as concessionárias realizem as alterações necessárias a fim de garantir a operação em consonância com as medidas sanitárias preventivas cabíveis.	25/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.895, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Altera a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.	24/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.894, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Altera a Resolução nº 5.893, de 02 de junho de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.	10/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.893, DE 2 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.	3/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.891, DE 26 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a substituição das sessões presenciais de Reuniões Participativas ou Audiências Públicas por sessões públicas transmitidas por meio de videoconferência ou outro meio eletrônico, em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.	28/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.892, DE 26 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a postergação da cobrança de verbas de fiscalização das concessionárias federais de infraestrutura rodoviária referentes às competências de maio, junho e julho de 2020, em razão do estado de calamidade pública decorrente do Covid-19.	28/5/20
		PORTARIA Nº 227, DE 21 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre o estudo e a implementação de melhorias regulatórias e de governança relacionadas aos contratos de concessão de infraestruturas de transporte terrestre, com o intuito de propiciar maior transparência, celeridade e previsibilidade.	22/5/20
		PORTARIA Nº 848, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Suspende os prazos previstos na Portaria DENATRAN nº 160, de 17 de setembro de 2014, que dispõe sobre o cadastro dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, das Instituições Técnicas Licenciadas e das Entidades Técnicas Paraestatais ou Públicas para a utilização do Sistema Nacional de Controle e Emissão do Certificado de Segurança Veicular (SISCSV).	9/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 5.883, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Referenda a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, e a altera para prorrogar prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas.	9/4/20
		PORTARIA Nº 102, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Suspende a vigência da Portaria SUROC nº 19, de 20 de janeiro de 2020. Até ulterior publicação de ato normativo que tenha o objetivo de definir e disponibilizar o detalhamento dos procedimentos para cadastramento da Operação de Transporte e correspondente geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, os regulados pela Resolução ANTT nº 5.862, de 2019, deverão utilizar a versão e a regras do sistema informatizado atualmente disponibilizado pela ANTT.	3/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 7.653, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Revisa e consolida as medidas em resposta à emergência de saúde pública no âmbito do transporte aquaviário e das instalações portuárias em razão da epidemia do coronavírus (COVID-19).	2/4/20

		RESOLUÇÃO Nº 5.879, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.	27/3/20
		PORTARIA Nº 117, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Ficam suspensas, pelo prazo de 90 (noventa) dias, em caráter temporário e excepcional, as atividades de fiscalização de peso nas rodovias federais sob a circunscrição da ANTT.	26/3/20
	Comissão Nacional das Autoridades nos Portos	RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE JUNHO DE 2020	Emite recomendações e diretrizes sobre as medidas de segurança sanitária para combate ao novo coronavírus (Sars-CoV-2) nas operações de transporte aéreo.	19/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 3, DE 27 DE MAIO DE 2020	Orientar aos órgãos e entidades públicas nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID-19).	27/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 2, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Emite orientação aos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID-19).	26/3/20
	Conselho Nacional de Trânsito	RESOLUÇÃO Nº 781, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Referenda a Deliberação CONTRAN nº 190, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a realização de vistoria de identificação veicular, de que trata a Resolução CONTRAN nº 466, de 11 de dezembro de 2013, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	24/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 783, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Referenda a Deliberação CONTRAN nº 189, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre a realização das aulas técnico-teóricas do curso de formação de condutores na modalidade de ensino remoto enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19.	24/6/20
		DELIBERAÇÃO Nº 189, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a realização das aulas técnico-teóricas do curso de formação de condutores na modalidade de ensino remoto enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19.	29/4/20
		DELIBERAÇÃO Nº 186, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o procedimento de expedição das notificações de autuação e de penalidade, enquanto perdurar a interrupção dos prazos mencionados na Deliberação CONTRAN nº 185, de 19 de março de 2020.	27/3/20
		DELIBERAÇÃO Nº 187, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão do prazo de licença para funcionamento de Instituição Técnica Licenciada (ITL).	27/3/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 181, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020	Estabelece as condições de custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Infraero, no período de 1º de abril a 30 de setembro de 2020, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19 no transporte aéreo.	9/12/20
		PORTARIA Nº 146, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre o recebimento do valor da indenização aos trabalhadores portuários avulsos de que trata o art. 3º da Lei n° 14.047, de 2020, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de arrendamento portuário e a concessão de desconto tarifário em razão do pagamento da referida indenização.	5/10/20
		PORTARIA Nº 50, DE 19 DE MAIO DE 2020	Prorroga em caráter emergencial a validade dos certificados de pré-qualificação dos operadores portuários em decorrência da pandemia da covid-19.	20/5/20
		PORTARIA Nº 46, DE 8 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre o recebimento do valor da indenização aos trabalhadores portuários avulsos de que trata o art. 3º da Medida Provisória, de 4 de abril de 2020, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de arrendamento portuário e a concessão de desconto tarifário em razão do pagamento da referida indenização.	11/5/20
		PORTARIA Nº 39, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria GM nº 261/2012 que disciplina a concessão e a administração do benefício de passe livre à pessoa com deficiência, comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros, de que trata a Lei nº 8.889, de 29 de junho de 1994.	30/4/20
		PORTARIA Nº 24, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas no Ministério da Infraestrutura, em caráter excepcional, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	24/3/20
	Secretaria Nacional de Transportes Terrestres	PORTARIA Nº 798, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Altera prazos previstos na Portaria DENATRAN nº 374, de 04 de fevereiro de 2020, que estabelece os requisitos e os procedimentos a serem observados para fins de adesão ao programa de rotulagem veicular de segurança.	1/4/20

Ministério da Justiça e Segurança Pública	Departamento Penitenciário Nacional	PORTARIA DISPF Nº 39, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020	Autoriza o retorno gradual da visita presencial, mantem a realização das visitas virtuais, por intermédio da Defensoria Pública da União, dos atendimentos de advogados, e dá outras providências.	9/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorrogar a Resolução nº 5, de 15 de maio de 2020, que estabelece as Diretrizes Extraordinárias e Específicas para Arquitetura Penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais.	9/10/20
		PORTARIA DISPF Nº 35, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Autoriza a realização de visitas virtuais, por intermédio da Defensoria Pública da União, e os atendimentos de advogados; suspende as atividades presenciais de educação, de trabalho, de assistência religiosa e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus.	14/8/20
		PORTARIA Nº 34, DE 28 DE JULHO DE 2020	Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus	29/7/20
		PORTARIA Nº 28, DE 26 DE JUNHO DE 2020	Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Siste.ma Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus	29/6/20
		PORTARIA Nº 22, DE 26 DE MAIO DE 2020	Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus.	29/5/20
		PORTARIA Nº 12, DE 22 DE ABRIL DE A2020	Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do Novo Coronavírus.	23/4/20
		PORTARIA Nº 5, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do Novo Coronavírus.	24/3/20
		PORTARIA Nº 4, DE 15 DE MARÇO DE 2020	Suspende as visitas sociais, atendimentos de advogados e as escoltas dos presos custodiados nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do Novo Coronavírus.	17/3/20
	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	REPUBLICAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE MAIO DE 2020(*)	Dispõe sobre Diretrizes Extraordinárias e Específicas para Arquitetura Penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais.	20/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre Diretrizes Extraordinárias e Específicas para Arquitetura Penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais.	19/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 4, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre Diretrizes Básicas para o Sistema Prisional Nacional no período de enfrentamento da pandemia novo Coronavírus (2019-nCoV).	24/4/20
	Fundação Nacional do Índio	PORTARIA Nº 540, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Subdelegar competência aos Coordenadores Regionais e ao Diretor do Museu do Índio e, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, a seus substitutos legais, para observadas as disposições legais e regulamentares, praticarem os seguintes atos.	22/4/20
		PORTARIA Nº 413, DE 13 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.	19/3/20
		PORTARIA Nº 419, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.	19/3/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 414, DE 22 DE JULHO DE 2020	Estabelece a suspensão, temporária e excepcionalmente, do tempo máximo para o	24/7/20

			contato direto com o atendente no Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, previsto na Portaria MJ nº 2.014, de 13 de outubro de 2008.	
		RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 15 DE JULHO DE 2020	Recomenda aos órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas - SISNAD instruções para campanhas de prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, álcool e outras drogas.	16/7/20
		PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 9, DE 27 DE MAIO DE 2020	Revoga a Portaria Interministerial MJSP/MS nº 05, de 17 de março de 2020.	28/5/20
		PORTARIA Nº 8, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	2/4/20
		PORTARIA Nº 156, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Suspende, temporária e excepcionalmente, o tempo máximo para o contato direto com o atendente no Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, previsto na Portaria nº 2.014, de 13 de outubro de 2008, do Ministério da Justiça.	2/4/20
		PORTARIA Nº 151, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Saúde em todo território nacional.	30/3/20
		PORTARIA Nº 149, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	27/3/20
		PORTARIA Nº 143, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a possibilidade de reformulação e revisão de planos de aplicação dos recursos associados aos programas previstos no § 2º do art. 3º A da Lei Complementar nº 79, de 1994, como medida excepcional para enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19) no sistema prisional brasileiro.	26/3/20
		PORTARIA Nº 132, DE 22 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e exercício de atividades por servidores, empregados públicos e estagiários do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em caráter excepcional, delega competências ao Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública e autoriza a adoção de atos de gestão de que trata a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.	24/3/20
		PORTARIA Nº 138, DE 23, DE MARÇO DE 2020	Autoriza a utilização excepcional dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados no exercício de 2019, na forma da Portaria nº 793, de 24 de outubro de 2019, para ações de segurança pública e defesa social necessárias ao combate emergencial dos efeitos decorrentes da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 135, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Estabelece padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando a prevenção da disseminação do COVID-19.	18/3/20
		PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 7, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Sistema Prisional.	18/3/20
		PORTARIA Nº 125, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas quanto ao exercício de atividades por servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19.	17/3/20
		PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.	17/3/20
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	DESPACHO Nº 149, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Nos termos do art. 74, § 1º, do Regimento Interno do Cade, com redação dada pela Resolução nº 26, de 1º de abril de 2020, a Sessão de Julgamento poderá ser realizada por meio remoto em situações de força maior ou caso fortuito, que inviabilizem a realização da Sessão presencial, e será realizada em ambiente eletrônico disponibilizado pelo Cade, observados os requisitos internos de segurança da informação, e assegurada a transparência, a publicidade e a ampla participação dos interessados.	4/9/20
		DESPACHO Nº 60, DE 8 DE ABRIL DE 2020	Nos termos do art. 74, § 1º, do Regimento Interno do Cade, com redação dada pela Resolução nº 26, de 1º de abril de 2020, a Sessão de Julgamento poderá ser realizada por meio virtual em situações de força maior ou caso fortuito, que inviabilizem a realização da Sessão presencial, e será realizada em ambiente eletrônico disponibilizado pelo Cade, observados os requisitos internos de segurança da informação, e assegurada a transparência, a	9/4/20

			publicidade e a ampla participação dos interessados.	
		DESPACHO Nº 318, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Considerando as medidas restritivas de circulação e de realização de eventos presenciais que possam representar riscos à saúde pública, decorrentes da epidemia do novo coronavírus (Covid-19), decido pelo adiamento das oitivas das testemunhas.	27/3/20
	Polícia Federal	PORTARIA Nº 18-DIREX/PF, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre a retomada do curso dos prazos migratórios no âmbito da Polícia Federal.	21/10/20
		PORTARIA Nº 15725287 - CGCSP/DIREX/PF, DE 17 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece normas e procedimentos para o retorno das atividades fiscalizatórias, retomada de prazos dos processos punitivos e autorizativos no âmbito das áreas afetas à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos.	18/8/20
		PORTARIA Nº 15407682, DE 17 DE JULHO DE 2020	Estabelece normas e procedimentos para suspensão de processos punitivos, bem como prorrogação de autorizações e processos autorizativos no âmbito das áreas afetas à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos.	21/7/20
		PORTARIA Nº 14.882.023, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Estabelece normas e procedimentos para suspensão de processos punitivos, bem como prorrogação de autorizações e processos autorizativos no âmbito das áreas afetas à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos.	2/6/20
		PORTARIA Nº 14327481, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Estabelece normas e procedimentos para suspensão de processos punitivos nas áreas de controle de segurança privada, bem como prorrogação de processos autorizativos no âmbito das áreas afetas à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos.	1/4/20
	Polícia Rodoviária Federal	PORTARIA Nº 193, DE 2 DE JULHO DE 2020	Aprova o Regulamento do Curso de Formação Policial - CFP 2020 (Anexo I), segunda etapa do concurso público para provimento de vagas no cargo de Policial Rodoviário Federal, ordenado pelo Edital nº 1, de 27 de novembro de 2018, autorizado pela Portaria nº 236, de 27 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	8/7/20
		PORTARIA Nº 193, DE 2 DE JULHO DE 2020	Aprovar o Regulamento do Curso de Formação Policial - CFP 2020 (Anexo I), segunda etapa do concurso público para provimento de vagas no cargo de Policial Rodoviário Federal, ordenado pelo Edital nº 1, de 27 de novembro de 2018, autorizado pela Portaria nº 236, de 27 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	3/7/20
		PORTARIA Nº 61, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Altera o Anexo I da Portaria nº 126/2019/DIROP, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a restrição do trânsito de Veículos e Combinações de Veículos excedentes em peso e ou dimensões aos limites máximos estabelecidos pela Resolução nº 210/2006, do Conselho Nacional de Trânsito e suas alterações, passíveis ou não da concessão de Autorização Especial de Trânsito - AET ou Autorização Específica - AE, em rodovias federais, nos períodos dos feriados previstos para o ano de 2020.	3/6/20
		PORTARIA Nº 139, DE 22 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão do atendimento presencial ao público externo nas Unidades da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Santa Catarina.	26/5/20
		PORTARIA Nº 88, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a suspensão do atendimento presencial ao público externo nas Unidades Administravas da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Santa Catarina	7/5/20
		PORTARIA Nº 45, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Altera o Anexo I da Portaria nº 126/2019/DIROP, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a restrição do trânsito de Veículos e Combinações de Veículos excedentes em peso e ou dimensões aos limites máximos estabelecidos pela Resolução nº 210/2006, do Conselho Nacional de Trânsito e suas alterações, passíveis ou não da concessão de Autorização Especial de Trânsito - AET ou Autorização Específica - AE, em rodovias federais, nos períodos dos feriados previstos para o ano de 2020.	6/4/20
	Secretaria Nacional de Justiça	DESPACHOS	TORNA PÚBLICA A INSTAURAÇÃO do procedimento de perda da autorização da residência concedida ao Sr. CHUKWU EMEKA VALENTINE IBE, processo nº 08505.002771/2019-81. Torna Pública a Instauração do procedimento de perda da autorização da residência concedida ao Sr. HECTOR ALEJANDRO NAIDICH, processo nº 08513.002958/2019-85. Torna Pública a Instauração do procedimento de perda da autorização da residência concedida a Sra. NATIVIDAD VALENCIA DE CALLE, processo nº 08336.000901/2019-30.	23/6/20

			Torna Pública a Instauração do procedimento de perda da autorização da residência concedida a Sra. ASTRID CAROLA SCHUTZEL, processo nº 08513.000096/2020-90. Torna Pública a Instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao Sr. KOKICHI MINEDA, processo nº 08505.004173/2019-46.	
		DESPACHOS	Tornar Pública a Instauração do procedimento de perda da autorização da residência concedida ao Sr. SVEIN MAGNUS TONHEIM, processo nº 08420.001142/2020-15. Tornar Pública a Instauração do procedimento de perda da autorização da residência concedida ao Sr. FREDDY CHURATA, processo nº 08336.000817/2019-16.	22/6/20
		PORTARIA Nº 1.199, DE 5 DE MAIO DE 2020	Diante da emergência sanitária causada pelo Covid-19, a contagem do prazo para eventual RECURSO se dará apenas após a revogação da Portaria GAB-DEMIG nº 1, de 25 de março de 2020, que suspende os prazos processuais nos processos administrativos de competência do Departamento de Migrações, da Secretaria Nacional de Justiça, a contar do dia 11 de março de 2020, até a data em que esta situação excepcional se revele desnecessária.	6/5/20
		PORTARIA Nº 1.200, DE 5 DE MAIO DE 2020	Diante da emergência sanitária causada pelo Covid-19, a contagem do prazo para eventual RECURSO se dará apenas após a revogação da Portaria GAB-DEMIG nº 1, de 25 de março de 2020, que suspende os prazos processuais nos processos administrativos de competência do Departamento de Migrações, da Secretaria Nacional de Justiça, a contar do dia 11 de março de 2020, até a data em que esta situação excepcional se revele desnecessária.	6/5/20
		PORTARIA Nº 1, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais nos processos administrativos de competência do Departamento de Migrações.	27/3/20
		PORTARIA Nº 2, DE 20 DE MARÇO	Dispõe sobre a suspensão dos atendimentos presenciais, dos prazos processuais e das reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados, de que trata a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.	25/3/20
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	PORTARIA Nº 5, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre as competências, o fluxo dos processos ao pagamento a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), nos termos do art. 22 da Portaria nº 2.221, de 3 de setembro de 2020.	4/11/20
		PORTARIA Nº 3, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre as competências, o fluxo dos processos ao pagamento a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), nos termos do art. 22 da Portaria nº 2.221, de 3 de setembro de 2020.	29/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 53, DE 3 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre as deliberações aprovadas na Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.	4/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 52, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre as deliberações aprovadas na Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.	1/4/20
	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	RESOLUÇÃO Nº 220, DE 20 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário do CONANDA, em caráter excepcional, em razão da pandemia global do novo coronavìrus (Covid-19).	6/8/20
		RESOLUÇÃO N° 219, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário do CONANDA, em caráter excepcional, em razão da pandemia global do novo coronavìrus (Covid-19).	4/5/20
	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres	RESOLUÇÃO Nº 4, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	Suspende, em caráter excepcional, as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias presenciais do Pleno, Câmaras Técnicas e Coordenação Política do CNDM enquanto durar a medida de isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19.	17/9/20
	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	RESOLUÇÃO Nº 5, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, em caráter excepcional, em razão da pandemia global do novo coronavírus (COVID-19).	5/11/20
	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais	RESOLUÇÃO Nº 6, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário do CNPCT, em caráter excepcional, em razão da pandemia global do novo coronavírus (Covid-19).	18/6/20

	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	RESOLUÇÃO Nº 2, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Recomenda a prorrogação de mandato de membros dos Conselhos de Defesa e Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência, nas esferas Estaduais, Municipais e no Distrito Federal.	26/6/20
	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE MAIO DE 2020	Suspender o calendário estabelecido pela Resolução CNDM n.º 001/2019, de 4 de julho de 2019.	28/5/20
	Conselho Nacional dos Direitos Humanos	RESOLUÇÃO Nº 27, DE 9 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a garantia do direito à alimentação adequada das pessoas privadas de liberdade, em especial em regime fechado no sistema prisional e internos(as) do sistema socioeducativo em todo território nacional.	15/10/20
	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	RESOLUÇÃO Nº 54, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre as deliberações aprovadas na Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.	17/11/20
	Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	RECOMENDAÇÃO Nº 7, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a garantia, a manutenção e o fortalecimento das prerrogativas dos Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, bem como de todos os órgãos e as entidades que atuam na fiscalização de espaços de privação de liberdade no território brasileiro.	8/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 23, DE 29 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a realização de reuniões virtuais do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em caráter excepcional, em razão da pandemia global da COVID-19.	3/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 20, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a realização de reuniões virtuais do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.	13/5/20
	Gabinete do Ministro	RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre cuidados à comunidade socioeducativa, nos programas de atendimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (COVID-19), em todo o território nacional e dá outras providências.	21/9/20
		PORTARIA Nº 2.221, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre os procedimentos para a prestação do auxílio financeiro emergencial pela União às instituições de longa permanência e define os critérios de rateio, nos termos da Lei nº 14.018, de 20 de junho de 2020.	4/9/20
		PORTARIA Nº 683, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a instituição de comitê técnico para elaboração de iniciativas de promoção e defesa dos Direitos Humanos, considerando a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	20/3/20
Ministério da Saúde	Agência Nacional de Saúde Suplementar	PORTARIA Nº 3.389, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita estado, município e o Distrito Federal a receber incentivo financeiro federal de capital para estruturação e adequação dos ambientes de assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, no enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19).	15/12/20
		PORTARIA Nº 3.393, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020	Homologa a adesão dos municípios e Distrito Federal a receber incentivo financeiro federal de capital para informatização das equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária, por meio da implementação de Prontuário Eletrônico.	15/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.399, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 do INI Fiocruz - Rio de Janeiro (RJ).	15/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 2.782, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020 (*)	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para execução das ações de imunização e vigilância em saúde, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de covid-19.	9/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.350, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio, para o desenvolvimento de ações no âmbito dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no contexto do Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19	9/12/20
		PORTARIA Nº 2.549, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	28/9/20
		PORTARIA Nº 2.559, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	28/9/20
		PORTARIA Nº 2.222/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2020 (*)	Institui, em caráter excepcional e temporário, Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério e o correspondente incentivo financeiro federal de custeio para o enfretamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus.	17/9/20

		PORTARIA Nº 2.405, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020	Institui incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, aos municípios e Distrito Federal para o fortalecimento das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde no cuidado às populações específicas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.	17/9/20
		PORTARIA Nº 2.460/GM/MS, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Maringá.	17/9/20
		PORTARIA Nº 2.465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	17/9/20
		PORTARIA Nº 2.406, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios	11/9/20
		PORTARIA Nº 2.407, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Santo André.	11/9/20
		PORTARIA Nº 2.409, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	11/9/20
		PORTARIA Nº 2.411, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	11/9/20
		PORTARIA Nº 2.367, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Curitiba.	8/9/20
		PORTARIA Nº 2.368, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe e Município de Aracaju.	8/9/20
		PORTARIA Nº 2.369, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Municípios	8/9/20
		PORTARIA Nº 2.370, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19) a ser disponibilizado aos Estados de Mato Grosso e Tocantins.	8/9/20
		PORTARIA Nº 2.371, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19) a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	8/9/20
		PORTARIA Nº 2.372, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19) a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	8/9/20
		PORTARIA Nº 2.373, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	8/9/20
		PORTARIA Nº 2.330, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser	2/9/20

			disponibilizado ao Estado do Mato Grosso e Municípios.	
		PORTARIA Nº 2.331, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Município de Florianópolis.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.332, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados da Bahia e Ceará e Municípios.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.333, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.334, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.335, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19) a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.336, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.337, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19) a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.338, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.340, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.341, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão.	2/9/20
		PORTARIA Nº 2.178, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Municípios.	20/8/20
		PORTARIA Nº 2.179, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes de COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	20/8/20
		PORTARIA Nº 2.180/GM/MS, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados de Minas Gerais, Sergipe e Piauí e Município de Parnaíba (PI).	20/8/20
		PORTARIA Nº 2.181, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre o registro obrigatório de internações hospitalares nos estabelecimentos de saúde públicos e privados, em todo o território nacional, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.	20/8/20
		PORTARIA Nº 7, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	ar publicidade ao relatório de acompanhamento do teletrabalho previsto no art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017,	19/8/20

			referente ao período de 01/04/2020 a 30/06/2020, na forma do anexo desta Portaria.	
		RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 460, DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes sorológicos para infecção pelo Coronavírus e revoga a Resolução Normativa - RN nº 458, de 26 de julho de 2020.	14/8/20
		RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 458, DE 26 DE JUNHO DE 2020	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes sorológicos para a infecção pelo Coronavírus (COVID-19), em cumprimento a determinação judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0810140-15.2020.4.05.8300.	29/6/20
		RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 457, DE 28 DE MAIO DE 2020	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para a infecção pelo Coronavírus (COVID-19	29/5/20
		RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 453, DE 12 DE MARÇO DE 2020	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus.	13/3/20
	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 444, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020	Estabelece a autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, de vacinas Covid-19 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).	10/12/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 77, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre o procedimento de submissão contínua de dados técnicos para o registro de vacinas Covid-19.	18/11/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 426, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020, que suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os laboratórios oficiais que irão realizar as análises para o diagnóstico da COVID-19	1/10/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 424, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB).	23/9/20
		RESOLUÇÃO-RE Nº 3.630, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020	Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.	16/9/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 419, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020	Alterar a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 12 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do Coronavírus.	3/9/20
		DESPACHO Nº 124, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Abertura de processo regulatório para alteração da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 12 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumos farmacêuticos ativos, medicamentos e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao novo Coronavírus.	3/9/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 415, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Define novos critérios e procedimentos extraordinários para tratamento de petições de registro e mudanças pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.	27/8/20
		CONSULTA PÚBLICA Nº 894, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Consulta Pública de Resolução de Diretoria Colegiada que dispõe sobre as medidas de combate à pandemia de Covid-19 a serem adotadas em aeroportos e aeronaves, conforme Anexo.	19/8/20
		DESPACHO Nº 115, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Abertura de processo regulatório para regulamentação de medidas de combate à pandemia de Covid-19 a serem adotadas em aeroportos e aeronaves.	19/8/20

		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 402, DE 21 DE JULHO DE 2020	Estabelece a abertura temporária de pontos de entrada e saída de substâncias sujeitas a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).	29/7/20
		DESPACHO Nº 106, DE 21 DE JULHO DE 2020	Abertura de processo regulatório para abertura temporária de pontos adicionais de entrada e saída de substâncias sujeitas a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).	29/7/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 400, DE 21 DE JULHO DE 2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos de rotulagem e bulas de medicamentos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.	23/7/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 405, DE 22 DE JULHO DE 2020	Estabelece as medidas de controle para os medicamentos que contenham substâncias constantes do Anexo I desta Resolução, isoladas ou em associação, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).	23/7/20
		AGENDA REGULATÓRIA QUADRIÊNIO 2017-2020	Publica a Atualização Extraordinária da Agenda Regulatória da Anvisa 2017-2020.	23/7/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 395, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.	17/6/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 396, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020.	17/6/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 387, DE 26 DE MAIO DE 2020	Altera o Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).	28/5/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 389, DE 26 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre os requisitos temporários para caracterização e verificação do risco de redução da oferta de medicamentos durante a pandemia do novo Coronavírus.	28/5/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 391, DE 26 DE MAIO DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 326, de 3 de dezembro de 2019, que estabelece a lista positiva de aditivos destinados à elaboração de materiais plásticos e revestimentos poliméricos em contato com alimentos e dá outras providências, para ampliar o prazo de adequação aos requisitos definidos, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2.	28/5/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 392, DE 26 DE MAIO DE 2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos das Boas Práticas de Fabricação e de Importação de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.	28/5/20
		DESPACHO Nº 83, DE 26 DE MAIO DE 2020	Abertura de processo regulatório para alteração do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).	28/5/20
		DESPACHO Nº 85, DE 26 DE MAIO DE 2020	Abertura de processo regulatório para definição de requisitos temporários para caracterização e verificação do risco de redução da oferta de medicamentos durante a pandemia do novo Coronavírus.	28/5/20

		RESOLUÇÃO - RDC Nº 386, DE 15 DE MAIO DE 2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para obtenção da Anuência Excepcional para Fabricação, Comercialização e Doação de Equipamentos de Suporte Respiratório Emergencial e Transitório do tipo "Ambu Automatizado".	15/5/20
		DESPACHO Nº 81, DE 15 DE MAIO DE 2020	Abertura de processo regulatório para definição de critérios e procedimentos extraordinários e temporários para obtenção da Anuência Excepcional para Fabricação, Comercialização e Doação de Equipamentos de Suporte Respiratório Emergencial e Transitório do tipo "Ambu Automatizado".	15/5/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 380, DE 12 DE MAIO DE 2020	Altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020.	13/5/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 381, DE 12 DE MAIO DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.	13/5/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 382, DE 12 DE MAIO DE 2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento das petições de pós-registro de fórmulas para nutrição enteral e fórmulas infantis, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2.	13/5/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 384, DE 12 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre inclusão temporária de procedimento de emissão de certificado sanitário por análise documental, regulamentado na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009, às embarcações durante à vigência da pandemia de COVID-19.	13/5/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 385, DE 12 DE MAIO DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 12 de março de 2020.	13/5/20
		DESPACHO Nº 75, DE 12 DE MAIO DE 2020	Abertura de processo regulatório para alteração do art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020, que suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) que irão realizar análises para o diagnóstico da Covid-19	13/5/20
		DESPACHO Nº 76, DE 12 DE MAIO DE 2020	Abertura de processo regulatório para definição de critérios e procedimentos extraordinários e temporários para tratamento das petições de alteração pós-registro de fórmulas enterais e fórmulas infantis, com o objetivo de evitar o desabastecimento, iminente ou instalado, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública internacional decorrente do SARS-CoV-2.	13/5/20
		DESPACHO Nº 77, DE 12 DE MAIO DE 2020	Abertura de processo regulatório para alteração da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352/2020 e inclusão de anticoagulantes entre os produtos destinados ao combate da Covid-19 que necessitam de autorização prévia para fins de exportação.	13/5/20
		DESPACHO Nº 79, DE 12 DE MAIO DE 2020	Abertura de processo regulatório para inclusão temporária de procedimento de emissão de certificado sanitário por análise documental, regulamentado na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009, às embarcações durante a vigência da pandemia de Covid-19.	13/5/20
		DESPACHO Nº 80, DE 12 DE MAIO DE 2020	Abertura de processo regulatório para alteração da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 12 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do Novo Coronavírus.	13/5/20
		DESPACHO Nº 69, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Abertura de processo regulatório para alteração da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 370, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.	6/5/20

		RESOLUÇÃO - RDC Nº 378, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação, comercialização e doação de ventiladores pulmonares, monitores de sinais vitais, bombas de infusão, equipamentos de oximetria e capnógrafos usados, indispensáveis em unidades de terapia intensiva, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada a COVID-19.	30/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 379, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 356, de 23 de março de 2020, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	30/4/20
		DESPACHO Nº 71, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Abertura de processo regulatório para elaboração de norma que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação, comercialização e doação de ventiladores pulmonares, monitores de sinais vitais, bombas de infusão, equipamentos de oximetria e capnógrafos usados, indispensáveis em unidades de terapia intensiva, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada a COVID-19.	30/4/20
		DESPACHO N° 73, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Abertura de processo regulatório para revisão da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 356, de 23 de março de 2020, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2	30/4/20
		DESPACHO N° 68, DE 28 DE ABRIL DE 2020	A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação, em Anexo, com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública (CP) previstas, respectivamente, no art. 12 e no § 2º do art. 29 da Portaria nº 1.741, de 12 de dezembro de 2018, conforme deliberado em reunião realizada em 28 de abril de 2020, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.	29/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 377, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de "testes rápidos" (ensaios imunocromatográficos) para a COVID-19 em farmácias, suspende os efeitos do § 2º do art. 69 e do art. 70 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.	29/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 376, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 355, de 23 de março de 2020.	20/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 375, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre o regime para a submissão de ensaios clínicos utilizados para a validação de dispositivos meìdicos de classes III e IV identificados como prioritaìrios para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	17/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 374, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, para adequação à Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que altera o prazo de vigência para a Autorização de Funcionamento de Empresas para prestadores de serviço em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados e para adequação ao art. 50 da Lei n° 6.360, de 23 de setembro de 1976, que estabelece a validade em todo o território nacional da Autorização de Funcionamento de Empresa.	17/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 373, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Altera o art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitem durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) COVID-19.	17/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 371, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 370, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.	16/4/20

		RESOLUÇÃO - RDC Nº 370, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.	13/4/20
		DESPACHO Nº 62, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Abertura de processo regulatório para alteração da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.	13/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 366, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a importação de produtos para diagnóstico in vitro de Coronavírus durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus.	2/4/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 364, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) que irão realizar análises para o diagnóstico da COVID-19.	1/4/20
		DESPACHO Nº 44, DE 31 DE MARÇO DE 2020	roposta de extensão temporária das quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e, permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa de governo e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	1/4/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 347, DE 17 DE MARÇO DE 2020 (*)	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	31/3/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 (*)	Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	31/3/20
		PORTARIA Nº 19, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Suspende os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, instaurada nos autos de nº 25351.069722/2020-81, com fundamento no Art. 6°-C, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, incluído pela Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 responsável pelo surto de 2019.	30/3/20
		RESOLUÇÃO-RE Nº 922, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo. ANEXO NOME DA EMPRESA: EMS S/A CNPJ: 57.507.378/0003-65. MEDICAMENTO EXPERIMENTAL: Sulfato de hidroxicloroquina / Azitromicina di-hidratada. NÚMERO DE PROCESSO: 25351.220424/2020-91 EXPEDIENTE: 0910854/20-8. ASSUNTO DE PETIÇÃO: 10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) – Sintético.	27/3/20
		RESOLUÇÃO-RE Nº 861, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, com validade de 1(um) ano em atenção ao art. 12 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020 e ao art. 10 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 349, de 19 de março de 2020, na conformidade da relação anexa.	26/3/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 357, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).	24/3/20
		RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 358, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre os requisitos sanitários para a importação realizada por pessoa física pela modalidade de remessa postal, remessa expressa e bagagem acompanhada durante a pandemia do Novo Coronavírus.	24/3/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 355, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da	23/3/20

			Anvisa em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	23/3/20
		PORTARIA N° 309, DE 21 DE MARÇO DE 2020	Instituir Força-Tarefa no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para atuação nas medidas de controle e contenção do COVID-19 nos Postos de Vigilância Sanitária situados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.	21/3/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 350, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais sem prévia autorização da Anvisa e dá outras providências, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	20/3/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 351, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.	20/3/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 352, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxicloroquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da Covid-19.	20/3/20
		RESOLUÇÃO - RDC Nº 349, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de regularização de equipamentos de proteção individual, de equipamentos médicos do tipo ventilador pulmonar e de outros dispositivos médicos identificados como estratégicos pela Anvisa, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus e dá outras providências.	20/3/20
		RESOLUÇÃO RDC Nº 348, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de registro de medicamentos, produtos biológicos e produtos para diagnóstico in vitro e mudança pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.	18/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 347, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.	17/3/20
	Fundação Nacional de Saúde	PORTARIA DO PRESIDENTE DA FUNASA Nº 5.562, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020	Aprova a atualização do Plano de Comunicação Institucional da Fundação Nacional de Saúde - PCI - Funasa.	30/11/20
		PORTARIA DO PRESIDENTE DA FUNASA Nº 4.485, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Publica a lista de atos normativos vigentes editados pela Fundação Nacional de Saúde-FUNASA.	1/10/20
		PORTARIA Nº 2.985, DE 26 DE JUNHO DE 2020	PRORROGAR em decorrência do estado de calamidade pública pelo Coronavírus (COVID-19) previsto no Decreto Legislativo nº. 6 de 20.03.2020 e de acordo com Portaria nº. 134 de 30.03.2020 e do Decreto nº. 10.315 de 6.04.2020, até 31 de 4 julho de 2020 o prazo estabelecido na Portaria nº. 2.563, de 27 de maio de 2020, publicada no DOU nº. 102 de 29 de maio de 2020, para os municípios interessados do Estado do Maranhão apresentarem candidatura para a assessoria, apoio, suporte, orientações, capacitação e supervisão técnica da FUNASA na elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, em atendimento às disposições contidas na Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Decreto nº. 7.217, de 21 de junho de 2010, que define as diretrizes nacionais e estabelece a Política Federal de Saneamento Básico e da Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.	2/7/20
		PORTARIA Nº 2.531, DE 26 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre medidas administrativas excepcionais para a garantia de continuidade dos instrumentos de repasse, decorrente do estado de calamidade pública pelo Coronavírus (COVID-19), previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020 e de acordo com a Portaria nº 134, de 30 de março de 2020 e Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020.	27/5/20

		PORTARIA Nº 2.172, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre medidas administrativas excepcionais para a garantia de continuidade dos instrumentos de repasse, decorrente do estado de calamidade pública pelo Coronavírus (COVID-19), previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020 e de acordo com a Portaria nº 134, de 30 de março de 2020 e Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020.	30/4/20
	Secretaria de Atenção Primária à Saúde	PORTARIA Nº 66, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020	Redefine e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe do Anexo I da Portaria nº 49/SAPS/MS, de 27 de dezembro de 2019 em equipes de Atenção Primária credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.	8/12/20
		PORTARIA Nº 3.089, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Itajubá.	16/11/20
		PORTARIA Nº 3.090, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Taubaté.	16/11/20
		PORTARIA Nº 3.091, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Passos.	16/11/20
		PORTARIA Nº 65, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a adesão ao repasse financeiro excepcional e temporário de incentivo federal de capital, em parcela única, para apoiar a estruturação, reorganização e adequação dos ambientes de atendimento odontológico das Equipes de Saúde Bucal e dos Centros de Especialidades Odontológicas, normatizado pela Portaria nº 3.017, de 04 de novembro de 2020, do Ministério da Saúde.	13/11/20
		PORTARIA Nº 59, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga o prazo da etapa de transição da capitação ponderada do Programa Previne Brasil, referente à Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, para as equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária do Distrito Federal e municípios, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	27/10/20
		PORTARIA Nº 47, DE 28 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo da etapa de transição da capitação ponderada do Programa Previne Brasil, referente à Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, para as equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária do Distrito Federal e municípios constantes no Anexo da Portaria nº 172/GM/MS, de 31 de janeiro de 2020, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19).	31/8/20
		PORTARIA Nº 42, DE 16 DE JULHO DE 2020	Prorroga o prazo da Portaria nº 29/SAPS/MS, de 16 de abril de 2020, para dispor sobre o prazo da etapa de transição da capitação ponderada do Programa Previne Brasil.	17/7/20
		PORTARIA Nº 39, DE 19 DE JUNHO DE 2020	Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.	22/6/20
		PORTARIA Nº 29, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Prorroga o prazo da etapa de transição da capitação ponderada do Programa Previne Brasil, referente à Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, para as equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária do Distrito Federal e municípios constantes no Anexo da Portaria nº 172/GM/MS, de 31 de janeiro de 2020, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância	16/4/20

			internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19).	
		PORTARIA Nº 21, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Prorroga o prazo de cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES), das equipes e serviços de Atenção Primária à Saúde credenciados pelo Ministério da Saúde.	25/3/20
	Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde	PORTARIA SCTIE/MS Nº 60, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Torna pública a decisão de não incorporar o cloridrato de prasugrel para redução de eventos aterotrombóticos em pacientes diabéticos com síndrome coronariana aguda que realizaram angioplastia coronariana primária, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	3/12/20
	Secretaria Especial de Saúde Indígena	PORTARIA Nº 3, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Fica instituído o Comitê de Crise para planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos Impactos da COVID-19 no âmbito da Saúde dos Povos Indígenas, com orientações específicas para a organização dos atendimentos na assistência à população indígena no território de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena -DSEI Alto Rio Negro.	20/4/20
		PORTARIA Nº 2, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Instituí o Comitê de Enfrentamento do Coronavírus do DSEI Alto Rio Negro.	16/4/20
		PORTARIA Nº 55, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Fica instituída a Equipe de Resposta Rápida, no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, para enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.	14/4/20
		PORTARIA Nº 36, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Fica instituído o Comitê de Crise Nacional para planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos impactos da COVID-19 no âmbito da Saúde dos Povos Indígenas.	2/4/20
		PORTARIA Nº 16, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Fica instituído o Comitê de Crise para planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos Impactos da COVID-19 no âmbito da Saúde dos Povos Indígenas.	26/3/20
	Secretaria de Atenção Especializada à Saúde	PORTARIA Nº 1.071, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)	Altera atributos de procedimento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.	3/12/20
		PORTARIA Nº 1.071, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera atributos do procedimento 01.01.01.009-5 PREVENÇÃO AO COVID-19 NAS ESCOLAS da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.	2/12/20
		PORTARIA Nº 63, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020	Define as regras de adesão ao incentivo financeiro federal para a informatização das equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária, por meio da implementação de Prontuário Eletrônico.	2/12/20
		PORTARIA Nº 1.068, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui o Modelo de Informação de Resultado de Exame Laboratorial COVID-19	19/11/20
		PORTARIA Nº 766, DE 18 DE AGOSTO DE 2020(*)	Inclui atributo a procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.	20/8/20
		PORTARIA Nº 766, DE 18 DE AGOSTO DE 2020	Inclui atributo a procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.	19/8/20
		PORTARIA Nº 564, DE 8 DE JULHO DE 2020	Inclui na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o procedimento da Atenção Primária no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) "Prevenção à Covid-19 nas Escolas".	30/7/20
		PORTARIA Nº 510, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimento de diária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.	17/6/20
		PORTARIA Nº 237, DE 18 DE MARÇO DE 2020 (*)	Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19.	15/6/20
		PORTARIA Nº 245, DE 24 DE MARÇO DE 2020 (*)	Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19 e altera o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) para permitir o registro de ações relativas ao enfrentamento da COVID-19.	15/6/20
		PORTARIA Nº 464, DE 20 DE MAIO DE 2020	Inclui exames para o diagnóstico laboratorial de infecção pelo SARS-CoV-2 na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS).	22/5/20
		PORTARIA Nº 245, DE 24 DE MARÇO DE 2020 (*)	Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de	30/4/20

			infecção pelo COVID-19 e altera o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) para permitir o registro de ações relativas ao enfrentamento do COVID-19.	
		PORTARIA Nº 237, DE 18 DE MARÇO DE 2020 (*)	Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.	9/4/20
		PORTARIA Nº 245, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção pelo COVID-19.	26/3/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA GM/MS Nº 3.442, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.443, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.444, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.445, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.446, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Exclui estabelecimento do Anexo da Portaria GM/MS nº 3.298, de 4 de dezembro de 2020, que prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.447, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrica Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Salvador.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.448, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.449, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.450, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.451, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.452, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.453, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.454, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de	17/12/20

			Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios	
		PORTARIA GM/MS Nº 3.455, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.456, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS 3.457, DE 16 DE DEZEMBRO DE 202	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.458, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.467, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020	Autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.	17/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.391, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita estado, município e o Distrito Federal a receber incentivo financeiro federal de capital para estruturação e adequação dos ambientes de assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, no enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19).	14/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.398, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	14/12/20
		PORTARIA MS Nº 3.355, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba e Município de João Pessoa.	11/12/20
		PORTARIA MS Nº 3.383, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado de Mato Grosso e Município de Cáceres.	11/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.356, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Piên.	10/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.358, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí.	10/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.294, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	7/12/20
		PORTARIA Nº 3.248, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro destinado aos Estados e Distrito Federal, para estruturação de unidades de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações e para Vigilância Epidemiológica, para o enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de Covid19.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.279, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Município de Rio Verde.	7/12/20

		PORTARIA GM/MS Nº 3.280, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso e Município de Água Boa.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.281, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.282, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.283, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Distrito Federal.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.284, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Municípios.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.285, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Recife.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.286, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.287, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Limeira.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.288, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Piripiri.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.289, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Araraquara.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.290, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Institui Comitê Técnico para o acompanhamento das ações relativas à vacina AZD 1222/ChAdOx1 n-CoV19 contra a Covid19, decorrentes da Encomenda Tecnológica firmada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a empresa AstraZeneca.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.290, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Institui Comitê Técnico para o acompanhamento das ações relativas à vacina AZD 1222/ChAdOx1 n-CoV19 contra a Covid19, decorrentes da Encomenda Tecnológica firmada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a empresa AstraZeneca.	7/12/20
		PORTARIA Nº 3.291, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão.	7/12/20

		PORTARIA Nº 3.291, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.293, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	7/12/20
		PORTARIA Nº 3.296, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.298, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.299, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.300, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Autoriza a habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19.	7/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.271, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	4/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.272, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	4/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.275, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	4/12/20
		PORTARIA Nº 3.232, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	3/12/20
		PORTARIA Nº 3.245, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	3/12/20
		PORTARIA Nº 3.246, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	3/12/20
		PORTARIA Nº 3.250, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	3/12/20
		PORTARIA Nº 3.252, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	3/12/20
		PORTARIA GM/MS Nº 3.253, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Lins.	3/12/20
		PORTARIA Nº 3.254 , DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de	3/12/20

			Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Município de Canoas.	
		PORTARIA Nº 3.255, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Torna sem efeito a Portaria GM/MS nº 2.944, de 23 de outubro de 2020, que prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Itajubá.	3/12/20
		PORTARIA Nº 3.256, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	3/12/20
		PORTARIA Nº 3.193, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui incentivo financeiro federal, em caráter excepcional e temporário, para informatização das equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária, por meio da implementação de Prontuário Eletrônico.	30/11/20
		PORTARIA Nº 3.219, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Pediátrica Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	30/11/20
		PORTARIA Nº 3.220, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	30/11/20
		PORTARIA Nº 3.186, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado à aquisição de equipamentos para reorganização do processo de trabalho e qualificação do cuidado e assistência nos estabelecimentos saúde Municipais, Distritais e Estaduais de administração pública no âmbito do Sistema Único de Saúde, que prestam assistência às gestantes, parturientes, recém-nascidos e puérperas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente do Coronavírus.	27/11/20
		PORTARIA Nº 3.187, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	27/11/20
		PORTARIA Nº 3.190, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui o Gabinete de Crise da Covid-19 e altera a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, para dispor sobre o Centro de Operações de Emergências para o novo Coronavírus (COE Covid-19).	27/11/20
		PORTARIA Nº 3.174, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	25/11/20
		PORTARIA Nº 3.133, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Município de Joinville.	24/11/20
		PORTARIA Nº 3.160, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	24/11/20
		PORTARIA Nº 3.157, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Municípios.	23/11/20
		PORTARIA Nº 3.158, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.	23/11/20

		PORTARIA Nº 3.159, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Município de Farroupilha.	23/11/20
		PORTARIA Nº 3.161, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amazonas e Município de Tefé.	23/11/20
		PORTARIA Nº 3.123, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Municípios.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.124, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.126, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Boa Esperança.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.134, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Santo André.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.135, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.136, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.137, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.138, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.139, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.140, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.141, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.142, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	20/11/20

		PORTARIA Nº 3.143, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Simplicio Mendes.	20/11/20
		PORTARIA Nº 3.096, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	17/11/20
		PORTARIA Nº 3.061, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	13/11/20
		PORTARIA Nº 3.074, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado do Mato Grosso.	13/11/20
		PORTARIA Nº 3.059, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	12/11/20
		PORTARIA Nº 3.060, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	12/11/20
		PORTARIA Nº 3.062, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	12/11/20
		PORTARIA Nº 3.063, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	12/11/20
		PORTARIA Nº 3.064, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva UTI Adulto Tipo II COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Municípios.	12/11/20
		PORTARIA Nº 3.067, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Estende o prazo para credenciamento e repasse do incentivo financeiro de custeio para os Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria nº 1.444/GM/MS, de 29 de maio de 2020, e os Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria nº 1.445/GM/MS, de 29 de maio de 2020.	12/11/20
		PORTARIA Nº 3.041, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba.	10/11/20
		PORTARIA Nº 3.051, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado e Municípios.	10/11/20
		PORTARIA Nº 3.017, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de capital, para apoiar a estruturação, reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19).	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.023, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Campinas.	9/11/20

		PORTARIA Nº 3.024, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.025, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.026, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Brasília de Minas.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.027, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.028, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.029, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.030, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.031, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso e Município de Rondonópolis.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.032, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.033, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.034, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.035, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.036, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.037, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amazonas.	9/11/20

		PORTARIA Nº 3.038, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.039, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.040, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.401, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba.	9/11/20
		PORTARIA Nº 3.008, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para apoiar a reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para viabilização do acesso e resolução das demandas de saúde bucal em condições adequadas para a mitigação dos riscos individuais e coletivos relacionados à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.	5/11/20
		PORTARIA Nº 3.003, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Recife.	4/11/20
		PORTARIA Nº 3.004, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	4/11/20
		PORTARIA Nº 3.005, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	4/11/20
		PORTARIA Nº 472-E, DE 30 DE OUTUBRO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	4/11/20
		PORTARIA Nº 655, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga, para o dia 30 de novembro de 2020, o prazo estabelecido na Resolução nº 03, de 28 de junho de 2012, para a realização dos aditamentos de renovação semestral dos contratos de financiamento concedidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), simplificados e não simplificados, do 2º semestre de 2020.	3/11/20
		PORTARIA Nº 2.991, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo.	3/11/20
		PORTARIA Nº 2.992, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Município de Rio Verde.	3/11/20
		PORTARIA Nº 2.993, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	3/11/20
		PORTARIA Nº 2.994, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de	3/11/20

			Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo coronavírus.	
		PORTARIA Nº 2.995, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	3/11/20
		PORTARIA Nº 2.996, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	3/11/20
		PORTARIA Nº 2.997, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	3/11/20
		PORTARIA Nº 2.958, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga o prazo dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, para iniciar o envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde, considerando o contexto da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente do coronavírus (Covid-19).	28/10/20
		PORTARIA Nº 2.943, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.944, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Itajubá.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.945, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.946, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Hortolândia.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.947, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Distrito Federal.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.948, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.949, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado e Município.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.897, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	23/10/20
		PORTARIA Nº 2.719, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020(*)	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	22/10/20

		PORTARIA Nº 2.906, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	22/10/20
		PORTARIA Nº 2.910, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	22/10/20
		PORTARIA Nº 2.913, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Tocantins e Município de Araguaína.	22/10/20
		PORTARIA Nº 2.789, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.	21/10/20
		PORTARIA Nº 2.819, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	19/10/20
		PORTARIA Nº 2.820, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	19/10/20
		PORTARIA Nº 2.842 /GM/MS, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte.	19/10/20
		PORTARIA Nº 2.843, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	19/10/20
		PORTARIA Nº 2.847, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados.	19/10/20
		PORTARIA Nº 2.824, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Institui, no âmbito do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos de Saúde - Siops, quadro de informações gerenciais relacionadas à aplicação de recursos, pelos entes federativos, no enfrentamento da pandemia de Covid-19.	16/10/20
		PORTARIA Nº 2.782, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para execução das ações de imunização e vigilância em saúde, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de Covid-19.	15/10/20
		PORTARIA Nº 2.811, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Ribeirão Preto.	15/10/20
		PORTARIA Nº 2.812, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados de São Paulo e Municípios.	15/10/20
		PORTARIA Nº 2.813, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	15/10/20
		PORTARIA Nº 2.814, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	15/10/20
		PORTARIA Nº 2.790/GM/MS, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de	14/10/20

			Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	
		PORTARIA Nº 2.791, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amazonas e Município de Tefé.	14/10/20
		PORTARIA Nº 2.792/GM/MS, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	14/10/20
		PORTARIA Nº 2.793, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Ribeirão Preto.	14/10/20
		PORTARIA Nº 2.794/GM/MS, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Municípios.	14/10/20
		PORTARIA Nº 2.796, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização dos leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	14/10/20
		PORTARIA Nº 2.797, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte.	14/10/20
		PORTARIA Nº 2.742, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados.	13/10/20
		PORTARIA Nº 2.770, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	13/10/20
		PORTARIA Nº 2.771, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	13/10/20
		PORTARIA Nº 2.772, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Sidrolândia.	13/10/20
		PORTARIA Nº 2.738, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.739, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Santo Amaro	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.740, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.741, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser	9/10/20

			disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Brejo Santo.	
		PORTARIA Nº 2.743, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.744, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Taubaté.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.745, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.746, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.747, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.748/GM/MS, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.749, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Município de Encantado.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.750, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.751, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.752, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.753, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amazonas e Rio Grande do Sul.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.754, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.755, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Ribeirão Preto.	9/10/20

		PORTARIA Nº 2.757, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de São Vicente.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.758, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.759, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.718, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.699, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020	Autoriza a prorrogação de prazos relativos às obras financiadas por recursos transferidos na modalidade fundo a fundo, nos termos do Título IX da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.719, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.720, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Parnaíba.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.721, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso e Município de Agua Boa.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.722 /GM/MS, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.723, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Barretos.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.724 /GM/MS, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amazonas.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.725 /GM/MS, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Município de Bacabal.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.726, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso e Municípios.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.727, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.	8/10/20

		PORTARIA Nº 2.729, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais.	8/10/20
		PORTARIA Nº 2.420, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020(*)	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	6/10/20
		PORTARIA Nº 2.656, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Município.	5/10/20
		PORTARIA Nº 2.661, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	5/10/20
		PORTARIA Nº 2.665, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	5/10/20
		PORTARIA Nº 2.666, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	5/10/20
		PORTARIA Nº 2.690, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	5/10/20
		PORTARIA Nº 2.694, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	5/10/20
		PORTARIA Nº 2.654, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Altera a Portaria nº 580/GM/MS, de 27 de março de 2020, para prorrogar o pagamento de bonificação aos profissionais de saúde residentes pelo prazo que durar a situação de emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus.	2/10/20
		PORTARIA Nº 2.655, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Municípios.	2/10/20
		PORTARIA Nº 2.657/GM/MS, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	2/10/20
		PORTARIA Nº 2.658, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso.	2/10/20
		PORTARIA Nº 2.659, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	2/10/20
		PORTARIA Nº 2.659, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	2/10/20
		PORTARIA Nº 2.422, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020 (*)	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Municípios.	1/10/20
		PORTARIA Nº 2.639, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	1/10/20

			Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia.	
		PORTARIA Nº 2.640, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Municípios.	1/10/20
		PORTARIA Nº 2.641/GM/MS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe e Município de Itabaiana.	1/10/20
		PORTARIA Nº 2.642, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Divinópolis.	1/10/20
		PORTARIA Nº 2.643, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Itajubá.	1/10/20
		PORTARIA Nº 2.632, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a alteração do prazo para alcance da meta de cadastro dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), previsto no art. 4º da Portaria nº 3.263/GM/MS, de 11 de dezembro de 2019, que estabelece o incentivo financeiro de custeio federal para implementação e fortalecimento das ações de cadastramento dos usuários do Sistema Único de Saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.	30/9/20
		PORTARIA Nº 2.399, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020 (*)	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.340, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020 (*)	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.433, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020 (*)	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.605, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.606, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Embu das Artes.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.600, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Tabela do Anexo da Portaria nº 2.349/GM/MS de 14 de setembro de 2017.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.607, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Girau do Ponciano.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.608, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Piripiri.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.609, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo	29/9/20

			Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	
		PORTARIA Nº 2.611, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Município de Novo Hamburgo.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.612, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Araraquara.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.624/GM/MS, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020	Institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de Covid-19.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.574. DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios de Porto Alegre, para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Coronavírus - COVID -19.	25/9/20
		PORTARIA Nº 2.519, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amazonas e Municípios.	23/9/20
		PORTARIA Nº 2.520/GM/MS, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	23/9/20
		PORTARIA Nº 2.526, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Município de Rio Verde.	23/9/20
		PORTARIA Nº 2.527, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	23/9/20
		PORTARIA Nº 2.528, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo do Município de Itatiba.	23/9/20
		PORTARIA Nº 2.530, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	23/9/20
		PORTARIA Nº 2.534/GM/MS, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	23/9/20
		PORTARIA Nº 2.535, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Osasco.	23/9/20
		PORTARIA Nº 2.488, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Portaria nº 1.742/GM/MS, de 13 de julho de 2020, para dispor sobre o credenciamento temporário de municípios a receberem incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	22/9/20
		PORTARIA Nº 2.516, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de custeio para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19.	22/9/20

		PORTARIA Nº 2.485, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receber incentivo financeiro referente aos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	21/9/20
		PORTARIA Nº 2.459, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	18/9/20
		PORTARIA Nº 2.478, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Municípios.	18/9/20
		PORTARIA Nº 2.479, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	18/9/20
		PORTARIA Nº 2.480, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	18/9/20
		PORTARIA Nº 2.481, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão.	18/9/20
		PORTARIA Nº 2.483, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020	Prorrogação da habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Recife.	18/9/20
		PORTARIA Nº 2.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020 (*)	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	15/9/20
		PORTARIA Nº 2.414, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	15/9/20
		PORTARIA Nº 2. 417, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe e Município de Aracaju.	15/9/20
		PORTARIA Nº 2.433, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	15/9/20
		PORTARIA Nº 2.434, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Distrito Federal.	15/9/20
		PORTARIA Nº 2.436/GM/MS, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	15/9/20
		PORTARIA Nº 2.415, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Hortolândia.	14/9/20

		PORTARIA Nº 2.418, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco.	14/9/20
		PORTARIA Nº 2.418, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Município de Chapecó.	14/9/20
		PORTARIA Nº 2.419, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	14/9/20
		PORTARIA Nº 2.420, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	14/9/20
		PORTARIA Nº 2.421, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Distrito Federal e ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza.	14/9/20
		PORTARIA Nº 2.422/GM/MS, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Municípios.	14/9/20
		PORTARIA Nº 2.389, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	10/9/20
		PORTARIA Nº 2.390, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	10/9/20
		PORTARIA Nº 2.393, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	10/9/20
		PORTARIA Nº 2.398/GM/MS, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	10/9/20
		PORTARIA Nº 2.399, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	10/9/20
		PORTARIA Nº 2.400, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Governador Valadares.	10/9/20
		PORTARIA Nº 2.401, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	10/9/20
		PORTARIA Nº 2.347, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	4/9/20
		PORTARIA Nº 2.348, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização de leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	4/9/20
		PORTARIA Nº 2.351, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de	4/9/20

			Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados.	
		PORTARIA Nº 2.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	4/9/20
		PORTARIA Nº 2.358, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19.	4/9/20
		PORTARIA Nº 2.356, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Desabilita leito de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado do Mato Grosso e Município de Barra do Garças.	3/9/20
		PORTARIA Nº 2.313, DE 31 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 da Maternidade de Referência Ana Braga - Manaus (AM).	1/9/20
		PORTARIA Nº 2.306, DE 28 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do coronavírus (COVID-19).	31/8/20
		PORTARIA Nº 2.298, DE 27 DE AGOSTO DE 2020(*)	Institui, para o ano de 2020, o repasse financeiro referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa) para o fortalecimento e execução das ações de Vigilância Sanitária voltadas ao enfrentamento do coronavírus - Sars-CoV-2	31/8/20
		PORTARIA Nº 2.270, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Penedo.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.271, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.272, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Salvador.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.273, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Distrito Federal.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.274, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso e Município de Cuiabá.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.275, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul e Municípios.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.276, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.277/GM/MS, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo para registro do procedimento de complementação de valor de sessão de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.278, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.279, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das	28/8/20

			Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	
		PORTARIA Nº 2.281, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Espírito Santo e Municípios.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.283, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe e Município de Aracaju.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.284/GM/MS, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.285/GM/MS, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios de Canoas e Caxias do Sul.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.286, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios de Ipatinga e Lavras.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.287/GM/MS, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado no Estado do Piauí e Município de Parnaíba.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.288/GM/MS, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Sobral.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.289, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.290, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul e Municípios.	28/8/20
		PORTARIA Nº 2.297, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece a suspensão temporária da transferência de recurso ao Estado do Amazonas, incluído no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, destinado ao custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto e Pediátrico.	28/8/20
		PORTARIA Nº 1.579, DE 19 DE JUNHO DE 2020 (*)	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	27/8/20
		PORTARIA Nº 1.579, DE 19 DE JUNHO DE 2020 (*)	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	27/8/20
		PORTARIA Nº 1.797, DE 21 DE JULHO DE 2020 (*)	Credencia temporariamente Municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	27/8/20
		PORTARIA Nº 1.975, DE 6 DE AGOSTO DE 2020 (*)	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde	27/8/20

			pública de importância internacional decorrente do coronavírus.	
		PORTARIA Nº 2.067, DE 11 DE AGOSTO DE 2020 (*)	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da COVID-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	27/8/20
		PORTARIA Nº 2.234, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	27/8/20
		PORTARIA Nº 2.236, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivo financeiro referente aos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	27/8/20
		PORTARIA Nº 2.237, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivo financeiro referente aos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	27/8/20
		PORTARIA Nº 2.239, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivo financeiro referente aos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	27/8/20
		PORTARIA Nº 2.258, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Recife.	27/8/20
		PORTARIA Nº 2.195, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.201, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.203, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.212/GM/MS, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Santo André.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.214, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Tocantins.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.215, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Distrito Federal.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.216, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.217/GM/MS, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Acresce o art. 5A à Portaria nº 1.802/GM/MS, de 20 de julho de 2020, que autoriza a habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19, para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19.	26/8/20
		PORTRIA Nº 2.220, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo	26/8/20

			de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.	
		PORTARIA Nº 2.222/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério e o incentivo financeiro federal de custeio para o enfretamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.225, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Osasco.	26/8/20
		PORTARIA Nº 2.213, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Taboão da Serra.	25/8/20
		PORTARIA Nº 2.218, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	25/8/20
		PORTARIA Nº 2.189, DE 21 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Municípios.	24/8/20
		PORTARIA Nº 2.190, DE 21 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Municípios.	24/8/20
		PORTARIA Nº 2.191, DE 21 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	24/8/20
		PORTARIA Nº 2.192/GM/MS, DE 21 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amazonas e Municípios.	24/8/20
		PORTARIA Nº 1.950, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Delega competência ao Secretário de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	17/8/20
		PORTARIA Nº 2.145, DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Delega competência ao Secretário de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	17/8/20
		PORTARIA Nº 2.147, DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	17/8/20
		PORTARIA Nº 2.148, DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.	17/8/20
		PORTARIA Nº 2.073, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	14/8/20
		PORTARIA Nº 2.134, DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí.	14/8/20

		PORTARIA Nº 2.136, DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização de leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios. O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, n	14/8/20
		PORTARIA Nº 2.114, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	13/8/20
		PORTARIA Nº 2.072, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	12/8/20
		PORTARIA Nº 2.075, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	12/8/20
		PORTARIA Nº 2.104, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios	12/8/20
		PORTARIA Nº 2.051, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	12/8/20
		PORTARIA Nº 2.053, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	12/8/20
		PORTARIA Nº 2.057, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	12/8/20
		PORTARIA Nº 2.062, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece normas excepcionais para a análise e execução de projetos de apoio e de serviços ambulatoriais e hospitalares no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - Proadi-SUS, durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - Espin declarada em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus - Covid-19.	12/8/20
		PORTARIA Nº 2.067, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da COVID-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	12/8/20
		PORTARIA Nº 2.035, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	11/8/20
		PORTARIA Nº 2.036, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados.	11/8/20
		PORTARIA Nº 2.037, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo.	11/8/20
		PORTARIA Nº 2.011, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19) a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Taubaté.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.012, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização dos leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.013, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização dos leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e	10/8/20

			Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso e Municípios.	
		PORTARIA Nº 2.014, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a serem disponibilizados ao Estado de São Paulo e Municípios.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.019, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Recife.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.020, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização dos leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Capela.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.021, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.022, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Torna sem efeito a Portaria nº 1.790/GM/MS, de 17 de julho de 2020, que desabilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado do Maranhão e Município de São Luís (MA).	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.026, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul e Municípios.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.027, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do coronavírus (COVID-19).	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.029, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará.	10/8/20
		PORTARIA Nº 2.032, DE 7 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados de Alagoas e Amazonas.	10/8/20
		PORTARIA Nº 1.975, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	7/8/20
		PORTARIA Nº 1.993, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	7/8/20
		PORTARIA Nº 1.994, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	7/8/20
		PORTARIA Nº 1.996, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	7/8/20
		PORTARIA Nº 2.005, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e	7/8/20

			Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	
		PORTARIA Nº 2.006, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	7/8/20
		PORTARIA Nº 2.009, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	7/8/20
		PORTARIA Nº 1.968, DE 5 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	6/8/20
		PORTARIA Nº 1.970, DE 5 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	6/8/20
		PORTARIA Nº 1.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga as habilitações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	6/8/20
		PORTARIA Nº 1.934, DE 3 DE AGOSTO DE 2020	Torna sem efeito a Portaria nº 1.718/GM/MS, de 8 de julho de 2020, que desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e determina devolução de recursos disponibilizados ao Estado de São Paulo e Município de Campinas.	5/8/20
		PORTARIA Nº 1.940, DE 3 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	5/8/20
		PORTARIA Nº 1.960, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	5/8/20
		PORTARIA Nº 1.962/GM/MS, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	5/8/20
		PORTARIA 1.964, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a habilitação leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Maceió.	5/8/20
		PORTARIA Nº 1.936, DE 3 DE AGOSTO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.	4/8/20
		PORTARIA Nº 1.918, DE 31 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Rondônia e Municípios.	3/8/20
		PORTRIA Nº 1.919, DE 31 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Tocantins e Município de Araguaína.	3/8/20
		PORTARIA Nº 1.871, DE 29 DE JULHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	31/7/20
		PORTARIA 1.862, DE 29 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.	30/7/20
		PORTARIA 1.863, DE 29 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19.	30/7/20

		PORTARIA Nº 1.878, DE 29 DE JULHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.879, DE 29 DE JULHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.880, DE 29 DE JULHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.881, DE 29 DE JULHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.882, DE 29 DE JULHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.883, DE 29 DE JULHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.884, DE 29 DE JULHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.889, DE 29 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Municípios de Iguatu e Ico.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.890, DE 29 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.891, DE 29 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Município de Itajaí.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.892, DE 29 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Curitiba.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.893, DE 29 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Acre.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.895, DE 29 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso e Município de Barra do Garças.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.896, DE 29 DE JULHO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada disponibilizado ao Estado da Bahia.	30/7/20
		PORTARIA Nº 1.841, DE 28 DE JULHO DE 2020	Autoriza o repasse dos valores de recursos federais aos Fundos de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, no Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde para o fortalecimento da Vigilância Laboratorial nos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN).	29/7/20
		PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.	29/7/20
		PORTARIA Nº 1.859, DE 28 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.	29/7/20

		PORTARIA Nº 1.848, DE 27 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão da execução de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Pronon e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - Pronas/PCD, durante a vigência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - Espin declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus - Covid-19.	28/7/20
		DESPACHO Nº 50, DE 22 DE JULHO DE 2020	Processo nº 50300.015485/2018-67. Fiscalizada: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 04.933.552/0009-60. Objeto e Fundamento legal: por conhecer o recurso interposto, dada a sua tempestividade e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 276.846,66 (duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos), pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos V, XXI, XVIII e XXXII do art. 32 da Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 2014.	23/7/20
		PORTARIA Nº 1.797, DE 21 DE JULHO DE 2020	Credencia temporariamente Municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.	22/7/20
		PORTARIA Nº 1.799, DE 21 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.	22/7/20
		PORTARIA Nº 1.803, DE 21 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Maceió (AL).	22/7/20
		PORTARIA Nº 1.804, DE 21 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID 19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia.	22/7/20
		PORTARIA Nº 1.792, DE 17 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional.	21/7/20
		PORTARIA Nº 1.786, DE 17 DE JULHO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização de leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19) a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	20/7/20
		PORTARIA Nº 1.787, DE 17 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	20/7/20
		PORTARIA Nº 1.788, DE 17 DE JULHO DE 2020	Desabilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e determina devolução de recursos financeiros disponibilizados, em parcela única, ao Estado de Pernambuco.	20/7/20
		PORTARIA Nº 1.789, DE 17 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.	20/7/20
		PORTARIA Nº 1.790, DE 17 DE JULHO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado do Maranhão e Município de São Luís (MA).	20/7/20
		PORTARIA Nº 1.791, DE 17 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado no Estado de Tocantins.	20/7/20
		PORTARIA Nº 1.768, DE 15 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo	16/7/20

			Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Municípios.	
		PORTRIA Nº 1.769, DE 15 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	16/7/20
		PORTARIA Nº 1.770, DE 15 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Espírito Santo e Município de Linhares.	16/7/20
		PORTARIA Nº 1.771, DE 15 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Municípios.	16/7/20
		PORTARIA Nº 1.772, DE 15 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e município de Barretos.	16/7/20
		PORTARIA Nº 1.773, DE 15 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Municípios.	16/7/20
		PORTARIA Nº 1.774, DE 15 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Monte Alto.	16/7/20
		PORTARIA Nº 1.740, DE 10 DE JULHO DE 2020	Estabelece o pagamento por desempenho do Programa Previne Brasil considerando o resultado potencial de 100% (cem por cento) do alcance dos indicadores por equipe do Distrito Federal e municípios constantes no Anexo da Portaria nº 172/GM/MS, de 31 de janeiro de 2020, diante do contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	14/7/20
		PORTARIA Nº 1.741, DE 13 DE JULHO DE 2020	Prorroga o prazo para adequação do cadastro de equipes, referente à Portaria nº 3.566/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que fixa o quantitativo de equipes de Saúde de Família e equipe Saúde Bucal composta por profissionais com carga horária individual de 40 horas semanais e estabelece regra transitória para às equipes de Saúde da Família com as tipologias I, II, III, IV e V (Transitória), considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).	14/7/20
		PORTARIA Nº 1.742, DE 13 DE JULHO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivo financeiro referente aos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 e incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	14/7/20
		PORTARIA Nº 1.727, DE 10 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Municípios.	13/7/20
		PORTARIA Nº 1.728, DE 10 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Espírito Santo.	13/7/20
		PORTARIA Nº 1.729, DE 10 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	13/7/20
		PORTARIA Nº 1.714, DE 8 DE JULHO DE 2020	Desabilita e habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 de hospitais do Estado de Tocantins.	9/7/20
		PORTARIA Nº 1.716, DE 8 DE JULHO DE 2020	Desabilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e determina devolução de recursos financeiros que foram disponibilizados em parcela única ao Estado de São Paulo e Municípios.	9/7/20

		PORTARIA Nº 1.717, DE 8 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19) a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	9/7/20
		PORTARIA Nº 1.718, DE 8 DE JULHO DE 2020	Desabilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e determina devolução de recursos disponibilizados ao Estado de São Paulo e Município de Campinas.	9/7/20
		PORTARIA Nº 1.692, DE 3 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.	6/7/20
		PORTARIA Nº 1.693, DE 3 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.	6/7/20
		PORTARIA Nº 1.696, DE 3 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a alteração do prazo para alcance da meta de cadastro dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), previsto no art. 4º da Portaria nº 3.263/GM/MS, de 11 de dezembro de 2019, que estabelece o incentivo financeiro de custeio federal para implementação e fortalecimento das ações de cadastramento dos usuários do Sistema Único de Saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.	6/7/20
		PORTARIA Nº 1669, DE 2 DE JULHO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização dos leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado no Estado de Santa Catarina.	3/7/20
		PORTARIA Nº 1.670, DE 2 DE JULHO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização dos leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Municípios.	3/7/20
		PORTARIA Nº 1.671, DE 2 DE JULHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e Municípios.	3/7/20
		PORTARIA Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID 19.	1/7/20
		PORTARIA Nº 1.635, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Município de São João de Meriti.	26/6/20
		PORTARIA Nº 1.613, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	25/6/20
		PORTARIA Nº 1.615, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	25/6/20
		PORTARIA Nº 1.629, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.	25/6/20
		PORTARIA Nº 1.630, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.	25/6/20
		PORTARIA Nº 1.631, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia.	25/6/20
		PORTARIA Nº 1.601, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das	24/6/20

			Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Rondônia e Município de Jaru.	
		PORTARIA Nº 1.579, DE 19 DE JUNHO DE 2020	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	22/6/20
		PORTARIA Nº 1.587, DE 19 DE JUNHO DE 2020	Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Força Tarefa de Fundamentação.	22/6/20
		PORTARIA Nº 1.498, DE 5 DE JUNHO DE 2020	Suspende as metas de desempenho institucional do Departamento Nacional de Auditoria do SUS para fins de percepção das parcelas mensais relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria, e dá outras providências.	19/6/20
		PORTARIA Nº 1.565, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.	19/6/20
		PORTARIA Nº 1.554, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Desabilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e determina devolução de recursos financeiros que foram disponibilizados em parcela única ao Estado do Mato Grosso e Municípios.	18/6/20
		PORTARIA Nº 1.555, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Santos Dumont.	18/6/20
		PORTARIA Nº 1.514, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19.	16/6/20
		PORTARIA Nº 1.521, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.	16/6/20
		PORTARIA Nº 1.533, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Roraima e Município de Boa Vista.	15/6/20
		PORTARIA Nº 1.534, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro.	15/6/20
		PORTARIA Nº 1.535, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Roraima.	15/6/20
		PORTARIA Nº 1.536, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Autoriza, temporariamente, a utilização dos leitos de hospitais de pequeno porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	15/6/20
		PORTARIA Nº 1.541, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Jau.	15/6/20
		PORTARIA Nº 1.529, DE 10 DE JUNHO DE 2020	Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID 19 e determina devolução de recursos disponibilizados ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Nova Andradina.	12/6/20
		PORTARIA Nº 1.530, DE 10 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba e Município de Campina Grande.	12/6/20
		PORTARIA Nº 1.516, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.	10/6/20

		PORTARIA Nº 1.502, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	9/6/20
		PORTARIA Nº 1.503, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Pernambuco.	9/6/20
		PORTARIA Nº 1.504, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 do Hospital Samar e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Rondônia.	9/6/20
		PORTARIA Nº 1.505, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Serrinha (BA).	9/6/20
		PORTARIA Nº 1.505, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Serrinha (BA).	9/6/20
		PORTARIA Nº 1.508, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.	9/6/20
		PORTARIA Nº 1.457, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Torna Sem Efeito a Portaria nº 1.243/GM/MS, de 18 de maio de 2020, que habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios no Estado do Rio Grande do Norte.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.469, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II -COVID-19 do Hospital da Mulher Dra. Nise da Silveira e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.470, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Salvador.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.471, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.472, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID 19 da Unidade de Urgência de Teresina Prof. Zenon Rocha - HUT e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.473, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Municípios.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.474, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Piauí e Municípios.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.479, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Desabilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto, Tipo II - COVID-19 do Hospital Geral de Fortaleza - HGF, localizado no Município de Fortaleza (CE) e determina devolução de recursos disponibilizados ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.481, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Habilita leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso	4/6/20

			do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Acre.	
		PORTARIA Nº 1.444, DE 29 DE MAIO DE 2020	Institui os Centros Comunitários de Referência para enfrentamento à Covid-19, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), e estabelece incentivo para custeio dos Centros Comunitário de Referência para enfrentamento à covid-19 e incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional.	1/6/20
		PORTARIA Nº 1.445, DE 29 DE MAIO DE 2020	Institui os Centros de Atendimento para Enfrentamento à Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	1/6/20
		PORTARIA Nº 1.448, DE 29 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.	29/5/20
		PORTARIA Nº 1.424, DE 27 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	28/5/20
		PORTARIA Nº 1.425, DE 27 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado da Paraíba e Município de João Pessoa.	28/5/20
		PORTARIA Nº 1.426, DE 27 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Espírito Santo e Municípios.	28/5/20
		PORTARIA Nº 1.427, DE 27 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.	28/5/20
		PORTARIA Nº 1.395, DE 22 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Distrito Federal.	25/5/20
		PORTARIA Nº 1.396, DE 22 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado da Bahia e Municípios.	25/5/20
		PORTARIA Nº 1.247, DE 18 DE MAIO DE 2020	Prorroga o prazo dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, para iniciar o envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).	22/5/20
		PORTARIA Nº 1.393, DE 21 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19.	22/5/20
		PORTARIA Nº 1.377, DE 20 DE MAIO DE 2020	Autoriza temporariamente a utilização dos leitos de hospitais de pequeno porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios do Estado de Mato Grosso.	21/5/20
		PORTARIA Nº 1.237, DE 18 DE MAIO DE 2020	Autoriza temporariamente a utilização dos leitos de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Município de Parnamirim.	21/5/20

		PORTARIA Nº 1.384, DE 20 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios	21/5/20
		PORTARIA Nº 1.385, DE 20 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Uberlândia.	21/5/20
		PORTARIA Nº 1.371, DE 19 DE MAIO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	21/5/20
		PORTARIA Nº 1.375, DE 20 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID 19, do Hospital Regional Dr. José de Simone Netto, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul	21/5/20
		PORTARIA Nº 1.376, DE 20 MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado da Bahia.	21/5/20
		PORTARIA Nº 1.379, DE 20 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID 19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios no Estado do Rio de Janeiro.	21/5/20
		PORTARIA Nº 1.335, DE 19 DE MAIO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	20/5/20
		PORTARIA Nº 1.358, DE 19 DE MAIO DE 2020	Desabilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Ananindeua.	20/5/20
		PORTARIA Nº 1.359, DE 19 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Recife.	20/5/20
		PORTARIA Nº 1.360, DE 19 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Iguatu.	20/5/20
		PORTARIA Nº 1.361, DE 19 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado no Estado do Pará.	20/5/20
		PORTARIA Nº 1.364, DE 19 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID 19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios no Estado de Mato Grosso do Sul.	20/5/20
		PORTARIA Nº 1.206, DE 12 MAIO DE 2020 (*)	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.231, DE 18 DE MAIO DE 2020	Prorroga, excepcionalmente para o ano de 2020, o prazo para apresentação de contas referente ao exercício de 2019 no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - Proadi-SUS.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.235, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Arapiraca.	19/5/20

		PORTARIA Nº 1.236, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios de Cáceres e Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.238, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Municípios.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.239, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso e Municípios.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.240, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Municípios.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.243, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios no Estado do Rio Grande do Norte.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.245, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Pará e Municípios.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.265, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios, no Estado do Piauí.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.269, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Município de Quissamã.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.280, DE 18 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	19/5/20
		PORTARIA Nº 1.244, DE 14 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul.	15/5/20
		PORTARIA Nº 1.266, DE 15 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	15/5/20
		PORTARIA Nº 1.270, DE 15 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Salvador.	15/5/20
		PORTARIA Nº 1.193, DE 8 DE MAIO DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	13/5/20
		PORTARIA Nº 1.206, DE 8 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.	12/5/20

		PORTARIA Nº 1.208, DE 8 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Município de Teixeira de Freitas no Estado da Bahia.	12/5/20
		PORTARIA Nº 1.211, DE 8 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, da Santa Casa de Corumbá/MS, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Município de Corumbá no Estado de Mato Grosso do Sul.	12/5/20
		PORTARIA Nº 1.116, DE 6 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Município de Niterói.	8/5/20
		PORTARIA Nº 1117, DE 6 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Município de Volta Redonda.	8/5/20
		PORTARIA Nº 1.118, DE 6 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amapá.	8/5/20
		PORTARIA Nº 1.120, DE 6 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Tocantins.	8/5/20
		PORTARIA Nº 1.121, DE 6 DE MAIO DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado do Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Paranaíba.	8/5/20
		PORTARIA Nº 985, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 986, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 987, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 988, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 989, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 990, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 991, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 992, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 993, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20

		PORTARIA Nº 994, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 995, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 996, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 997, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 998, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 999, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.000, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.001, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.002, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.003, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.011, DE 24 DE ABRIL DE 2020 (*)	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.042, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Municípios.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.045, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.046, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amazonas.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.011, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco.	27/4/20
		PORTARIA Nº 1.013, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado e Municípios de Alagoas.	27/4/20
		PORTARIA Nº 1.014, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece	27/4/20

			recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado e municípios de Goiás.	
		PORTARIA Nº 858, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Distrito Federal.	24/4/20
		PORTARIA Nº 859, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado aos Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	24/4/20
		PORTARIA Nº 861, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado de Rondônia e Município de Ariquemes e Vilhena.	24/4/20
		PORTARIA Nº 865, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado da Bahia.	24/4/20
		PORTARIA Nº 895, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Costa Rica.	24/4/20
		PORTARIA Nº 894, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Municípios.	24/4/20
		PORTARIA Nº 893, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.	24/4/20
		PORTARIA Nº 896, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Sidrolândia.	24/4/20
		PORTARIA Nº 898, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.	24/4/20
		PORTARIA Nº 899, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe e Municípios.	24/4/20
		PORTARIA Nº 900, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí.	24/4/20
		PORTARIA Nº 901, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.	24/4/20
		PORTARIA Nº 902, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios do Estado de Minas Gerais.	24/4/20
		PORTARIA Nº 903, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza.	24/4/20
		PORTARIA Nº 924, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID	24/4/20

			19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas.	
		PORTARIA Nº 925, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Chapadão do Sul.	24/4/20
		PORTARIA Nº 926, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Ananindeua.	24/4/20
		PORTARIA Nº 927, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Nova Andradina.	24/4/20
		PORTARIA Nº 928, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Acre.	24/4/20
		PORTARIA Nº 827, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Inclui o procedimento de complementação de valor de sessão de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19 na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos municípios, estados e Distrito Federal, destinado à realização de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19.	16/4/20
		PORTARIA Nº 816, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Taubaté.	16/4/20
		PORTARIA Nº 815, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado do Espírito Santo.	16/4/20
		PORTARIA Nº 813, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a suspensão do prazo processual afeto aos processos administrativos no âmbito da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) em virtude da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde, em razão do SARS-CoV-2.	16/4/20
		PORTARIA Nº 658, DE 1º DE ABRIL DE 2020 (*)	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro.	15/4/20
		PORTARIA Nº 660, DE 1º DE ABRIL DE 2020 (*)	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Município de Canoas.	15/4/20
		PORTARIA Nº 774, DE 9 DE ABRIL DE 2020 (*)	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.	15/4/20
		PORTARIA Nº 792, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte.	15/4/20
		PORTARIA Nº 796, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul.	15/4/20

		PORTARIA Nº 793, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Picos.	15/4/20
		PORTARIA Nº 794, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.	15/4/20
		PORTARIA Nº 795, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo.	15/4/20
		PORTARIA Nº 797, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado da Bahia.	15/4/20
		PORTARIA Nº 803, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro.	15/4/20
		PORTARIA Nº 812, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo.	15/4/20
		PORTARIA Nº 774, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Grupos do Piso de Atenção Básica-PAB e de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e à assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus - COVID 19.	9/4/20
		PORTARIA Nº 758, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Define o procedimento para o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestam serviços no SUS.	9/4/20
		PORTARIA Nº 414, DE 18 DE MARÇO DE 2020 (*)	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.	9/4/20
		PORTARIA Nº 732, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Prorroga os prazos de qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).	9/4/20
		PORTARIA Nº 561/GM/MS, DE 26 DE MARÇO DE 2020 (*)	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrica para atendimento exclusivo dos pacientes com a COVID-19.	8/4/20
		PORTARIA Nº 561/GM/MS, DE 26 DE MARÇO DE 2020 (*)	Autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte (HPP) para cuidados prolongados.	8/4/20
		PORTARIA Nº 662, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Estabelece regras de forma excepcional -para as transferências de recursos do Bloco de Custeio - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC pelo período de 90 (noventa) dias.	3/4/20
		PORTARIA Nº 660, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Município de Canoas.	3/4/20
		PORTARIA Nº 658, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro.	3/4/20
		PORTARIA Nº 639, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde", voltada à capacitação e ao cadastramento de profissionais da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).	2/4/20

		PORTARIA Nº 580, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Residentes na área de Saúde", para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).	30/3/20
		PORTARIA Nº 561, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte para cuidados prolongados em atendimento dos pacientes crônicos oriundos de Unidade de Terapia Intensiva e leitos de enfermaria de hospitais de referência ao COVID-19.	26/3/20
		PORTARIA Nº 568, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.	26/3/20
		PORTARIA Nº 545, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, para orientar a aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares em medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).	26/3/20
		PORTARIA Nº 480, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	25/3/20
		PORTARIA Nº 515, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus: prorroga-se os prazos de qualificação de Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24.	25/3/20
		PORTARIA Nº 476, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Delega competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	23/3/20
		PORTARIA Nº 492, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Institui a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo", voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).	23/3/20
		PORTARIA Nº 467, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19.	23/3/20
		PORTARIA Nº 430, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Estabelece incentivo financeiro federal de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em caráter excepcional e temporário, com o objetivo de apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	20/3/20
		PORTARIA Nº 414, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.	20/3/20
		PORTARIA Nº 428, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.	20/3/20
		PORTARIA Nº 454, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).	20/3/20
		PORTARIA Nº 395, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.	16/3/20
		PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID19).	12/3/20
		PORTARIA Nº 188, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020	Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).	4/2/20
Ministério de Minas e Energia	Agência Nacional de Mineração	RESOLUÇÃO Nº 46, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020	Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos, e dá outras providências.	10/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 41, DE 31 DE JULHO DE 2020	Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos,	3/8/20

			com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.	
		RESOLUÇÃO Nº 39, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.	1/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 36, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Altera os arts. 1º e 3º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.	2/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 30, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.	5/5/20
		PORTARIA Nº 262, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria nº 208, de 18 de março de 2020, que trata da suspensão do atendimento presencial nas instalações da ANM em todo o território nacional enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	23/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 28, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.	26/3/20
		PORTARIA Nº 208, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Trata da suspensão do atendimento presencial nas instalações da ANM em todo o território nacional enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	20/3/20
	Agência Nacional de Energia Elétrica	DESPACHO Nº 3.490, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020	Fixa os valores dos recursos da Conta Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, ateì 14 de dezembro de 2020, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referentes aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, da competência de novembro de 2020, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.	11/12/20
		DESPACHO Nº 3.197, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020	Fixa os valores dos recursos da Conta Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, ateì 12 de novembro de 2020, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referentes aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, da competência de outubro de 2020, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.	12/11/20
		DESPACHO Nº 2.914, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	Decisão: Fixar os valores dos recursos da Conta Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, ateì 13 de outubro de 2020, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referentes aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, da competência de setembro de 2020, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca	13/10/20
		DESPACHO Nº 2.640, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Fixa os valores dos recursos da Conta Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, ateì 14 de setembro de 2020, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referentes aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, da competência de agosto de 2020, nos termos da	14/9/20

			Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.	
		DESPACHO Nº 2.323, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Concessão da Energisa Mato Grosso do Sul - Concen, em face da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre a Conta-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes, pois interposto contra ato normativo, de caráter geral e abstrato, editado pela Agência.	13/8/20
		DESPACHO Nº 2.353, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Fixa os valores dos recursos da Conta Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, ateì 12 de agosto de 2020, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referentes aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, da competência de julho de 2020, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.	12/8/20
		RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 891, DE 21 DE JULHO DE 2020	Altera a Resolução Normativa nº 878/2020, que trata de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19) e a Resolução Normativa nº 414/2010, que trata das condições gerais de fornecimento.	27/6/20
		DESPACHO Nº 2.177, DE 24 DE JULHO DE 2020	Fixa os valores dos recursos da Conta Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, ateì 31 de julho de 2020, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referentes aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, das competências de abril a junho de 2020, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.	27/6/20
		RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 885, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a CONTA-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para estes fins e os procedimentos correspondentes.	23/6/20
		PORTARIA Nº 6.417, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Determina que o recebimento de documentos na ANEEL será feito exclusivamente por meio eletrônico enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).	26/6/20
		RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 886, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Altera a Resolução Normativa nº 878/2020 - Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).	16/6/20
		RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.926, DE 2 DE JUNHO DE 2020	Autoriza a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia de COVID-19.	4/6/20
		DESPACHO Nº 1.511, DE 26 DE MAIO DE 2020	O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo no48500.001279/2020-96, decide (i) suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação da sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, prevista no Submódulo 6.8 do Proret; e (ii) acionar bandeira verde, até 31 de dezembro de 2020, consonante ao período estipulado no Decreto nº 10.350, de 2020, para cobertura de custos do setor elétrico com recursos da Conta-Covid.	1/6/20
		DESPACHO Nº 1.406, DE 19 DE MAIO DE 2020	O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.001841/2020-81, decide conhecer o pedido de alteração do faturamento de demanda de consumidores do Grupo A durante a pandemia do coronavírus (Covid-19), para no mérito negar-lhe provimento e recomendar que as distribuidoras promovam a livre negociação sobre o diferimento e o	20/5/20

			parcelamento dos valores referentes ao faturamento da demanda contratada que superem a demanda medida, nos termos da regulamentação vigente.	
		RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 878, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).	25/3/20
		PORTARIA Nº 6.310, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Estabelece as medidas para atendimento aos prazos processuais em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19). E suspende, por 30 (trinta) dias, os prazos processuais dos processos no âmbito da ANEEL.	25/3/20
	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	RESOLUÇÃO Nº 824, DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Altera o percentual de mistura obrigatória do biodiesel ao diesel A, no período entre os dias 01 de setembro e 31 de outubro de 2020.	14/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 823, DE 8 JULHO DE 202	Altera a Resolução ANP nº 812, de 23 de março de 2020, que define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelos Estados e Municípios da Federação.	9/7/20
		DESPACHO Nº 529, DE 8 DE JULHO DE 2020	Aprova o reinicio da Chamada Pública ANP nº 01R/2020, conforme cronograma divulgado no sítio eletrônico da ANP.	9/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 822, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a realização de audiências públicas por videoconferência, em razão do estado de emergência de saúde pública internacional decorrente da pandemia da Covid-19.	24/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 821, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Altera o percentual de mistura obrigatória do biodiesel ao diesel A, no período entre os dias 16 e 21 de junho de 2020.	18/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 820, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Altera a Resolução ANP nº 816, de 20 de abril de 2020, que define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP que atuam nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, enquanto perdurarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelo governo federal.	17/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 819, DE 5 DE JUNHO DE 2020	Determina os mecanismos de formação de estoques de etanol e metas de contratação, em caráter excepcional, exclusivamente para a safra 2020/2021.	8/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 816, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP que atuam nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, enquanto perdurarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelo governo federal.	20/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 815, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Faculta a prorrogação de prazos relativos aos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.	20/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 814, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução ANP nº 812, de 23 de março de 2020.	20/4/20
		DESPACHO Nº 301, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Ficam suspensos os prazos relativos aos procedimentos operacionais de inspeção e calibração listados abaixo enquanto durar o Estado de Emergência de que trata a Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020, salvo deliberação diversa da ANP	15/4/20
		DESPACHO Nº 281, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Aprova a postergação da Chamada Pública ANP nº 01R/2020, sem data definida para reinício do certame, devendo a TBG dar ampla divulgação desta decisão no portal da Chamada Pública do site da TBG;	1/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 812, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelos Estados e Municípios da Federação.	23/3/20
	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético	DESPACHO Nº 13/2020-SPE	Ratifica as deliberações do Comitê Gestor de Eficiência Energética (CGEE) quanto à aprovação do Terceiro Plano de Aplicação de Recursos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PAR Procel 2020/2021.	13/7/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 235, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Divulgar, para Consulta Pública, propostas referentes às metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, de que trata o art. 6º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para o decênio de 2021 a 2030 e à revisão das metas estabelecidas para o ano de 2020, em função dos impactos da pandemia de Covid-19.	5/6/20
		PORTARIA Nº 131, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Fica instituído o Comitê Setorial de Acompanhamento do Covid-19, de caráter executivo, no âmbito da Secretaria de Geologia,	1/4/20

			Mineração e Transformação Mineral, para articular as demandas do setor afetas às atividades da cadeia produtiva mineral relacionadas aos efeitos do coronavírus (COVID-19).	
		PORTARIA Nº 133, DE 28 DE MARÇO DE 2020	Fica instituído o Comitê do Setor Elétrico para acompanhamento do Covid-19, de caráter executivo, no âmbito da Secretaria de Energia Elétrica, para articular as demandas do setor afetas ao fornecimento de energia elétrica nacional, considerando os efeitos do novo coronavírus (COVID-19).	1/4/20
		PORTARIA Nº 134, DE 28 DE MARÇO DE 2020	Posterga a realização: I - dos Leilões de Energia Existente "A-4", de 2020, e "A-5", de 2020, de que trata a Portaria MME nº 389, de 14 de outubro de 2019; II - do Leilão de Energia Nova "A-4", de 2020, de que trata a Portaria MME nº 455, de 6 de dezembro de 2019; III - do Leilão de Energia Nova "A-6", de 2020, com realização prevista pela Portaria MME nº 151, de 1º de março de 2019; IV - dos Leilões para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, com realização prevista pela Portaria MME nº 15, de 13 de janeiro de 2020; e V - de Leilões para Contratação de Soluções de Suprimento a Sistemas Isolados, de que trata a Portaria MME nº 67, de 1º de março de 2018.	30/3/20
		PORTARIA Nº 117, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Fica instituído o Comitê Setorial de Crise, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, para articular, coordenar, monitorar, orientar e supervisionar as providências e medidas a serem adotadas pela Administração Central deste Ministério, pelos Órgãos e Entidades vinculadas, bem como pelos Agentes dos Setores cujas atividades são reguladas pelas Agências afetas a esta Pasta.	19/3/20
Ministério do Desenvolvimento Regional	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	PORTARIA Nº 2.907, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020	Reconhece a situação de emergência no Estado do Piauí/PI.	19/11/20
		PORTARIA Nº 2.797, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN.	10/11/20
		PORTARIA Nº 2.724, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Maranhão/MA.	29/10/20
		PORTARIA Nº 2.747, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado da Paraíba/PB.	29/10/20
		PORTARIA Nº 2.714, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Tocantins/TO.	27/10/20
		PORTARIA Nº 2.708, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Ceará/CE.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.709, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado da Bahia/BA.	26/10/20
		PORTARIA Nº 2.637, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Sergipe/SE.	10/10/20
		PORTARIA Nº 2.607, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Pernambuco/PE.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.622, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Espírito Santo/ES.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.623, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Rondônia/RO.	9/10/20
		PORTARIA Nº 2.559, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul/RS.	29/9/20
		PORTARIA Nº 2.520, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Minas Gerais/MG.	24/9/20
		PORTARIA Nº 2.344, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Prorrogar os prazos dos instrumentos das ações de restabelecimento até o dia 31/12/2020, conforme processos constantes do Anexo I.	3/9/20
		PORTARIA Nº 2.313, DE 31 DE AGOSTO DE 2020	Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Nova Trento-SC, para execução de ações de Defesa Civil.	1/9/20
		PORTARIA Nº 2.032, DE 27 DE JULHO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Goiás/GO.	28/7/20
		PORTARIA Nº 1.844, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Distrito Federal/DF.	1/7/20
		PORTARIA Nº 1.600, DE 3 DE JUNHO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no município de Ceres (GO), devido a Covid-19.	4/6/20
		PORTARIA Nº 1.283, DE 4 DE MAIO DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas.	7/5/20
		PORTARIA Nº 1.233, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado da Paraíba/PB.	30/4/20

		PORTARIA Nº 1.237, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Ceará/CE.	30/4/20
		PORTARIA Nº 1.230, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Paraná/PR.	29/4/20
		PORTARIA Nº 1.205, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.	28/4/20
		PORTARIA Nº 1.200, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Alagoas/AL.	27/4/20
		PORTARIA Nº 1.183, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN.	24/4/20
		PORTARIA Nº 1.186, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio de Janeiro/RJ.	24/4/20
		PORTARIA Nº 1.187, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Acre/AC.	24/4/20
		PORTARIA Nº 1.192, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Santa Catarina/SC.	24/4/20
		PORTARIA Nº 1.169, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Pará/PA.	23/4/20
		PORTARIA Nº 1.168, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Maranhão/MA.	23/4/20
		PORTARIA Nº 1.167, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Amazonas/AM.	23/4/20
		PORTARIA Nº 1.166, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de São Paulo/SP.	23/4/20
		PORTARIA Nº 1.152, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas.	23/4/20
		PORTARIA Nº 1.150, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Piauí/PI.	23/4/20
		PORTARIA Nº 1.148, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado da Bahia/BA.	23/4/20
		PORTARIA Nº 1.128, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Espírito Santo/ES.	20/4/20
		PORTARIA Nº 1.127, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas.	20/4/20
		PORTARIA Nº 1.106, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Minas Gerais/MG.	17/4/20
		PORTARIA Nº 1.107, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Rondônia/RO.	17/4/20
		PORTARIA Nº 1.108, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Pernambuco/PE.	17/4/20
		PORTARIA Nº 1.111, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas.	17/4/20
		PORTARIA Nº 1.076, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Reconhecer a Situação de Emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas.	14/4/20
		PORTARIA Nº 1.075, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Roraima/RR.	14/4/20
		PORTARIA Nº 1.074, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Sergipe/SE.	14/4/20
		PORTARIA Nº 1.073, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Tocantins/TO.	14/4/20
		PORTARIA Nº 1.029, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.	13/4/20
		PORTARIA Nº 873, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas.	8/4/20
		PORTARIA Nº 872, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul/RS.	8/4/20
		PORTARIA Nº 871, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Mato Grosso/MT	8/4/20
		PORTARIA Nº 870, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Mato Grosso do Sul/MS.	8/4/20
		PORTARIA Nº 848, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Reconhece a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas em anexo.	7/4/20
		PORTARIA Nº 859, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no município de Porto Alegre/RS, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-	7/4/20

			19), DECRETO Nº 20.534, de 31 de março de 2020.	
		PORTARIA Nº 802, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.	2/4/20
	Agência Nacional de Águas	RESOLUÇÃO Nº 34, DE 20 DE JULHO DE 2020	Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA em decorrência da pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019 (Covid-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).	30/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 21, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19.	28/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 18, DE 15 DE ABRIL 2020	Dispõe sobre o adiamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19, e estabelece procedimento de cobrança pelos usos relativos ao exercício de 2020.	17/4/20
	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	RESOLUÇÃO Nº 134, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Aprova ad referendum do Conselho Deliberativo, a Proposição n. 131/2020, que promove ajustes no Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do exercício de 2020 em função dos efeitos da pandemia do COVID-19 sobre o funcionamento das empresas situadas na área de atuação da Sudene.	22/4/20
	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	RESOLUÇÃO CONDEL/SUDECO Nº 99, DE 18 DE AGOSTO DE 2020	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) Diretrizes e Prioridades para 2021	21/8/20
	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	RESOLUÇÃO CNRH 216, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).	23/9/20
		RESOLUÇÃO CNRH Nº 213, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	Autoriza a prorrogação, por um ano, do mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema	11/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 211, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Referenda a Resolução 210, de 11 de maio de 2020	28/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 210, DE 11 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.	27/5/20
	Secretaria Nacional de Habitação	RESOLUÇÃO Nº 3, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre procedimento extraordinário para as atividades em empresas certificadas, realizadas por Organismos de Certificação de Sistemas de Gestão, que atuam no Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H.	16/7/20
	Gabinete do Ministro	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios, estados e pelo Distrito Federal.	7/12/20
		PORTARIA Nº 2.175, DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o exercício de 2021.	14/8/20
		PORTARIA Nº 1.801, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Altera prazos previstos na Portaria MCIDADES n. 704, de 4 de dezembro de 2018, alterada pela Portaria MDR n. 3.187, de 31 de dezembro de 2019, e no manual aprovado pela Portaria MDR n. 646, de 18 de março de 2020, para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).	26/6/20
		PORTARIA Nº 1.800, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Suspende a contagem de prazos previstos na Portaria n. 287, de 28 de junho de 2013, do Ministério das Cidades, como medida administrativa de enfrentamento da crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).	26/6/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Altera a Instrução Normativa n. 22, de 3 de agosto de 2018, a fim de prorrogar, em caráter excepcional, o prazo para contratação de operações selecionadas	16/6/20
		PORTARIA Nº 1.203, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Prorroga os prazos de apresentação dos formulários e relatórios de acompanhamento e avaliação da implementação dos projetos de investimentos considerados prioritários na área de infraestrutura para o setor de saneamento básico, para efeito do disposto nos itens 7.1, 7.1.1 e 7.8 da Portaria MDR n. 1.917, de 9 de agosto de 2019.	29/4/20

		PORTARIA Nº 926, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria n. 1.955, de 15 de agosto de 2019.	8/4/20
		PORTARIA Nº 931, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria n. 1.953, de 15 de agosto de 2019	8/4/20
		PORTARIA Nº 939, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria n. 1.954, de 15 de agosto de 2019.	8/4/20
		PORTARIA Nº 743, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Estabelece rito específico para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federados, decorrentes de desastre relacionado à contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19).	27/3/20
Ministério do Meio Ambiente	Conselho Nacional do Meio Ambiente	RESOLUÇÃO Nº 495, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Resolução 406, de 02 de fevereiro de 2009, que estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável-PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia.	20/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 494, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece, em caráter excepcional e temporário, nos casos de licenciamento ambiental, a possibilidade de realização de audiência pública de forma remota, por meio da Rede Mundial de Computadores, durante o período da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).	12/8/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA CONJUNTA Nº 589, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre diretrizes e critérios aplicáveis à fase de conciliação ambiental do processo sancionador ambiental no contexto da perda de vigência do art. 6º-C da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (com a redação conferida pela Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020), e enquanto permanecer a situação de emergência em saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid19-nCov), nos termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.	30/11/20
		PORTARIA Nº 553, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020	Determina o retorno ao trabalho presencial dos servidores ocupantes de cargo comissionado do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), Função Gratificada (FG), Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) e Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - GSISP, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.	21/10/20
		PORTARIA Nº 219, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Complementa a Portaria MMA nº 412, de 25 de junho de 2019, quanto à necessidade da disponibilização de informações atualizadas no SINIR como condição para os Estados, Distrito Federal e Municípios terem acesso a recursos do Ministério do Meio Ambiente, ou por ele controlados, destinados a empreendimentos, equipamentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, e prorroga excepcionalmente o prazo para a disponibilização de informações referentes ao exercício de 2019.	30/4/20
		PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 155, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Regulamenta o art. 115 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, estabelecendo procedimento simplificado para a realização de remessa de patrimônio genético relacionado à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, de que trata o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, especificamente para o enfrentamento do estado de ESPIN em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19).	6/4/20
		PORTARIA Nº 133, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Estabelece orientações e diretrizes quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito Ministério do Meio Ambiente.	20/3/20
	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelecer orientações quanto ao retorno gradual e seguro ao trabalho em modo presencial dos servidores que compõem os Núcleos de Conciliação Ambiental - Nucams no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.	19/11/20
		PORTARIA Nº 2.310, DE 30 DE SETEMEBRO DE 2020	Normatiza, no âmbito do Ibama, o protocolo mínimo nacional para aferição de temperatura corporal previamente à entrada de pessoas nas dependências das Unidades da Autarquia e consequente inviabilização de entrada das pessoas em estado febril, com o objetivo declarado de proteção da coletividade e melhoria na prevenção dos servidores que estão em atividade presencial, evitando a proliferação do novo coronavírus (COVID-19).	9/10/20

		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Prorroga o prazo regular para a entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP de 2020 (ano-base 2019).	26/3/20
		PORTARIA Nº 826, DE 21 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
		PORTARIA Nº 827, DE 22 DE MARÇO DE 2020	Estabelece as diretrizes quanto à execução de trabalho remoto para o Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24/3/20
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	PORTARIA Nº 1.001, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020	Determina o retorno ao trabalho presencial dos servidores ocupantes de cargos comissionados do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), de Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) e de Função Gratificada (FG), no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, com o objetivo de atender ao interesse da Administração Pública e às necessidades institucionais deste Instituto, devido ao caráter estratégico de suas atribuições.	22/10/20
		PORTARIA Nº 890, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	Permitir a reabertura da visitação pública nas Unidades de Conservação Federais.	26/8/20
		PORTARIA Nº 867, DE 17 DE AGOSTO DE 2020	Reabertura da visitação pública no Parque Nacional de Anavilhanas.	18/8/20
		PORTARIA Nº 868, DE 17 DE AGOSTO DE 2020	Reabertura da visitação pública no Parque Nacional do Jaú.	18/820
		PORTARIA Nº 865, DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Reabertura da visitação pública no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	17/8/20
		PORTARIA Nº 854, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Reabertura e funcionamento das atividades concessionadas do Parque Nacional da Tijuca.	12/8/20
		PORTARIA Nº 853, DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Autorizar a concessão de desconto sobre o valor do ingresso de acesso ao Parque Nacional da Tijuca por um período determinado.	11/8/20
		PORTARIA Nº 836, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Reabertura da visitação pública no Parque Nacional de Jericoacoara.	7/8/20
		PORTARIA Nº 813, DE 30 DE JULHO DE 2020	Reabertura da visitação pública no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.	31/7/20
		PORTARIA Nº 788, DE 24 DE JULHO DE 2020	Reabertura da visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes - Refúgio de Alcatrazes	29/7/20
		PORTARIA Nº 790, DE 24 DE JULHO DE 2020	Reabertura da visitação pública no Parque Nacional do Itatiaia.	29/7/20
		PORTARIA Nº 771, DE 9 DE JULHO DE 2020	Permite a reabertura da visitação pública na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais.	13/7/20
		PORTARIA Nº 766, DE 7 DE JULHO DE 2020	Reabertura parcial da visitação pública para atividades desportivas no Parque Nacional da Tijuca.	8/7/20
		PORTARIA Nº 752, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Estabelece a reabertura da visitação pública no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.	1/7/20
		PORTARIA Nº 752, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Estabelece a reabertura da visitação pública no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.	30/6/20
		PORTARIA Nº 698, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Estabelece a reabertura da visitação pública no Parque Nacional de Brasília.	12/6/20
		PORTARIA Nº 696, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Estabelece a reabertura da visitação pública nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.	9/6/20
		PORTARIA Nº 697, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Estabelece a reabertura da visitação pública no Parque Nacional do Iguaçu.	9/6/20
		PORTARIA Nº 226, DE 21 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	27/3/20
		PORTARIA Nº 226, DE 21 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), determinando a suspensão dos prazos processuais por tempo indeterminado, a contar de 23 de março de 2020, nos feitos físicos e eletrônicos em trâmite no âmbito desta Autarquia enquanto as medidas excepcionais estiverem em vigor	24/3/20
		PORTARIA Nº 227, DE 22 DE MARÇO DE 2020	Suspende por tempo indeterminado a visitação pública nas unidades de conservação federais. (Processo nº. 02070.002205/2020-83)	24/3/20
		PORTARIA Nº 210, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)	19/3/20
	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	PORTARIA Nº 82, DE 17 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a requisição de servidores e colaboradores para atividades presenciais e a definição de serviços e cargos estratégicos no âmbito interno do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, enquanto	20/7/20

			perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do COVID-19.	
		PORTARIA Nº 76, DE 2 DE JULHO DE 2020	Reabre, a partir de 09 de julho de 2020, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro para visitação pública, de forma gradual e monitorada, mediante cumprimento dos protocolos de segurança sanitária estabelecidos por esta Portaria e demais normas vigentes relativas ao tema.	6/7/20
		PORTARIA Nº 35, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Suspende a visitação pelo público externo a todas as áreas do JBRJ por tempo indeterminado, sendo o acesso restrito ao quadro pessoal deste Instituto, visando especialmente às atividades essenciais, visando precipuamente à prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19)	25/3/20
		PORTARIA Nº 29, DE 15 DE MARÇO DE 2020	Adotar as seguintes medidas de conngência no âmbito do Instuto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, considerando as Instruções Normavas SGP/SEDGG nºs 19 e 20, de 12 e 13 de março de 2020 e o Ocio Circular nº 85/MMA, de 14/03/2020, que assinalam recomendações gerais para os órgãos e endades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), de modo a conter o avanço do vírus COVID-19:	17/3/20
Ministério do Turismo	Agência Nacional do Cinema	PORTARIA Nº 496-E, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020	Altera a PORTARIA ANCINE Nº 151-E, DE 19 DE MARÇO DE 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos da COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	3/12/20
		PORTARIA Nº 471-E, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE n.º 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos da COVID19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	5/11/20
		PORTARIA Nº 459-E, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	1/10/20
		DESPACHO Nº 78-E, DE 20 DE AGOSTO DE 2020	Aprova o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2023.	21/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 204, DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 57ª Reunião, realizada em 12 de agosto de 2020, dos seguintes critérios para contratação de investimentos com recursos do FSA, com vistas à manutenção da política pública setorial e à preservação das atividades, empregos e renda da cadeia produtiva do audiovisual, e tendo em conta os efeitos da COVID-19.	14/8/20
		PORTARIA ANCINE Nº 386-E, DE 27 DE JULHO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos da COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	31/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 200, DE 9 DE JULHO DE 2020	Torna pública a aprovação pelo CGFSA, em sua 56ª Reunião, realizada em 24 de junho de 2020, das deliberações descritas na resolução.	13/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 202, DE 9 DE JULHO DE 2020	Torna pública a aprovação pelo CGFSA, em sua 56ª Reunião, realizada em 24 de junho de 2020, das deliberações descritas.	13/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 199, DE 27 DE JUNHO DE 2020	Torna pública a aprovação pelo CGFSA, em sua 56ª Reunião, realizada em 24 de junho de 2020, da criação do Programa Especial de Apoio ao Pequeno Exibidor - PEAPE, consoante o inciso III do art. 3° do Decreto n° 6.299, de 2007, no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) e voltado para a preservação das atividades e manutenção dos empregos das empresas exibidoras de pequeno porte, considerando o atual contexto da situação da COVID-19 e o fechamento temporário de salas e complexos de exibição cinematográfica.	1/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 201, DE 27 DE JUNHO DE 2020	Torna pública a anuência do CGFSA, em sua 56ª Reunião, realizada em 24 de junho de 2020, para a concessão pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da suspensão ("standstill"), por até 6 (seis) meses, do pagamento de parcelas devidas pelos mutuários das operações de crédito contratadas com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, considerando o atual contexto da situação da COVID-19 e os seus impactos na cadeia produtiva do audiovisual.	1/7/20

		PORTARIA Nº 329-E, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	1/7/20
		PORTARIA Nº 266-E, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	15/6/20
		PORTARIA Nº 255-E, DE 27 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	1/6/20
		PORTARIA Nº 241-E, DE 11 DE MAIO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	14/5/20
		PORTARIA Nº 218-E, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	30/4/20
		PORTARIA Nº 210-E, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	20/4/20
		PORTARIA Nº 191-E, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	9/4/20
		PORTARIA Nº 168-E, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.	30/3/20
	Fundação Biblioteca Nacional	PORTARIA FBN Nº 123, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece o progressivo retorno às atividades presenciais nas unidades da Fundação Biblioteca Nacional de acordo com os "Protocolos de Segurança e Prevenção da Covid-19 - Medidas de Proteção à Pandemia de Covid-19", documento anexo a esta Portaria (Anexo I), ao qual será dada ampla divulgação tanto internamente quanto ao público externo da FBN, inclusive através do seu sítio eletrônico, em destaque.	9/11/20
		PORTARIA FBN Nº 117, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Ficam prorrogadas, por mais 13 (treze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 035, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 21/10/2020 ao dia 02/11/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nos116, de 08/10/2020; 107, de 25/09/2020; 101, de 10/09/2020; 096, de 27/08/2020; 093, de 13/08/2020; 085, de 29/07/2020; 082, de 14/07/2020; 079, de 29/06/2020; 076, de 15/06/2020; 058, de 29/05/2020; 052, de 15/05/2020; 046, de 29/04/2020; 044, de 15/04/2020 e 041, de 30/03/2020.	20/10/20
		PORTARIA FBN Nº 101, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Ficam prorrogadas, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 035, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 14/09/2020 ao dia 28/09/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nos096, de 27/08/2020; 093, de 13/08/2020; 085, de 29/07/2020; 082, de 14/07/2020; 079, de 29/06/2020; 076, de 15/06/2020; 058, de 29/05/2020; 052, de 15/05/2020; 046, de 29/04/2020; 044, de 15/04/2020 e 041, de 30/03/2020.	14/9/20
		PORTARIA FBN Nº 96, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Ficam prorrogadas, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 035, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente	31/8/20

			Portaria, com vigência, portanto, do dia 30/08/2020 ao dia 13/09/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nos093, de 13/08/2020; 085, de 29/07/2020; 082, de 14/07/2020; 079, de 29/06/2020; 076, de 15/06/2020; 058, de 29/05/2020; 052, de 15/05/2020; 046, de 29/04/2020; 044, de 15/04/2020 e 041, de 30/03/2020.	
		PORTARIA Nº 85, DE 29 DE JULHO DE 2020	Ficam prorrogadas, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 035, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 31/07/2020 ao dia 14/08/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nos082, de 14/07/2020; 079, de 29/06/2020; 076, de 15/06/2020; 058, de 29/05/2020; 052, de 15/05/2020; 046, de 29/04/2020; 044, de 15/04/2020 e 041, de 30/03/2020.	31/7/20
		PORTARIA Nº 82, DE 14 DE JULHO DE 2020	Prorrogada, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 035, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 16/07/2020 ao dia 30/07/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nos079, de 29/06/2020; 076, de 15/06/2020; 058, de 29/05/2020; 052, de 15/05/2020; 046, de 29/04/2020; 044, de 15/04/2020 e 041, de 30/03/2020.	15/7/20
		PORTARIA Nº 79, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Ficam prorrogadas, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 035, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 01/07/2020 ao dia 15/07/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nos076, de 15/06/2020; 058, de 29/05/2020; 052, de 15/05/2020; 046, de 29/04/2020; 044, de 15/04/2020 e 041, de 30/03/2020.	1/7/20
		PORTARIA Nº 58, DE 29 DE MAIO DE 2020	Ficam prorrogadas, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 35, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 01/06/2020 ao dia 15/06/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nos52, de 15/05/2020; 46, de 29/04/2020; 44, de 15/04/2020 e 41, de 30/03/2020.	2/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 4, DE 15 DE MAIO DE 2020	Ficam prorrogadas, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 35, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 17/05/2020 ao dia 31/05/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nos 46, de 29/04/2020; 44, de 15/04/2020 e 41, de 30/03/2020.	18/5/20
		PORTARIA Nº 44, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Prorroga as medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional previstas na portaria FBN nº 35, de 18 de março de 2020.	17/4/20
		PORTARIA Nº 35, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Em caráter excepcional, está suspenso o atendimento presencial ao público, pesquisadores e visitantes em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, assim como estão suspensas as atividades presenciais exercidas pelos servidores da instituição, pelo período de 15 (quinze) dias, passível de prorrogação, de acordo com a evolução do quadro de pandemia do COVID-19, medida esta que será reavaliada oportunamente pela Diretoria Colegiada, nos termos do art. 4º, §3º do Regimento Interno da FBN.	2/4/20
		PORTARIA Nº 41, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Ficam prorrogadas, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 35, de 18 de março de 2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 02 de abril de 2020 ao dia 16 de abril de 2020.	2/4/20
	Gabinete do Ministro	PORTARIA Nº 754, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui os eixos de atuação e os parâmetros para desenvolvimento de programas, projetos e ações para retomada do turismo no Brasil, com vistas a mitigar os efeitos negativos causados no setor, em decorrência da pandemia do Covid-19.	11/11/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece, em caráter temporário, a suspensão da obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos vigentes e dos prazos de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	28/9/20

		RESOLUÇÃO CDE Nº 2, DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Aprova gratificação anual, depósitos em conta vinculada do FGTS, descanso anual remunerado, e outros benefícios em favor da Diretoria Executiva da Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.	14/8/20
		PORTARIA Nº 181, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Estabelece, em caráter temporário, a suspensão da obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos vigentes e dos prazos de que trata a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	15/4/20
		PORTARIA Nº 144, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Fica instituído o Comitê Setorial de Crise, no âmbito do Ministério do Turismo, para articular, coordenar, monitorar, orientar e supervisionar as providências e medidas a serem adotadas pelo Ministério, pelos Órgãos e Entidade Vinculadas, bem como pelos Agentes dos Setores cujas atividades são reguladas pelas Agências afetas a esta Pasta.	23/3/20
	Secretaria Especial de Cultura	RESOLUÇÃO N° 1, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece critérios para a realização de reuniões por videoconferência a serem empreendidas pelo Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19.	23/11/20
		PORTARIA Nº 489, DE 29 DE JULHO DE 2020	Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) relacionado(s): PRONAC: 185393 - Neyla, publicado na portaria nº 0760/18 de 10/12/2018, no D.O.U. em 11/12/2018, para Seu Neyla.	30/7/20
	Fundação Nacional de Artes	PORTARIA N° 329, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de execução dos projetos contemplados pelo edital Prêmio Funarte Descentrarte	16/12/20
		PORTARIA FUNARTE Nº 330, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a segunda prorrogação do prazo de execução dos projetos contemplados pelo edital do Prêmio Funarte de Estímulo ao Circo/2019.	15/12/20
		PORTARIA Nº 272, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Prorrogar o prazo de inscrição do edital acima até o dia 19 de outubro de 2020;	10/9/20
		PORTARIA Nº 273, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Prorrogar o prazo de inscrição do edital acima até o dia 19 de outubro de 2020.	10/9/20
		PORTARIA Nº 251, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo de vigência do Edital Bolsa Funarte de Estímulo à Conservação Fotográfica Solange Zúñiga, edição 2019, por mais (01) um ano, de acordo com a cláusula nº 3 do edital, DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia pelo COVID-19 e de acordo com a Lei n° 13.979/2020.	14/8/20
		PORTARIA Nº 178, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de execução dos projetos contemplados pelo edital do Prêmio Funarte de Estímulo ao Circo/2019	17/7/20
		PORTARIA Nº 145, DE 15 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de execução dos projetos contemplados pelo edital Prêmio Funarte Descentrarte.	20/5/20
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	PORTARIA Nº 339, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).	28/8/20
		PORTARIA Nº 327, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).	20/8/20
		PORTARIA Nº 325, DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).	14/8/20
		PORTARIA Nº 315, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).	7/8/20
		PORTARIA Nº 307, DE 30 DE JULHO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).	31/7/20
		PORTARIA Nº 295, DE 23 DE JULHO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).	24/7/20

		PORTARIA Nº 278, DE 9 DE JULHO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).	10/7/20
		PORTARIA Nº 255, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).	25/6/20
		PORTARIA Nº 248, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação.	12/6/20
		PORTARIA Nº 242, DE 28 DE MAIO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação.	29/5/20
		PORTARIA Nº 237, DE 14 DE MAIO DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação.	15/5/20
		PORTARIA Nº 226, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Corona vírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação.	29/4/20
		PORTARIA Nº 206, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação.	17/4/20
		PORTARIA Nº 205, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Estabelece procedimentos excepcionais para processos administrativos relativos à expedição de atos de consentimento do Iphan enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública do coronavírus (covid-19).	16/4/20
		PORTARIA Nº 193, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19).	2/4/20
		PORTARIA Nº 9, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Autoriza a suspensão temporária do Contrato nº 002/2019, que tem como objeto a execução de serviços de engenharia para consolidação estrutural e reparação de danos na cobertura da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, um imóvel setecentista representativo do Sítio Histórico de Aracati, situado na Rua Coronel Pompeu, SN, Aracati/Ceará".	30/3/20
		PORTARIA Nº 174, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas quanto ao exercício de atividades de servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19.	19/3/20
		PORTARIA Nº 175, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	19/3/20
Conselho Nacional do Ministério Público	Presidência	PORTARIA Nº 93, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, e convoca a 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.	18/6/20
		PORTARIA Nº 88, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, e convoca a 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.	2/6/20
		PORTARIA Nº 75, DE 14 DE MAIO DE 2020	Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, e convoca a	18/5/20

			5ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.	
		PORTARIA Nº 65, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, e convoca a 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.	30/4/20
		PORTARIA Nº 57, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI n° 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, e convoca a 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.	17/4/20
		PORTARIA Nº 51, DE 31 DE MAR'ÇO DE 2020	Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI n° 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º Semestre do exercício de 2020, e convoca a 2ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.	1/4/20
Ministério Público da União	Ministério Público do Trabalho	PORTARIA Nº 1.136, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face de EXPRESSO LEOMAR LTDA (Nome Fantasia: EXPRESSO LEOMAR), com inscrição no CNPJ sob a raiz nº 02.633.583, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;	30/11/20
		PORTARIA Nº 1.138, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face de ADMINISTRADORA DE CARTÃO FRANCO & LAGE LTDA. (Nome Fantasia: CARTÃO DE TODOS), com inscrição no CNPJ sob nº 25.064.658/0001-98, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;	30/11/20
		PORTARIA Nº 1.246, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face de SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA., com indicação de inscrição no CNPJ sob o nº 08.733.698/0008-32, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;	30/11/20
		PORTARIA Nº 1.112, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face da Construtora Queiroz Galvão, inscrita no CNPJ sob nº 33.412.792/0188-84, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;	30/11/20
		PORTARIA Nº 703, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020	Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de PANIFICAÇÃO FARINATTA LTDA (CNPJ 03.159.299/0001-10). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.	20/11/20
		PORTARIA Nº 679, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020	Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de A IDEAL ENGLISH LTDA. (CNPJ 34.759.895/0001-64). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.	18/11/20
		PORTARIA Nº 13, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face de PEDRO BORELLA NETO (Nome Fantasia: NITROVET GAUCHA), com inscrição no CNPJ sob nº 05.117.185/0001-32, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender.	7/10/20
		PORTARIA Nº 738, DE 14 DE JULHO DE 2020	Determinar a promoção de Correição na Procuradoria da Justiça Militar em Belém/PA, no dia 30 de outubro de 2020, observado o contido no artigo 5º, da Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 2, de 06 de abril de 2020, que dispõe sobre os parâmetros das atividades correicionais durante a situação de emergência	8/9/20

			nacional em face da pandemia de coronavírus e dá outras diretrizes.	
		PORTARIA Nº 824, DE 28 DE JULHO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face de HOUSE PARTS - COMÉRCIO DE PEÇAS E VEÍCULOS LTDA (Nome Fantasia: CARHOUSE HYUNDAI), com inscrição no CNPJ sob nº 11.472.103/0001-70, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender.	8/9/20
		PORTARIA Nº 882, DE 31 DE JULHO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face de ESTER TERRA MATTOS (Nome Fantasia: FÁBRICA DO GAÚCHO), inscrita no CNPJ sob o nº 30.549.701/0002-26, com o objetivo de apurar os fatos em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender.	8/9/20
		PORTARIA Nº 556, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face Bioseta Saúde Ambiental Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 91.908.418/0001-57, com o objetivo de apurar os fatos em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;	20/7/20
		PORTARIA Nº 611, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face de S D M ROJAS & CIA LTDA (Nome Fantasia: PADARIA G S), inscrita no CNPJ sob o nº 04.008.398/0001-63, com o objetivo de apurar os fatos em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;	20/7/20
		PORTARIA Nº 653, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Instaura INQUÉRITO CIVIL em face de D. KONRAD EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA., com inscrição no CNPJ sob nº 88.229.869/0001-53, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;	20/7/20
		PORTARIA Nº 460, DE 8 DE MAIO DE 2020	Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL, com inscrição no CNPJ sob o nº 94.068.418/0001-84, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender.	17/7/20
		PORTARIA Nº 522, DE 28 DE MAIO DE 2020	Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de FLEXCOR PRODUTOS GRAFICOS LTDA - EPP (Nome Fantasia: FLEXCOR), inscrita no CNPJ sob nº 07.322.650/0001-00 a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender.	17/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 174, DE 26 DE MARÇO 2020	Dispõe sobre os critérios de distribuição especial durante situações de emergência e calamidade nacional.	11/5/20
		PORTARIA Nº 620, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Determina a desoneração do 21º Ofício da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região das Notícias de Fato relacionadas ao tema COVID-19, enquanto perdurar a atuação da Procuradora do Trabalho Luciana Marques Coutinho no GT instituído pela Portaria PGT nº 470/2020, mantendo-se as demais desonerações e condições de atuação anteriormente deferidas.	17/4/20
		PORTARIA Nº 522, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Determina a desoneração do 12º Ofício da Procuradoria Regional do Trabalho 15ª Região das Notícias de Fato relacionadas ao tema COVID-19, enquanto perdurar a atuação da titular no Grupo de Trabalho instituído pela Portaria PGT nº 470/2020, mantendo-se as demais desonerações parciais e condições de atuação anteriormente deferidas.	3/4/20
		PORTARIA Nº 533, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Determina a desoneração do 17º Ofício da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região das Notícias de Fato relacionadas ao tema COVID-19, bem como a desoneração da distribuição de 50% (cinquenta por cento) das Notícias de Fato relativas aos demais temas, enquanto perdurar a atuação da titular no Grupo de Trabalho instituído pela Portaria PGT nº 470/2020.	31/3/20
		PORTARIA Nº 543, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Determina a desoneração do 16º Ofício da Procuradoria Regional do Trabalho 10ª Região das Notícias de Fato relacionadas ao tema COVID-19, enquanto perdurar a atuação da titular no Grupo de Trabalho instituído pela	31/3/20

			Portaria PGT nº 470/2020, mantendo-se as demais desonerações parciais e condições de atuação anteriormente deferidas.	
		RESOLUÇÃO Nº 174, DE 26 DE MARÇO 2020	O Temário Unificado será acrescido de uma área temática específica para situações de emergência e de calamidade nacional, assim reconhecidas por Decreto do Poder Executivo.	31/3/20
	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	PORTARIA N° 837, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020	INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando coletar amplas evidências probatórias quanto ao tema, a fim de subsidiar eventual Ação Civil Pública para indenização pelos eventuais danos morais de aspecto coletivo causados por práticas de censura ou firmar Termo de Ajuste de Conduta e, para tanto, determino as seguintes medidas, de caráter urgente.	17/12/20
		PORTARIA Nº 6, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Instaura o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.050899/20-69, que tem como interessado: Secretaria de Estado de Saúde/SES-DF., referente à contratação de Leitos de UTI para o Hospital de Campanha do Estádio Mané Garrincha - COVID-19.	26/6/20
		PORTARIA Nº 3, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar as atividades das Administrações Regionais de Águas Claras, Arniqueira, Guará, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II e Taguatinga, para enfrentamento de COVID-19.	25/6/20
		PORTARIA Nº 7, DE 7 DE MAIO 2020	Instaurar o Inquérito Civil, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.003142/20-02, como interessados: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE, VALTER CASIMIRO SILVEIRA, EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA, AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, URBI MOBILIDADE URBANA, VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA e VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, para apurar indícios de lesão ao patrimônio público do Distrito Federal decorrente da concessão de auxílio emergencial em razão da pandemia do Coronavírus.	8/5/20
	Ministério Público Federal	PORTARIA GIAC-COVID19/MPF Nº 5, DE 10 DE JUNHO DE 2020	Autuar Procedimento de Acompanhamento sobre Nota Informativa do Ministério da Saúde com orientações para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da COVID-19.	12/6/20
	Atos do Procurador-Geral Eleitoral	PORTARIA Nº 1, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece orientações para o Ministério Público Eleitoral, no curso das Eleições Municipais de 2020, relativas às medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).	15/9/20
	Ministério Público Militar	PORTARIA Nº 7, DE 17 DE AGOSTO DE 2020	Determina a promoção de Correição no 1º Ofício Geral da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, nos dias 03 e 04 de setembro de 2020, observado o contido no artigo 5º, da Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 2, de 06 de abril de 2020, que dispõe sobre os parâmetros das atividades correicionais durante a situação de emergência nacional em face da pandemia de coronavírus e dá outras diretrizes;	18/8/20
	Procurador-Geral da República	RECOMENDAÇÃO GIAC-COVID-19 Nº 1, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o acompanhamento e fiscalização, por parte dos Ministérios Públicos, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19).	27/4/20
		PORTARIA Nº 59, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Fica instituído o Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 (GIAC-COVID19).	17/3/20
Presidência da República	Advocacia-Geral da União	PORTARIA Nº 451, DE 28 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo previsto na Portaria PGF nº 158, de 27 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo do Novo Coronavírus (COVID-19) relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), alterada pela Portaria PGF nº 325, de 30 de junho de 2020.	31/8/20
		PORTARIA Nº 325, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Altera a Portaria PGF nº 158, de 27 de março de 2020, que estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).	3/7/20
		PORTARIA Nº 158, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).	1/4/20
	Casa Civil	PORTARIA Nº 615, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme	14/12/20

			recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	
		RESOLUÇÃO Nº 10, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a definição de responsabilidades entre o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Saúde em relação às demandas por proteção social no combate à covid-19.	26/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 11, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020	Institui Grupo de Trabalho para a coordenação das medidas de proteção e a prestação de contas de benefícios, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da covid-19.	26/11/20
		PORTARIA Nº 518, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	13/11/20
		RESOLUÇÃO Nº 13, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Aprova a consolidação das Diretrizes do Comitê de Crise para a Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.	20/10/20
		PORTARIA Nº 478, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer Nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	15/9/20
		RESOLUÇÃO Nº 8, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Institui Grupo de Trabalho para a coordenação de esforços da União na aquisição e na distribuição de vacinas contra a Covid-19, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19	10/9/20
		PORTARIA CC-PR MJSP MINFRA MS Nº 419, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	26/8/20
		PORTARIA CC-PR/MJSP/MINFRA/MS Nº 1, DE 29 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	29/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 7, DE 3 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados por órgãos e entidades do Poder Executivo federal em relação às solicitações de transporte de equipamentos, medicamentos e insumos para o combate àCovid -19.	6/7/20
		PORTARIA Nº 340, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	30/6/20
		PORTARIA Nº 319, DE 20 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	20/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2 DE JUNHO DE 2020	Institui Grupo de Trabalho para a Consolidação das Estratégias de Governança e Gestão de Riscos do Governo federal em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da covid-19.	3/6/20
		PORTARIA Nº 255, DE 22 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	22/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE MAIO DE 2020	Institui Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação, em resposta aos impactos relacionados à pandemia do coronavírus (Covid-19).	14/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 5, DE 13 DE MAIO DE 2020	Institui Grupo de Trabalho de Apoio aos Brasileiros no Exterior, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.	14/5/20
		PORTARIA Nº 204, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	29/4/20
		PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 203, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por via aérea, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	28/4/20
		PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 201, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	24/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 170, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Estabelece os procedimentos a serem observados quando da primeira emissão de um certificado digital por meio de videoconferência.	24/4/20

		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Amplia o rol de pessoas jurídicas alcançadas pelo disposto na Instrução Normativa nº 04, de 07 de abril de 2020, às associações sem fins lucrativos, organizações religiosas e fundações.	23/4/20
		PORTARIA Nº 195, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Prorroga a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai.	20/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 167, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Altera os prazos máximos previstos para a emissão de LCR e para a conclusão do processo de revogação de certificado.	20/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 160, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Estabelece diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	20/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Institui Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas para Construção de Hospitais de Campanha Federais e Logística Internacional de Equipamentos Médicos e Insumos de Saúde, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.	16/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 2, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020, para dispor sobre a composição do Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.	15/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Institui o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.	14/4/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Estabelece critérios para a comprovação do poder de representação legal, para fins de renovação de certificados digitais de condomínios, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	7/4/20
		PORTARIA Nº 158, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	31/3/20
		PORTARIA Nº 152, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	27/3/20
		PORTARIA Nº 47, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	26/3/20
		PORTARIA Nº 133, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.	23/3/20
		PORTARIA Nº 132, DE 22 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	22/3/20
		PORTARIA Nº 126, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	20/3/20
		PORTARIA Nº 125, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	19/3/20
		PORTARIA Nº 120, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	18/3/20
		PORTARIA Nº 10, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Estabelece orientações e diretrizes quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	18/3/20
	Gabinete de Segurança Institucional	PORTARIA Nº 23, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) em razão do estado de emergência de saúde	19/3/20

			pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	
	Presidência da República	MENSAGEM Nº 726, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 3.364, de 2020, que "Dispõe sobre o repasse de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter emergencial e em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com o objetivo de garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros e de reequilibrar os contratos impactados pelos efeitos da pandemia da Covid-19; altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e dá outras providências".	10/12/20
		MENSAGEM Nº 718, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020	Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Cidadania) e o New Development Bank - NDB, destinada ao financiar o "Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".	8/12/20
		MENSAGEM Nº 719, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020	Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Cidadania) e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, destinada a financiar o "Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".	8/12/20
		MENSAGEM Nº 720, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020	Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Economia e Ministério da Cidadania) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar o "Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".	8/12/20
		MENSAGEM Nº 721, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020	Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Economia) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), destinada a financiar o "Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".	8/12/20
		LEI Nº 14.107, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 1.994.960.005,00, (um bilhão, novecentos e noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta mil e cinco reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.	4/12/20
		MENSAGEM Nº 648, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020	Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020 (MPV nº 936/2020), transformado na Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, que "Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências", acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.	9/11/20
		LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.	6/11/20
		DECRETO Nº 10.538, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020	Desobriga o conscrito dispensado do Serviço Militar Obrigatório de participar da cerimônia de juramento à Bandeira Nacional, em caráter emergencial e temporário, durante a vigência da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19.	4/11/20

		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.008, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 228.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	27/10/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.007, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R$ 98.270.969,00, para os fins que especifica.	5/10/20
		PORTARIA Nº 470, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	5/10/20
		LEI Nº 14.068, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.	2/10/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.006, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia decovid-19.	2/10/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.003, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de VacinasCovid-19-Covax Facility.	25/9/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.004, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 2.513.700.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	25/9/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.002, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 10.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	24/9/20
		DECRETO Nº 10.488, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências.	17/9/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.001, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	16/9/20
		LEI Nº 14.057, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020	Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	14/9/20
		MENSAGEM Nº 517, de 11 de setembro de 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, que "Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".	14/9/20
		LEI Nº 14.054, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R$ 418.800.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões e oitocentos mil reais), para os fins que especifica.	11/9/20
		LEI Nº 14.055, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 5.566.379.351,00 (cinco bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e um reais), para os fins que especifica; e dá outras providências.	11/9/20
		LEI Nº 14.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), para os fins que especifica; e dá outras providências.	11/9/20
		LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).	8/9/20

		LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.	8/9/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.000, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	3/9/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 999, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 67.600.886.209,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	3/9/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 997, DE 31 DE AGOSTO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 12.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	1/9/20
		LEI Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.	28/8/20
		LEI Nº 14.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.	25/8/20
		LEI Nº 14.047, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001.	25/8/20
		LEI Nº 14.048, DE 24 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis n os 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho).	25/8/20
		MENSAGEM Nº 474, de 24 de agosto de 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2020 (MP n o 948/20), que "Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19".	25/8/20
		MENSAGEM Nº 475, de 24 de agosto de 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1odo art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2020 (MP n o 945/20), que "Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs	25/8/20

			9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001".	
		MENSAGEM Nº 476, de 24 de agosto de 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1odo art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 735, de 2020, que "Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho)".	25/8/20
		LEI Nº 14.042, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.	20/8/20
		LEI Nº 13.989, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).	20/8/20
		LEI Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.	19/8/20
		LEI Nº 14.041, DE 18 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.	19/8/20
		MENSAGEM Nº 460, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2020 (MP nº 934/20), que "Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009".	19/8/20
		MENSAGEM Nº 461, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1odo art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2020 (MP nº 938/20), que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19".	19/8/20
		MENSAGEM Nº 441, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2020 (MP nº 926/20), que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".	12/8/20
		LEI Nº 14.035, DE 11 DE AGOSTO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	12/8/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 994, DE 6 DE AGOSTO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 1.994.960.005,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	6/8/20

		LEI Nº 14.034, DE 5 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis n os 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.	6/8/20
		MENSAGEM Nº 433, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020 (MP nº 925/20), que "Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nos 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999".	6/8/20
		LEI Nº 14.032, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R$ 2.113.789.466,00 (dois bilhões, cento e treze milhões, setecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.	5/8/20
		LEI Nº 14.033, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R$ 639.034.512,00 (seiscentos e trinta e nove milhões, trinta e quatro mil quinhentos e doze reais), para os fins que especifica.	5/8/20
		MENSAGEM N° 431, DE 3 DE AGOSTO DE 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, que "Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949".	4/8/20
		LEI Nº 14.029, DE 28 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a transposição e a reprogramação de saldos financeiros constantes dos fundos de assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.	29/7/20
		LEI Nº 14.030, DE 28 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis n os 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.	29/7/20
		MENSAGEM Nº 423, DE 28 DE JULHO DE 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1odo art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, que "Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o seu art. 2º; e dá outras providências".	29/7/20
		LEI Nº 14.028, DE 27 DE JULHO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica.	28/7/20
		MENSAGEM Nº 419, de 27 de julho de 2020.	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 848, de 2020, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou	28/7/20

			odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica".	
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 991, DE 15 DE JULHO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R$ 160.000.000,00, para os fins que especifica.	16/7/20
		LEI Nº 14.024, DE 9 DE JULHO DE 2020	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	10/7/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 990, DE 9 DE JULHO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 3.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	10/7/20
		LEI Nº 14.023, DE 8 DE JULHO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	9/7/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, DE 8 DE JULHO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R$ 348.347.886,00, para os fins que especifica.	9/7/20
		LEI Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.	8/7/20
		LEI Nº 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	8/7/20
		MENSAGEM Nº 378, de 7 de julho de 2020.	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 1.142, de 2020, que "Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública".	8/7/20
		LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis n os 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.	7/7/20
		MENSAGEM Nº 377, DE 6 DE JULHO DE 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1° do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020 (MP 936/20), que "Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20	7/7/20

			de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis n os 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências".	
		LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020*	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.	6/7/20
		MENSAGEM Nº 374, DE 2 DE JULHO DE 2020(*)	Republicação docapute § 5º do art. 3º-B e docaputdo art. 3º-F da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e razões dos vetos, por ter constado incorreção, quanto ao original, no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2020, Seção 1.	6/7/20
		LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.	3/7/20
		MENSAGEM Nº 374, de 2 de julho de 2020,	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.562, de 2020, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19".	3/7/20
		MENSAGEM Nº 371, DE 30 DE JUNHO DE 2020.	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 675, de 2020, que "Suspende retroativamente e impede novas inscrições nos cadastros de empresas de análises e informações para decisões de crédito enquanto vigente a calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19".	1/7/20
		MEDIDA PROVISÓRIA N° 988, DE 30 DE JUNHO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 101.600.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	1/7/20
		LEI Nº 14.018, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	30/6/20
		LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	30/6/20
		DECRETO Nº 10.407, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia dacovid-19no País.	30/6/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$ 300.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	26/6/20
		LEI Nº 14.016, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.	24/6/20

		DECRETO Nº 10.404, DE 22 DE JUNHO DE 2020	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, que institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos daCovid-19.	23/6/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 984, DE 18 DE JUNHO DE 2020	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia dacovid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	19/6/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças desoftwaresdesenvolvidos por entes públicos.	17/6/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981, DE 12 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Medida Provisória nº 979, de 9 de junho de 2020, que dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia dacovid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	12/6/20
		LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).	12/6/20
		MENSAGEM Nº 331, DE 10 DE JUNHO DE 2020.	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.179, de 2020, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)".	12/6/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 979, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a designação de dirigentespro temporepara as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia dacovid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	10/6/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 976, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 4.489.224.000,00, para o fim que especifica.	4/6/29
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 977, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	4/6/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 978, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 60.189.488.452,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	4/6/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 975, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.	2/6/20
		LEI Nº 14.006, DE 28 DE MAIO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências.	29/5/20
		LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020	Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.	28/5/20
		MENSAGEM N° 307, DE 27 DE MAIO DE 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei Complementar nº 39, de 2020, que "Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências".	28/5/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 970, DE 25 DE MAIO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, no valor de R$ 29.058.260.654,00, para os fins que especifica e dá outras providências.	26/5/2020

		DECRETO Nº 10.360, DE 21 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.	22/5/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 969, DE 20 DE MAIO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	20/5/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 967, DE 19 DE MAIO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 5.566.379.351,00, para os fins que especifica e dá outras providências.	19/5/20
		DECRETO Nº 10.350, DE 18 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.	19/5/20
		LEI Nº 13.998, DE 14 DE MAIO DE 2020	Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.	15/5/20
		MENSAGEM Nº 268, DE 14 DE MAIO DE 2020	Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 873, de 2020, que "Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências".	15//5/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 965, DE 13 DE MAIO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R$ 408.869.802,00, para os fins que especifica.	14/5/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 966, DE 13 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia dacovid-19.	14/5/20
		DECRETO Nº 10.344, DE 11 DE MAIO DE 2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.	11/5/20
		DECRETO Nº 10.342, DE 7 DE MAIO DE 2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.	7/5/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 962, DE 6 DE MAIO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R$ 418.800.000,00, para os fins que especifica.	7/5/20
		LEI Nº 13.997, DE 6 DE MAIO DE 2020	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	7/5/20
		LEI Nº 13.995, DE 5 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.	6/5/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 959, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga avacatio legisda Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.	29/4/20
		DECRETO Nº 10.329, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.	29/4/20
		LEI Nº 13.994, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para possibilitar a conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.	27/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 957, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 500.000.000,00, para o fim que especifica.	27/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 958, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19).	27/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 956, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 25.720.000.000,00, para o fim que especifica.	24/4/20
		LEI Nº 13.993, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.	24/4/20

		MENSAGEM Nº 211, DE 22 DE ABRIL DE 2020	"Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1 o do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 702, de 2020, que ""Acrescenta dispositivos à Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para, durante o período da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, dispensar o empregado da comprovação do motivo de quarentena, nos termos que especifica""."	23/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 954, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	17/4/20
		MENSAGEM Nº 191, DE 15 DE ABRIL DE 2020.	"Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 696, de 2020, que 'Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)'."	16/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 953, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica.	16/4/20
		LEI Nº 13.989, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).	16/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 951, DE 15 DE ABRIL DE 2020	Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.	15/4/20
		DECRETO Nº 10.318, DE 9 DE ABRIL DE 2020	Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona.	9/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 8 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).	8/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 948, DE 8 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	8/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 947, DE 8 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 2.600.000.000,00, para o Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.	8/4/20
		DECRETO Nº 10.316, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	7/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 946, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	7/4/20
		LEI Nº 13.987, DE 7 DE ABRIL DE 2020	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.	7/4/20
		DECRETO Nº 10.312, DE 4 DE ABRIL DE 2020	Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.	3/4/20
		DECRETO Nº 10.311, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.	3/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 945, DE 4 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente dacovid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.	3/4/20

		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 944, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados.	3/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 943, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica.	3/4/20
		LEI Nº 13.983, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.	3/4/20
		DECRETO Nº 10.308, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).	3/4/20
		LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	2/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 942, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R$ 639.034.512,00, para os fins que especifica.	2/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 941, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R$ 2.113.789.466,00, para os fins que especifica.	2/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 940, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 9.444.373.172,00, para os fins que especifica.	2/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 939, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 16.000.000.000,00, para os fins que especifica.	2/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 938, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	2/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 937, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 98.200.000.000,00, para os fins que especifica.	2/4/20
		DECRETO Nº 10.302, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.	1/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.	1/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 935, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R$ 51.641.629.500,00, para os fins que especifica.	1/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	1/4/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 933, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020.	31/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 932, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências.	31/3/20

		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 931, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências (funcionamento das assembleias de sócios e votação a distância).	31/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 930, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.	31/3/20
		DECRETO Nº 10.300, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para dispor sobre a composição do Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.	31/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 929, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das Relações Exteriores, da Defesa e da Cidadania, no valor de R$ 3.419.598.000,00, para os fins que especifica.	25/3/20
		DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.	26/3/20
		DECRETO Nº 10.289, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos daCovid-19	24/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 928, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.	23/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.	22/3/20
		DECRETO Nº 10.288, DE 22 DE MARÇO DE 2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.	22/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.	20/3/20
		DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais	20/3/20
		DECRETO Nº 10.283, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Institui o Serviço Social Autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - Adaps.	20/3/20
		DECRETO Nº 10.284, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19.	20/3/20
		DECRETO Nº 10.285, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.	20/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 925, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia dacovid-19.	19/3/20
		MENSAGEM Nº 95, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para instituir o Comitê Nacional de Órgãos de Justiça e Controle para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais, relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da covid-19".	19/3/20
		MENSAGEM Nº 93, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Em atenção ao disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, solicito a Vossas Excelências o reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde, com as consequentes dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11/11/2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	18/3/20

		DECRETO Nº 10.277, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos daCovid-19	17/3/20
	Vice-Presidência da República	PORTARIA Nº 859, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	7/4/20
		PORTARIA Nº 39, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	3/4/2020
	Secretaria de Governo	PORTARIA Nº 18, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Fica delegada ao Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República a competência para adotar as medidas de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade, tratadas no art. 6º-A da Instrução Normativa SEGES/ME nº 19, de 12 de março de 2020, observado o disposto no art. 8º da Portaria SG/PR nº 8, de 17 de março de 2020.	19/3/20
	Secretaria Geral	PORTARIA Nº 14, DE 27 DE MARÇO DE 2020	Altera a Portaria nº 8, de 17 de março de 2020, que estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	27/3/20
		PORTARIA Nº 8, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	18/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 924, DE 13 DE MARÇO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica.	13/3/20
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 921, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$ 11.287.803,00, para os fins que especifica.	7/2/20
		LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	6/2/20
Tribunal de Contas da União	Tribunal de Contas da União	PORTARIA Nº 89, DE 28 DE MAIO DE 2020	Delega competência ao Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa para assinar Termo de Execução Descentralizada com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública, o qual tem por objeto o apoio a chamamento público para seleção de propostas inovadoras que contribuam para resolução de desafios públicos relacionados ao combate à pandemia de Covid-19.	29/5/20
		DECISÃO Nº 185, DE 14 DE ABRIL DE 2020	Altera o prazo máximo estabelecido para a instauração da tomada de contas especial previsto na IN-TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.	17/4/20
		PORTARIA Nº 61, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais no âmbito do Tribunal de Contas da União.	23/3/20
	Gabinete do Presidente	PORTARIA-TCU Nº 158, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020	Torna indisponível recursos orçamentários no âmbito do orçamento fiscal do Tribunal de Contas da União.	21/10/20

ATOS NORMATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO

ÓRGÃO SUPERIOR	UNIDADE	NORMA	EMENTA	PUBLICAÇÃO
Conselho Nacional de Justiça	Corregedoria Nacional de Justiça	RECOMENDAÇÃO Nº 46, DE 22 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.	22/6/20
		PROVIMENTO Nº 105 DE 12 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação para o dia 31 de dezembro de 2020 do prazo de vigência do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020, do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020, do Provimento nº 97, de 27 de abril de 2020 e do Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020 e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.	12/6/20

		PORTARIA N. 32, DE 20 DE MAIO DE 2020	Determina que os trabalhos de inspeção nos setores administrativos e judiciais da justiça comum estadual de segundo grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) e serventias extrajudiciais do Paraná sejam realizados a distância, por videoconferência e trabalho remoto, no período de 1º a 5 de junho de 2020.	21/5/20
		PROVIMENTO nº 99, DE 15 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação para o dia 31 de maio de 2020 do prazo de vigência do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020, do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020, do Provimento nº 97, de 27 de abril de 2020 e do Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020 e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.	15/5/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2020	Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades notificadores de óbito, na hipótese de ausência de familiares, de pessoa não identificada, de ausência de pessoas conhecidas do obituado e em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências.	7/5/20
		PORTARIA N. 29, DE 5 DE MAIO DE 2020	Inspeção TJPB ADITIVA - inspeção videochamada.	6/5/20
		PORTARIA N. 30, DE 04 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre o trabalho remoto, em caráter emergencial e provisório, no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, em razão da observância das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19).	4/5/20
		PROVIMENTO Nº 98, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o pagamento dos emolumentos, acréscimos legais, dívidas e demais despesas através dos meios eletrônicos, dentre os quais boleto bancário, cartão de débito e crédito, inclusive mediante parcelamento, a critério do usuário, como medida preventiva de saúde pública nas serventias extrajudiciais, visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 e dá outras providências.	28/4/20
		PROVIMENTO Nº 97, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Regula os procedimentos de intimação nos tabelionatos de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.	27/4/20
		PROVIMENTO Nº 96, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a prorrogação para o dia 15 de maio de 2020 do prazo de vigência da Recomendação nº 45, de 17 de março de 2020, do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020 e do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020 e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.	27/4/20
		PORTARIA N.27, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Inspeção TRF3 – Inspeção Videoconferência.	20/4/20
		PROVIMENTO Nº 95, DE 1º DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o funcionamento dos serviços notariais e de registro durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), enquanto serviço público essencial que possui regramento próprio no art. 236 da Constituição Federal e na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.	1/4/20
		PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades de saúde, apenas nas hipóteses de ausência de familiares ou de pessoas conhecidas do obituado ou em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências.	31/3/20
		PROVIMENTO Nº 94, DE 28 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o funcionamento das unidades de registro de imóveis nas localidades onde foram decretados regime de quarentena pelo sistema de plantão presencial e à distância e regula procedimentos especiais.	28/3/20
		PROVIMENTO Nº 93, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o envio eletrônico dos documentos necessários para a lavratura de registros de nascimentos e de óbito no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), estabelecida pela	26/3/20

			Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020.	
		PROVIMENTO Nº 92, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre o envio eletrônico dos documentos necessários para a lavratura de registros de nascimentos e de óbito no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), estabelecida pela Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020.	25/3/20
		PORTARIA N. 26, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Inspeção TJSC – Inspeção Videoconferência	24/3/20
		PROVIMENTO Nº 91, 22 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão ou redução do atendimento presencial ao público, bem como a suspensão do funcionamento das serventias extrajudiciais a cargo dos notários, registradores e responsáveis interinos pelo expediente, como medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19, e regula a suspensão de prazos para a lavratura de atos notariais e de registro.	22/3/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 45, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais e de registro.	17/3/20
		PORTARIA Nº 23, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Inspeção TRF2 – Aditiva – Videoconferência	17/3/20
		PORTARIA Nº 24, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Inspeção TJRO Aditiva 3 - Inspeção Videoconferência	17/3/20
		PORTARIA Nº 21, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a suspensão temporária de atendimento presencial de partes e advogados em razão da observância das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19).	16/3/20
		ORIENTAÇÃO N. 9, DE 13 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a necessidade de as corregedorias-gerais dos ramos do Poder Judiciário nacional observarem medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras orientações.	13/3/20
	Diretoria Geral	PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 77, DE 13 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o prazo de vigência das medidas previstas nas Portarias n° 53, de 12 de março de 2020, e n° 63, de 17 de março de 2020.	13/4/20
		PORTARIA Nº 63, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas complementares e estabelece orientações gerais para se evitar a propagação interna do vírus COVID-19.	17/3/20
		PORTARIA Nº 53, DE 12 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a realização de trabalho remoto no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, de forma excepcional e transitória, em razão da declaração de emergência em saúde pública ocasionada pelo Novo Coronavírus (COVID19).	12/3/20
	Presidência	RESOLUÇÃO Nº 341, DE7 DE OUTUBRO DE 2020	Determina aos tribunais brasileiros a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência, a fim de evitar o contágio pela Covid-19.	9/10/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 70, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Recomenda aos tribunais brasileiros a regulamentação da forma de atendimento virtual aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e da Polícia Judiciária e das partes no exercício do seu Jus Postulandi (art. 103 do NCPC), no período da pandemia da Covid-19.	10/8/20
		PORTARIA Nº 106, DE 1 DE JULHO DE 2020	Prorroga o prazo para conclusão das atividades do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos para a indicação de soluções ao Conselho Nacional de Justiça voltadas à prioridade de atendimento das vítimas de violência doméstica e familiar ocorrida durante o isolamento social em decorrência da pandemia do novo Coronavírus – Covid-19, instituído pela Portaria nº 70, de 22 de abril de 2020.	2/7/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 68, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Acrescenta o art. 8º-A à Recomendação CNJ nº 62/2020, que trata das medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, e altera o art. 15, para prorrogar a vigência por noventa dias.	22/6/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 67, DE 17 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre a adoção de medidas de urgência, durante a pandemia, para a proteção da integridade física, psíquica e da vida de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.	22/6/20

		PORTARIA CONJUNTA CNJ/CNMP Nº 3, DE 8 DE MAIO DE 2020	Incluir o tema Proteção aos Povos Indígenas e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15, da Agenda 2030, para monitoramento pelo Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão	10/6/20
		PORTARIA CONJUNTA CNJ/CNMP Nº 4, DE 9 DE JUNHO DE 2020	Inclui, formalmente, para monitoramento pelo Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussões temas relacionados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030, para dar visibilidade às vítimas atingidas.	10/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 322, DE 1º DE JUNHO DE 2020	Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, medidas para retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, e dá outras providências.	2/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 319, DE 15 DE MAIO DE 2020	Confere nova redação ao artigo 10 da Resolução CNJ nº 306/2019, que estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão de documentação civil e para a identificação civil biométrica das pessoas privadas de liberdade.	18/5/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 66, DE 13 DE MAIO DE 2020	Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento das ações que versem sobre o direito à saúde a adoção de medidas para garantir os melhores resultados à socidade durante o período excepcional de pandemia da Covid-19.	14/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 318, DE 7 DE MAIO DE 2020	Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pelas Resoluções no 313, de 19 de março de 2020, e no 314, de 20 de abril de 2020, e dá outras providências.	7/5/20
		PORTARIA Nº 74, DE 6 DE MAIO DE 2020	Institui grupo de trabalho para avaliar o impacto do novo Coronavírus - Covid-19, no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário em 2020.	7/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 317, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a realização de perícias em meios eletrônicos ou virtuais em ações em que se discutem benefícios previdenciários por incapacidade ou assistenciais, enquanto durarem os efeitos da crise ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus, e dá outras providências.	6/5/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 64, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Recomenda a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos realizados durante a vigência do Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020, como meio de mitigar o impacto decorrente das medidas de combate à contaminação causada pelo Coronavírus Sars-cov-2.	28/4/20
		PORTARIA Nº 70, DE 24 DE ABRIL DE 2020	Institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos para a indicação de soluções ao Conselho Nacional de Justiça voltadas à prioridade de atendimento das vítimas de violência doméstica e familiar ocorrida durante o isolamento social em decorrência da pandemia do novo coronavírus – Covid-19	24/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 314, DE 20 DE ABRIL DE 2020	Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pela Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.	21/4/20
		RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 1 DE 16 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências.	17/4/20
		PORTARIA Nº 61, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Institui a plataforma emergencial de videoconferência para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, no período de isolamento social, decorrente da pandemia Covid-19.	1/4/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 63, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência a adoção de medidas para a mitigação do impacto decorrente das medidas de combate à contaminação pelo novo coronavírus causador da Covid-19.	1/4/20
		PORTARIA Nº 57, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Inclui no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta	20/3/20

			Complexidade e Grande Impacto e Repercussão o caso Coronavírus – Covid-19.	
		RESOLUÇÃO Nº 312, 19 DE MARÇO DE 2020	Altera o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça para acrescentar o art. 118-B, que amplia as hipóteses de julgamento por meio eletrônico.	19/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 313, 19 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial.	19/3/20
		PORTARIA Nº 53, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Institui Comitê para o acompanhamento e supervisão das medidas de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus – Covid-19 tomadas pelos tribunais brasileiros.	17/3/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 62, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	17/3/20
		PORTARIA Nº 52, DE 12 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus – COVID-19, considerada a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS.	12/3/20
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Presidência	ATO CSJT.GP Nº 56, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Prorroga a suspensão dos prazos processuais no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.	26/3/20
	Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral	ATO CONJUNTO CSJT.GP. GVP .CGJT Nº 6, DE 05 DE MAIO DE 2020	Consolida e uniformiza, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, a regulamentação do trabalho remoto temporário, do funcionamento dos serviços judiciários não presenciais e da realização de sessões de julgamento telepresenciais, com o objetivo de prevenir o contágio pelo Novo Coronavírus – Covid-19, bem como garantir o acesso à justiça.	6/5/20
		ATO CONJUNTO CSJT.GP. VP E CGJT. Nº 002, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Altera o art. 3º, § 2º, do Ato Conjunto CSJT.GP.GVP.GCGJT nº 1, de 19 de março de 2020, que suspende a prestação presencial de serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).	23/3/20
		ATO CONJUNTO CSJT.GP.VP E CGJT Nº 1, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Suspende a prestação presencial de serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).	19/3/20
Superior Tribunal de Justiça	Presidência	RESOLUÇÃO STJ/GP N. 27 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020	Altera a Resolução STJ/GP n. 19/2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (covid-19).	3/12/20
		RESOLUÇÃO STJ/GP N. 23 DE 5 DE OUTUBRO DE 2020	Altera a Resolução STJ/GP n. 19/2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (covid-19).	7/10/20
		RESOLUÇÃO STJ/GP N. 22 DE 24 DE SETEMBRO DE 2020	Altera a Resolução STJ/GP n. 19/2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (covid-19).	25/7/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP N. 13 DE 14 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo para realização de sessões de julgamento por videoconferência.	18/7/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP N. 11 DE 15 DE JULHO DE 2020	Prorroga o prazo para realização de sessões de julgamento por videoconferência.	17/7/20
		PORTARIA STJ/GP N. 210 DE 8 DE JUNHO DE 2020	Suspensão dos prazos processuais civis no período de 2 a 31.7. 2020 e os prazos processuais penais observarão, no mesmo período, o disposto nos §§ 1º e 3º do art. 798 do Código de Processo Penal.	9/6/20
		INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP N. 9 DE 29 DE MAIO DE 2020	Prorroga o prazo para realização de sessões de julgamento por videoconferência.	1/6/20
		RESOLUÇÃO STJ/GP N. 10 DE 28 DE ABRIL DE 2020	Atualiza medidas estabelecidas nas Resoluções STJ/GP n. 4/2020 e 5/2020.	29/4/20

		RESOLUÇÃO STJ/GP N. 9 DE 17 DE ABRIL DE 2020	Disciplina a realização de sessões de julgamento com uso de videoconferência, em caráter excepcional, até o dia 31 de maio de 2020.	20/4/20
		RESOLUÇÃO STJ/GP N. 8 DE 15 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre o prazo de vigência das medidas estabelecidas nas Resoluções STJ/GP n. 4/2020 e 5/2020.	16/4/20
		EMENDA REGIMENTAL N. 36, DE 24 DE MARÇO DE 2020	Altera dispositivos no Regimento Interno quanto ao julgamento virtual no STJ.	24/03
		RESOLUÇÃO STJ/GP N. 6 DE 20 DE MARÇO DE 2020	Altera a Resolução STJ/GP n. 5/2020, que suspende a prestação presencial de serviços no STJ para prevenção do contágio pelo novo coronavírus (COVID-19).	20/3/20
		RESOLUÇÃO STJ/GP N. 5 DE 18 DE MARÇO DE 2020	Suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Superior Tribunal de Justiça como medida de emergência para prevenção do contágio pelo novo coronavírus (COVID-19).	18/3/20
		RESOLUÇÃO STJ/GP N. 4 DE 16 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).	16/3/20
	Conselho da Justiça Federal	PORTARIA Nº 176, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 2ª Região a distância, por via remota.	3/4/20
		RECOMENDAÇAO Nº 1, DE 25 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a adoção de medidas de prevenção à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19 no âmbito do sistema penal da Justiça Federal.	26/3/20
Superior Tribunal Militar	Presidência	RESOLUÇÃO Nº 285, DE 31 DE JULHO DE 2020	Estende, no que couber, a disciplina das sessões de julgamento por meio audiovisual (videoconferência) na Justiça Militar da União às sessões administrativas.	3/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 284, DE 28 DE JULHO 2020	Altera o art. 5º da Resolução no 275, de 2 de abril de 2020.	30/7/20
		ATO Nº 2986/2020	Prorroga o prazo de vigência dos Atos nº 2943, de 16 de março de 2020, nº 2946, de 19 de março de 2020, nº 2960, de 24 de abril de 2020, nº 2973, de 9 de maio de 2020, e nº 2980, de 22 de maio de 2020.	4/6/20
		ATO Nº 2980/2020	Prorroga o prazo de vigência dos Atos nº 2943, de 16 de março de 2020, nº 2946, de 19 de março de 2020, nº 2960, de 24 de abril de 2020, e nº 2973, de 9 de maio de 2020.	25/5/20
		ATO Nº 2973/2020	Prorroga os prazos instituídos pelos Atos nº 2943, de 16 de março de 2020, nº 2946, de 19 de março de 2020, e nº 2960, de 24 de abril de 2020, e dá outras providências.	12/5/20
		RESOLUÇÃO Nº 281, DE 6 DE MAIO DE 2020	Altera o art. 8º da Resolução nº 275, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre as sessões de julgamento virtuais na Justiça Militar da União e dá outras providências.	7/5/20
		ATO Nº 2960/2020	Altera o Ato 2943, de 16 de março de 2020, e o Ato 2946, de 19 de março de 2020, e dá outras providências.	27/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 275, DE 2 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a realização, em caráter excepcional, de sessões de julgamento virtuais na Justiça Militar da União.	3/4/20
		ATO Nº 2946, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Suspende, temporariamente, a prestação presencial de serviços não essenciais no âmbito do Superior Tribunal Militar e os prazos processuais, bem como cancela todas as sessões presenciais de julgamento.	19/3/20
		ATO Nº 2943, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre medidas para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus.	17/3/20
Supremo Tribunal Federal	Presidência	RESOLUÇÃO Nº 714, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo de aplicação do modelo diferenciado de gestão de atividades.	11/12/20
		RESOLUÇÃO Nº 707, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga a suspensão de prazos de processos físicos no Supremo Tribunal Federal.	20/10/20
		RESOLUÇÃO Nº 699 DE 10 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga a suspensão de prazos de processos físicos no Supremo Tribunal Federal.	12/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 698 DE 8 DE AGOSTO DE 2020	Decreta luto no Supremo Tribunal Federal, por três dias, em memória das cem mil vítimas da COVID-19.	8/8/20
		RESOLUÇÃO Nº 696 DE 30 DE JULHO DE 2020	Prorroga a suspensão de prazos de processos físicos no Supremo Tribunal Federal.	31/7/20
		RESOLUÇÃO Nº 686 DE 10 DE JUNHO DE 2020	Prorroga a suspensão de prazos de processos físicos no Supremo Tribunal Federal.	10/6/20
		RESOLUÇÃO Nº 682, DE 12 DE MAIO DE 2020	Prorroga a suspensão de prazos de processos físicos no Supremo Tribunal Federal.	13/5/20

		RESOLUÇÃO Nº 675, DE 22 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução nº 642, de 14 de junho de 2019, e dá outras providências.	22/4/20
		RESOLUÇÃO Nº 672, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Autoriza a participação dos ministros nas sessões do Plenário e das Turmas por videoconferência.	27/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 670, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Estabelece novas medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no Supremo Tribunal Federal (STF).	23/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 669, DE 19 DE MARÇO DE 2020.	Altera a Resolução nº 642, de 14 de junho de 2019, para permitir que todos os processos de competência do Tribunal possam ser julgados em lista em ambiente eletrônico, além de permitir a realização de sustentação oral em processos submetidos a julgamento em ambiente eletrônico.	19/3/20
		EMENDA REGIMENTAL N. 53 DE 18 DE MARÇO DE 2020	Altera dispositivo do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal para ampliar as hipóteses de julgamento por meio eletrônico e prever a realização de sustentação oral em ambiente virtual.	18/3/20
		RESOLUÇÃO Nº 663, DE 12 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).	12/3/20
	Secretaria Geral	PROCEDIMENTO JUDICIÁRIO Nº 10, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Regulamenta o § 3º do art. 5º-A da Resolução 642, de 14 de junho de 2019, quanto ao envio de arquivos de sustentação oral por meio eletrônico.	19/3/20
Tribunal Superior do Trabalho	Gabinete do Corregedor Geral da Justiça do Trabalho	RECOMENDAÇÃO Nº 08/GCGJT, DE 23 DE JUNHO DE 2020	Recomenda aos Tribunais regionais a implementação de medidas para viabilizar a atermação virtual e o atendimento virtual dos jurisdicionados.	25/6/20
		ATO Nº 11/GCGJT, DE 23 DE ABRIL DE 2020	Regulamenta os prazos processuais relativos a atos processuais que demandem atividades presenciais, assim como a uniformização dos procedimentos para registro e armazenamento das audiências em áudio e vídeo e fixa outras diretrizes.	24/4/20
		RECOMENDAÇÃO Nº 7/GCGJT, DE 02 DE ABRIL DE 2020	Trata da impossibilidade de liberação imediata e em abstrato de depósitos judiciais aos reclamantes em processos pendentes de julgamento.	2/4/20
		RECOMENDAÇÃO N. 6/GCGJT, DE 23 DE MARÇO DE 2020	Recomenda às Corregedorias Regionais que não considerem o período de suspensão de prazos processuais, decorrente das ações emergenciais de combate ao novo coronavírus, para fins de desconto, suspensão ou interrupção dos prazos dos magistrados para proferir decisões interlocutórias e sentenças.	23/3/20
		ATO CSJT.GP.SG Nº 047/2020	Aplica ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho as disposições do Ato n. 126/GDGSET.GP, de 17 de março de 2020.	18/3/20
		RECOMENDAÇÃO N. 4/GCGJT, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Recomenda às Corregedorias Regionais locais a suspensão de prazos processuais no período de 18 a 31 de março de 2020.	18/3/20
		RECOMENDAÇÃO N. 5/GCGJT, DE 18 DE MARÇO DE 2020	Recomenda às Corregedorias Regionais locais a adoção da pauta de trabalho remoto sugerida pelo Comitê Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista.	18/3/20
		RECOMENDAÇÃO N. 3/GCGJT, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a adoção, pelas Corregedorias Regionais, de medidas hábeis a minorar os riscos de contágio e expansão do COVID-19, que atendam às restrições constantemente divulgadas pelos Órgãos de Saúde, de acordo com a necessidade e as peculiaridades de cada comarca.	17/3/20
		ATO CSJT.GP.SG Nº 45/2020	Aplica ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho as disposições do Ato n. 122/GDGSET.GP, de 12 de março de 2020.	13/3/20
		RECOMENDAÇÃO N. 2/GCGJT, DE 12 DE MARÇO DE 2020	Recomenda às Corregedorias Regionais locais medidas hábeis a minorar os riscos de contágio e expansão do COVID-19.	12/3/20
	Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal	ATO N. 126/GDGSET.GP, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho quanto às atividades não essenciais e estabelece protocolo para a prestação presencial de serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas do Tribunal Superior do Trabalho, como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).	17/3/20
		ATO GDGSET.GP.122, DE 12 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).	12/3/20

		ATO GDGSET.GP.110, DE 10 DE MARÇO DE 2020	Determina a concessão de regime de teletrabalho temporário, pelo prazo de 15 dias, aos servidores que tenham regressado de viagens a localidades em que o surto do Covid 19 tenha sido reconhecido.	10/3/20
	Vice-Presidência	RECOMENDAÇÃO CSJT.GVP N° 01, de 25 de março de 2020	Recomenda a adoção de diretrizes excepcionais para o emprego de instrumentos de mediação e conciliação de conflitos individuais e coletivos em fase processual e fase pré-processual por meios eletrônicos e videoconferência no contexto da vigência da pandemia do Novo Coronavirus (COVID-19).	25/03
	Presidência	ATO CONJUNTO TST.GP.GVP.CGJT Nº 398, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020	Implementa a etapa preliminar de retorno ao regime presencial no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, observadas ações de prevenção ao contágio pela Covid-19.	21/10/20
		ATO TST.GP Nº 379, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020	Suspende o prazo de validade do I Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho.	9/10/20
		ATO CONJUNTO TST.GP.GVP.CGJT Nº 316, DE 4 DE AGOSTO DE 2020	Prorroga o prazo para realização de sessões de julgamento por videoconferência.	18/8/20
		ATO TST.GP. Nº 219, DE 05 DE JUNHO DE 2020	Institui Comissão técnica destinada a elaborar plano de implementação da retomada gradual dos serviços presenciais no Tribunal Superior do Trabalho, na forma prevista pela Resolução nº 322 do CNJ.	5/6/20
		ATO Nº 178, DE 8 DE MAIO DE 2020	Fica rescindido unilateralmente o Contrato PE-002/2019, firmado com a empresa APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços de berçário, com fundamento no art. 78, inc. XII c/c o art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93.	11/5/20
		ATO CONJUNTO CSJT.GP.GVP.CGJT Nº 5, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Prorroga as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) e dispõe sobre a suspensão de prazos processuais no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.	20/4/20
		ATO CONJUNTO TST.GP.GVP.CGJT Nº 170, DE 17 DE ABRIL DE 2020	Prorroga as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) e dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.	20/4/20
		ATO TST. GP Nº 139, DE 26 DE MARÇO DE 2020	Prorroga a suspensão dos prazos processuais no Tribunal Superior do Trabalho determinada pelos atos TST.GP nº 126, de 17 de março de 2020, TST.GP n/] 132, de 19 de março de 2020 e TST.GP nº 133, de 20 de março de 2020.	26/3/20
		ATO N. 133/TST.GP, DE 20 DE MARÇO DE 2020	Altera o § 2º do art. 3º do Ato n. 132/TST.GP, de 19 de março de 2020, que suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas do Tribunal Superior do Trabalho, como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).	20/3/20
		ATO TST.GP Nº 132, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas do Tribunal Superior do Trabalho, como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).	19/3/20
	Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral	ATO CONJUNTO TST.GP.GVP.CGJT Nº 173, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Consolida e uniformiza, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, a regulamentação do trabalho remoto temporário, do funcionamento dos serviços judiciários não presenciais e da realização de sessões de julgamento tele presenciais, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, bem como garantir o acesso à justiça.	28/4/20
		ATO CONJUNTO TST.GP.GVP.CGJT Nº 159, DE 6 DE ABRIL DE 2020	Institui a possibilidade de realização de sessões de julgamento em meio telepresencial no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.	7/4/20
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	PORTARIA Nº 532, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Suspende o prazo de validade do Concurso Público do TRE-PI, nos termos do art. 10 da Lei Complementar 173/2018.	16/6/20
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	PORTARIA Nº 129, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo de validade do Concurso Público realizado por este Tribunal, regido pelo Edital nº 01/2018, publicado no DOU de 19 de março de 2018, para o cargo efetivo de Analista Judiciário - Área Administrativa, por mais 2 (dois) anos a partir do final do prazo previsto.	1/10/20

		PORTARIA Nº 80, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo de validade do Concurso Público realizado por este Tribunal, regido pelo Edital nº 01/2018, publicado no DOU de 19 de março de 2018, para os seguintes cargos efetivos: Analista Judiciário - Área Judiciária; Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidades: Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Psicologia; Técnico Judiciário - Área Administrativa; Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Enfermagem e Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança, por mais 2 (dois) anos a partir do final do prazo previsto.	18/6/20
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	ATO Nº 158, DE 12 DE MAIO DE 2020	Fica suspenso, a contar de 20 de março de 2020, o prazo de validade do concurso público para provimento de cargos efetivos e formação de cadastro reserva, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, até ulterior deliberação.	15/5/2020
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	ATO Nº 192, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Suspende, a partir de 28 de maio de 2020, o prazo de validade do Concurso Público promovido por este Tribunal para os diversos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, homologado pelo Edital nº 07, de 24.11.2017, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 29.11.2017, e prazo de vigência prorrogado conforme Ato n° TRF2-ATP-2019/00056, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 20.02.2019, com base no art. 10 da Lei Complementar n° 173, de 2020, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 28.05.2020.	26/6/20
		ATO Nº 193, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Suspende, a partir de 28 de maio de 2020, o prazo de validade do XVII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 2ª Região, promovido por este Tribunal, homologado pelo Ato nº TRF2-ATP-2019/00483, de 7 de novembro de 2019, disponibilizado em 12-11-2019 no DJF2R ,fls. 2 e 3, com base no art. 10 da Lei Complementar n° 173, de 2020, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 28.05.2020.	26/6/20
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	ATO Nº 2.730, DE 16 DE JUNHO DE 2020	Suspende, a partir de 28 de maio de 2020, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do Tribunal Regional Federal do 3ª Região e da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, homologado pelo Ato nº 467/2016, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região, Caderno Administrativo, de 09/11/2016, e publicado no Diário Oficial da União - Seção 3, de 10/11/2016, válido até 10/11/2018, e prorrogado por mais dois anos pelo Ato PRES nº 1667, de 28 de setembro de 2018, disponibilizado no Diário Eletrônico nº 208 em 08/11/2018, até o término do período de calamidade pública, estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.	29/6/20
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	ATO Nº 180, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Suspende, por tempo indeterminado, o prazo previsto no artigo 13, § 1º, da Lei 8.112/1990, para posse dos candidatos nomeados pelos Atos TRF4 175 e 176/2020, publicados no D.O.U. de 26-5-2020, Seção 2, páginas 38 e 39.	8/6/20
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ATO Nº 204, DE 26 DE MAIO DE 2020	Suspende, até ulterior deliberação, o prazo previsto no artigo 13, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, para posse dos candidatos nomeados pelos Atos a seguir discriminados para ocuparem cargos efetivos nos Quadros Permanentes de Pessoal do TRF da 5ª Região e das Seções Judiciárias dos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.	27/5/20
Tribunal Superior Eleitoral	Presidência	PORTARIA Nº 875, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2020	Estabelece o Calendário de realização de eleições suplementares de 2021.	9/12/20
		RESOLUÇÃO Nº 23.632, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020	Estabelece procedimentos específicos para a entrega da prestação de contas final de candidatos e partidos políticos nas eleições municipais de 2020, em razão do cenário excepcional decorrente da pandemia da COVID 19.	20/11/20
		PORTARIA TSE Nº 812 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a sustentação oral nos processos apresentados para julgamento em sessão por videoconferência e por meio eletrônico que independem de publicação de pauta e sobre a publicação dos respectivos acórdãos em sessão, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, nas Eleições 2020.	10/11/20

		PORTARIA TSE Nº 798 DE 02 DE NOVEMBRO DE 2020	Dispõe sobre a sustentação oral nos processos apresentados para julgamento em sessão por videoconferência e por meio eletrônico que independem de publicação de pauta e sobre a publicação dos respectivos acórdãos em sessão, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, nas Eleições 2020.	4/11/20
		PORTARIA CONJUNTA TSE Nº 2 DE 27 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre a padronização de rotinas para apresentação das listas ou fichas individuais de apoiamento à criação de partidos políticos durante o período do regime de plantão extraordinário estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral em razão das restrições sanitárias no período da pandemia do novo coronavírus.	4/11/20
		PORTARIA TSE Nº 641 DE 01 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece procedimentos para a realização de serviço extraordinário nas Eleições Municipais de 2020.	3/9/20
		PORTARIA TSE Nº 527 DE 14 DE JULHO DE 2020	Institui grupo de trabalho incumbido de pesquisar e implementar inovações no Sistema Eletrônico de Votação.	16/7/20
		PORTARIA TSE Nº 438 DE 16 DE JUNHO DE 2020	Institui Comitê de Monitoramento das atividades necessárias à realização das eleições municipais de 2020 no contexto da pandemia da COVID-19 (Comitê de Monitoramento - Eleições 2020).	22/6/20
		PORTARIA Nº 394, DE 4 DE JUNHO DE 2020	Institui grupo de trabalho com o objetivo de propor regras destinadas a viabilizar o controle de autenticidade da ata de convenção pela Justiça Eleitoral.	5/6/20
		PORTARIA TSE Nº 265 DE 24 DE ABRIL DE 2020	Determina a prorrogação, por prazo indeterminado, a partir do dia 1º de maio, da vigência da Resolução TSE nº 23.615/2020.	27/4/20
		RESOLUÇÃO TSE N. 23.616 DE 17 DE ABRIL DE 2020	Altera a Resolução TSE nº 23.615, de 19 de março de 2020, que estabelece, no âmbito da justiça eleitoral, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), e garantir o acesso à justiça nesse período emergencial.	17/4/20
		Portaria TSE nº 242 de 06 de abril de 2020	Institui grupo de trabalho incumbido de projetar os impactos da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) nas atividades do Tribunal Superior Eleitoral, com vista em especial às eleições municipais de 2020.	7/4/20
		RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TSE Nº 02 DE 27 DE MARÇO DE2020	Permite o uso de videoconferência nas sessões de julgamento do Tribunal Superior Eleitoral, em face da excepcionalidade gerada pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19).	31/3/20
		PORTARIA TSE Nº 198 DE 19 DE MARÇO DE 2020	Institui Gabinete de Crise para acompanhar e articular as ações relativas às medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.	19/3/20
		RESOLUÇÃO TSE Nº 23.615, DE 19 DE MARÇO DE 2020	Estabelece, no âmbito da Justiça Eleitoral, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), e garantir o acesso à justiça neste período emergencial.	19/3/20
		RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1, DE 12 DE MARÇO DE 2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).	12/3/20
	Diretor-Geral	PORTARIA TSE Nº 642 DE 01 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece procedimentos para a realização de serviço extraordinário nas Eleições Municipais de 2020.	3/9/20